



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ALINE DE OLIVEIRA ANDRADE

**O SEMEAR DE UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: a trajetória da
formação da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia
Solidária de Valença-BA (COOMAFES)**

AMARGOSA – BAHIA
2019

ALINE DE OLIVEIRA ANDRADE

**O SEMEAR DE UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: a trajetória da
formação da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia
Solidária de Valença-BA (COOMAFES)**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito à obtenção do título de Mestra em Educação do Campo.

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Ribeiro Velloso

**AMARGOSA – BA
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

A553s

Andrade, Aline de Oliveira.

O Semear de uma construção coletiva: a trajetória da formação da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença, BA (COOMAFES). / Aline de Oliveira Andrade. – Amargosa, BA, 2019.

106 fls.; il.color.; 30 cm.

Orientadora: Prof. Dr. Tatiana Ribeiro Velloso.

Relatório científico (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA, 2019.

Bibliografia: f. 100-105.

Inclui Apêndice.

1. Educação do Campo. 2. Cooperativismo. 3. Economia solidária. I. Velloso, Tatiana Ribeiro. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD – 379

ALINE DE OLIVEIRA ANDRADE

**O SEMEAR DE UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: a trajetória da formação da
Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença-BA
(COOMAFES)**

Relatório submetido à avaliação para obtenção do grau de Mestra em Educação do Campo do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Amargosa - BA, 18 de abril de 2019.

EXAMINADORAS:


Prof. Dr. Tatiana Ribeiro Velloso
(Orientadora)


Prof. Dra. Rosinete Pereira Mubarack Garcia
(Membro Interno)


Prof. Dra. Ana Lícia de Santana Stopilha
(Membro Externo)

AMARGOSA – BA
2019

Às mulheres rurais que me inspiram e ensinam a ser forte.

À Mayse Andrade pela simplicidade do seu ser.

AGRADECIMENTOS

Como é bom agradecer e reconhecer, afinal, eu não fiz nada sozinha. Minha gratidão a Deus por toda proteção, amor e sabedoria. Ele conduz todos os meus dias, me possibilitou sonhar e construir essa conquista. À minha mãe Maria, agradeço por me acompanhar e abençoar.

Meus agradecimentos às agricultoras envolvidas na pesquisa pela oportunidade, confiança e carinho. Caminhar com vocês foi (é) ganhar diariamente a oportunidade de aprender, de ressignificar e agradecer. De maneira especial, a todas as cooperadas da COOMAFES, que nessa trajetória se colocaram à disposição e demonstraram pertencimento a pesquisa. Tenho orgulho de vocês, pelas histórias de luta e superação, a vocês toda minha admiração e respeito.

Minha gratidão a Professora Dra. Tatiana Velloso que me ensinou, confiou e se disponibilizou a conduzir esse processo. A senhora é uma referência de ser humano para mim.

Agradeço à Professora Dra. Ana Lícia Stopilha que fomentou em mim o desejo da pesquisa e extensão e que proporcionou inúmeros aprendizados em nível profissional e pessoal. De modo especial, no desenvolvimento desta pesquisa, ao contribuir com a aproximação com o campo e as constantes reflexões e acompanhamento. Assim, em seu nome, também agradeço a UNEB *Campus XV* que faz parte da minha trajetória.

Tratando-se ainda sobre ensino superior público, gratuito e de qualidade, agradeço e reconheço a importância da UFRB no processo de transformação e de dar oportunidade aos filhos(as) de agricultor(a) familiar tornarem-se mestres. Essa instituição é formada por sujeitos que fazem a diferença com a dedicação que empregam em seus trabalhos. Assim, cabe destacar a Professora Dra. Rosineide Mubarak, que contribuiu significativamente no processo de reflexão e construção da pesquisa. Gratidão! Aos demais professores do PPGEDUCampo, agradeço o acolhimento, os aprendizados e os risos. Estendo minha gratidão a equipe que compõe o Colegiado do PPGEDUCampo pelas inúmeras orientações.

Aos amigos da Turma 5 que compartilharam saberes, ajudaram nos trabalhos e nas inúmeras inquietações. Compartilharam o cuscuz e muitos risos, trago vocês comigo! Karol Sousa e Marcos Bandeira obrigada por me suportarem, vocês são especiais. Gratidão aos meus amigos e parceiros de caminhada José Luiz Speggorin, César Augusto, Michele Dórea, Roger Conrado e Manoelle Rosas que disponibilizaram de tempo e dos saberes profissionais para que essa pesquisa expressasse a grandeza da mulher rural.

E por falar de amizade, registro meus agradecimentos aos familiares, as amigas e aos colegas de trabalho que contribuíram para que essa caminhada tivesse mais alegria, afetividade e leveza. A vocês minha gratidão pela paciência, compreensão e enorme torcida para que essa conquista se concretizasse.

As minhas famílias faltam palavras para expressar o tamanho da minha gratidão. **Eu amo vocês!** Minha EcoFamília, vocês são presentes de Deus. Vocês foram (são) meus anjos, meus amigos, meu abrigo, minha alegria... minha família para sempre. Obrigada! Agradeço por tudo que vivemos e que aqui não é relatado, mas que me transformaram na pessoa que sou hoje. Gratidão por me ajudarem, por sonharem e vibrarem comigo em todas as conquistas!

Pai e Mãe (Manoel Andrade e Adalice Oliveira) obrigada! Por vocês e com vocês busco a força necessária para vencer. Sou imensamente feliz por tê-los como pai e mãe, como referência de trabalho, honestidade e cumplicidade. Obrigada meus amores!!! Vocês me deram o que há de melhor nessa vida: o Amor, a Fé, os Valores e Mayse Andrade (irmã).

May, você me inspira. Sua dedicação, sua simplicidade, seu profissionalismo e amor ao próximo são admiráveis. Você é meu porto nos dias de primavera e nas noites de inverno. Gratidão por existe na minha vida e fazê-la bem melhor.

O sentimento de gratidão é gigante! Assim, agradeço a todos (as) que direta e indiretamente contribuíram. Conto com vocês para os novos desafios e futuras conquistas.

ANDRADE, Aline de Oliveira. **O SEMEAR DE UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: a trajetória da formação da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença-BA (COOMAFES).** Relatório de Mestrado. UFRB-EDUCAMPO. 2019.

RESUMO: Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa sobre Cooperativismo e Agricultura Familiar realizada na Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença - Bahia (COOMAFES). A COOMAFES é uma culminância do desejo de fortalecer o trabalho cooperado e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, a partir da organização das mulheres rurais, assim, a pesquisa tem como objetivo sistematizar o processo de formação da COOMAFES entre o período de 2013 a 2018. Para tal, o caminho metodológico está baseado na técnica de pesquisa-ação trata-se de um trabalho qualitativo, que compreende o Materialismo Histórico Dialético como base epistemológica para a interpretação e reflexão da realidade. Por meio do desenvolvimento da pesquisa foi possível resgatar informações e memórias das mulheres; acompanhar o processo de construção do estatuto; a construção do perfil das cooperadas; compreender o contexto em que vivem e trabalham as agricultoras; discutir as condições para comercialização e refletir sobre as condições e contradições existentes na relação da COOMAFES interna e externamente. Desse modo, o presente relatório sistematiza a história da Cooperativa ao mesmo tempo em que traz a importância da educação do campo como mecanismo de empoderamento e acesso a direitos e proporciona a visibilidade sobre a particularidade do trabalho da mulher rural no processo de formação. Sendo assim, utilizou-se de autores como Caldart (2000), Freire (1987), Stêdile (2012), Singer (2002), Valadares (2005) entre outros para dialogar com a realidade do campo de pesquisa, bem como, contribuir para a reflexão dos contextos estudados. Logo, conclui-se que a constituição da cooperativa deu-se a partir do desejo pessoal de valorização da mulher rural e também do acesso à política pública, em especial ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A cooperativa é a primeira organização social formada só por mulheres rurais dentro do Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia. Portanto, a sistematização da trajetória da COOMAFES reflete o quanto a educação é importante para a valorização pessoal e profissional, o acesso a direitos, a construção de espaços de debates coletivos e para a visão mais ampla das etapas de produção e vivência coletiva.

Palavras Chave: Agricultura Familiar; Educação do Campo; Cooperativismo; Mulheres Rurais; Economia Solidária.

ANDRADE, Aline de Oliveira. **THE PLANTING OF A COLLECTIVE CONSTRUCTION:** the path of the formation of the Women's Cooperative of Family Agriculture and Solidarity Economy of Valença - BA (COOMAFES). Report of the Master's program. UFRB-EDUCAMPO. 2019.

ABSTRACT:

This work presents the results of the research about Cooperativism and Family Agriculture achieved at the Women's Cooperative of Family Agriculture and Solidarity Economy of Valença-Bahia (COOMAFES). COOMAFES has a great desire to strengthen the cooperative work and the commercialization of family agriculture products by the organization of rural women. Thus, the goal of this project is to systemize the process of the formation of COOMAFES between 2013 and 2018. The methodology is based on the research-action technique, treating it as a qualitative work which consists of the Dialectical Historical Materialism as an epistemological base for the interpretation and reflection of reality. Through the development of the research it was possible to: gather information and get to know women's background; follow the process of construction of the statute; create the profile of the cooperative; understand the circumstances in which female farmers live and work; discuss the conditions for commercialization and reflect on the conditions and contradictions that exist in the relationship of COOMAFES internally and externally. Thus, this report systematizes the history of the Cooperative while bringing the importance of rural education as a mechanism of empowerment and access to rights, and provides visibility on the particularity of the rural women's work in the formation process. Thus, authors such as Caldart (2000), Freire (1987), Stêdile (2012), Singer (2002), Valadares (2005) and others were used to dialogue with the reality of the research field, as well as contribute to the reflection of the studied contexts. Therefore, it is concluded that the constitution of the cooperative was based on the personal desire to value rural women, and on the access to public policy, especially the Food Acquisition Program (PAA). The cooperative is the first social organization formed only by rural women within Bahia's Southern Lowland Identity Territory. Thus, the systematization of COOMAFES' trajectory reflects how important education is for personal and professional appreciation, the access to rights, the construction of spaces for collective debate and for a broader view of the stages of production and collective living.

Keywords: Family Agriculture; Field Education; Cooperativism; Rural Women; Solidarity Economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Os municípios de composição do Território de Identidade Baixo Sul	40
Figura 2	Estrutura da COOMAFES constituída a partir dos 15 grupos de mulheres rurais das comunidades de Valença – BA – 2018.	70
Figura 3	Locais de Comercialização da COOMAFES, 2018.	80
Figura 4	Modelo Teórico de uma cooperativa, a partir da COOMAFES, 2018.	84
Figura 5	Estrutura Organizacional de funcionamento da COOMAFES, 2018.	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Tempo de participação/organização em grupo de produção/comercialização da COOMAFES	71
Gráfico 2	Dias de trabalho conjunto por grupo de produção/comercialização da COOMAFES	72
Gráfico 3	Faixa etária das mulheres rurais da COOMAFES	73
Gráfico 4	Escolaridade das mulheres rurais da COOMAFES	74
Gráfico 5	Auto declaração de cor da mulher rural da COOMAFES	75
Gráfico 6	Acesso à políticas e programas sociais entre 2013 a 2018 das mulheres da COOMAFES	77
Gráfico 7	Acesso à terra das mulheres da COOMAFES	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Analfabetismo na faixa de 15 ou mais – Brasil – 1990/2000	14
Tabela 2	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – 1996/2001	14
Tabela 3	Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar – Brasil – 2006	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASCOOB	Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar
APROBATC	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Baixão Tremendal e Cariri
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CESOL	Centro Público de Economia Solidária
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COOMAFES	Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença
COOAFATRE	Cooperativa da Agricultura Familiar do Território do Recôncavo
CRAM	Centro de Referência de Atendimento da Mulher
CUT	Central Única dos trabalhadores
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IFBaiano	Instituto Federal Baiano
INCUBA	Incubadora de Empreendimentos Solidários
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
JUCEB	Junta Comercial do Estado da Bahia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROCATEDES	Estratégias e viabilidade de empreendimentos solidários populares da Cadeia do Turismo da Costa do Dendê – Bahia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Economia Solidária
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SETAF	Serviço Territorial de Apoio a Agricultura Familiar
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNISOL	Central de Cooperativa e Empreendimentos Solidários
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

1. SEMEADURAS INICIAIS	1
1.1 O Modo de Semear: Caminho Metodológico	7
2. COOPERATIVISMO e AGRICULTURA FAMILIAR: Educação para a Cooperação e Economia Solidária.....	10
2.1 Educação do Campo: Princípios e Concepções	12
2.2. Agricultura Familiar: Trabalho e Organização das Mulheres Rurais	20
2.3. Cooperativismo e Economia Solidária: um Modo e um <i>Lócus</i> de Produção e Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar	31
3. O SEMEAR COLETIVO DA COOMAFES	39
3.1 Em qual Território Semeamos?	39
3.2 Os Primeiros Passos do Semear Coletivo	46
3.2.1 Avanços e Desafios após a formalização da COOMAFES	58
3.3 As Mãos que Semearam a COOMAFES	68
3.4. Comercialização.....	80
3.4.1. Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária: Espaço de comercialização de mulheres rurais	86
3.4.2 Espaço Solidário do Centro Público de Economia Solidária (CESOL): Loja de comercialização dos empreendimentos do Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia.....	90
3.4.3. Cantina Solidária: espaço de comercialização em ambiente universitário.....	93
4. TESSITURAS FINAIS.....	97
5. REFERÊNCIAS	100
APÊNDICES	106

1. SEMEADURAS INICIAIS

Pesquisar a realidade requer dispor-se a entender as relações, o contexto histórico, os agentes de influência e os sujeitos envolvidos. Assim, propõe-se no presente trabalho sistematizar a trajetória de formação da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença (COOMAFES), entre o período de 2013 a 2018. Sendo assim, a pesquisadora aproximou-se dos sujeitos para vivenciar, refletir e compreender como se deu o processo de formação da Cooperativa, bem como, conhecer os agentes diretos e indiretos (parcerias, programas governamentais, legislação, entre outros) presentes na trajetória da COOMAFES.

A COOMAFES é uma culminância do desejo de fortalecer o trabalho cooperado e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, a partir da organização das mulheres rurais do município de Valença-BA, pertencente ao Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia. É uma organização que busca garantir e conquistar direitos, alcançar novos espaços de comercialização, além de primar pela qualidade do produto, de maneira a valorizar os produtos da agricultura familiar e da economia solidária.

Sistematizar a trajetória de formação da COOMAFES, aqui apresentada, requereu da pesquisadora um envolvimento com o grupo de agricultoras. Desse modo, a sua origem familiar no meio rural colaborou para essa aproximação, pois os primeiros vinte anos de vida foram morando, estudando e trabalhando em uma comunidade rural que fica a 58 km de distância da sede do município de Valença. Alinhado a essa experiência de vida, o trabalho desenvolvido na pesquisa e extensão universitária da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) *Campus XV* possibilitou a ampliação do olhar, a inquietação e a reflexão para questões sociais, por meio dos projetos Maria Marisqueira, Maria Camponesa (ambos vinculados a UNEB) e o PROCATEDES – Estratégias e viabilidade de empreendimentos solidários populares da Cadeia do Turismo da Costa do Dendê – Bahia, custeado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e vinculado à Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFRB da Rede UNITRABALHO.

Assim, através das ações desses projetos, a pesquisadora envolveu-se com o grupo de agricultoras, período este em que a cooperativa não estava formalizada juridicamente. A aproximação criou laços de confiança e amizade, que foram fortalecidos com o passar dos anos. Desse modo, esse relatório compreende muito mais que o processo de formalização de uma

cooperativa, nele há relatos de vidas, sonhos e lutas. Existem também questionamentos, reflexões e encaminhamentos, mas tudo isso a partir da coletividade, do respeito e do amor que foram construídos nessa relação. Isso porque a história de vida da pesquisadora e da COOMAFES entrelaçaram-se de modo a não haver a separação entre teórico e prático, entre o concreto e o sentimental, entre as lutas e conquistas. Juntas (pesquisadora e cooperadas) viveram, aprenderam e sistematizaram esse material, por isso, esse trabalho é coletivo, não destoando assim do conceito de cooperação.

A tessitura desse relatório deu-se por 52 mulheres rurais vinculadas à COOMAFES. A Cooperativa é composta por grupos de produção de mulheres de 15 comunidades rurais do município de Valença, sendo: Baixão da Várzea, Lagoa da Várzea, Jequiriçá, Saruê, Una Mirim, Formiga-Tabuleiro do Rio do Braço, Derradeira, Orobó-Camisão, Orobó-Dois Riachos, Orobó-Tarimba, Entroncamento de Valença-Km 2, Gervásio-BR 101, Aldeia de São Fidelis, Gereba e Riachão da Serra ou seja, o coletivo que deu origem a formalização da cooperativa. Sendo assim, movidas pelos sonhos de melhorias e na caminhada há mais de quatro anos, as agricultoras oriundas das comunidades rurais citadas formalizaram a Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença (COOMAFES), em 28 de novembro de 2017 na Junta Comercial da Bahia (JUNCEB).

Para a formalização da Cooperativa foram eleitas seis agricultoras para compor a diretoria: diretora-tesoureira; diretora-secretária; diretora de educação; diretora de comercialização; diretora de comunicação; e diretora presidenta. Também houve a eleição do conselho fiscal formado por mais três cooperadas titulares e três suplentes.

Viver esse processo com as agricultoras gerou o desejo de, em conjunto, construir alternativas para superar as dificuldades existentes, conquistar as oportunidades e ao mesmo tempo também registrar o marco de oficialização da primeira cooperativa formada só por mulheres rurais do Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia. Dessa forma, fez-se necessário conhecer ainda mais o modo de vida dessas mulheres, o modo de pensar e agir a partir do que produzem e comercializam, e como isso acontece no coletivo. Todas as cooperadas são pertencentes da agricultura familiar, isso corresponde que estes sujeitos pautam seu modo de vida a partir da relação com a terra, cultivam e gerenciam seu trabalho no âmbito familiar e que na maioria das vezes são proprietários de pequenas faixas de terra.

O trabalho na agricultura familiar é o ofício diário dos sujeitos da pesquisa. Passado de geração em geração, o saber construído é utilizado para tomada de decisão, assim, a agricultura familiar possui como característica o trabalho desenvolvido no e com o coletivo familiar, gerindo os meios de produção e a divisão do trabalho. Neves (2012, p. 34) compreende a

agricultura familiar como uma categoria analítica pela “distinta forma de organização da produção, isto é, a princípio de gestão de produção e trabalho sustentadas em relações entre membros da família”.

É dentro desta compreensão de agricultura familiar que os sujeitos da pesquisa estão inseridos. Diz respeito às mulheres rurais que geram renda, criam autonomia e tornam-se lideranças em suas comunidades. Que fazem da terra fonte de vida, aprendizado, renda e trabalho coletivo, em que o cooperativismo foi atrelado ao trabalho das agricultoras e tornou-se um meio pelo qual elas se unem, se fortalecem e alcançam sonhos. Para tanto, as agricultoras cooperam entre si. Segundo Frantz (2001, p. 246), cooperação pode ser compreendida como “um processo social, embasado em relações associativas, na interação humana, pela qual um grupo de pessoas busca encontrar respostas e soluções para seus problemas comuns, realizar objetivos comuns [...]”.

A cooperação é o elemento essencial e inicial para fundação de uma cooperativa. O cooperativismo é a junção de pessoas com finalidades comuns, que organizadas coletivamente buscam realizar os objetivos. Pode ser compreendido também como um modelo de desenvolvimento socioeconômico, que possui a proposta de melhoria coletiva a partir da organização de uma cooperativa (FRANTZ, 2001). Na legislação brasileira as cooperativas são conceituadas como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]” (BRASIL, Lei 5.764/71, art.4º).

Diante dessa contextualização de agricultura familiar e cooperativismo, destaca-se que a pesquisa visou sistematizar a trajetória de formação da COOMAFES, entre o período de 2013 a 2018. Alinhado ao objetivo geral de sistematizar o processo de formação da COOMAFES entre o período de 2013 a 2018 a pesquisa também se propôs a: discutir o Cooperativismo e Agricultura familiar enquanto modo e *lócus* de educação para a cooperação e economia solidária; analisar a trajetória da constituição da COOMAFES no fortalecimento dos grupos produtivos de mulheres rurais; discutir as condições para comercialização; refletir sobre as condições e contradições existentes na relação da COOMAFES interna e externamente e caracterizar o perfil sócio econômico das agricultoras associadas da COOMAFES e seus respectivos grupos produtivos. Desse modo, o presente relatório sistematiza a história da Cooperativa ao mesmo tempo em que traz a importância da educação do campo como mecanismo de empoderamento e acesso a direitos, proporcionando visibilidade sobre a particularidade do trabalho da mulher rural.

Neste sentido, o planejamento do caminho metodológico possibilitou o alcance dos objetivos traçados, bem como, a participação das cooperadas de maneira coletiva e ativa. A presente pesquisa é de natureza qualitativa, segundo Oliveira (2011) a partir de Triviños (1987) em que se “[...] trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto” (OLIVEIRA, 2011, p. 25).

A pesquisa-ação foi escolhida como método desse trabalho, por comportar a aproximação do pesquisador com os sujeitos e a possibilidade de sugestão para as questões inerentes ao campo. Assim, “a pesquisa-ação não é considerada uma metodologia. Trata-se de um método, ou de uma estratégia de pesquisa agregando vários métodos ou técnicas de pesquisa social [...]” (THIOLLENT, 2011, p. 32). Esse caminho metodológico ofereceu os instrumentos necessários, além de compreender a dinâmica existente no campo de pesquisa, para realização dos objetivos propostos. “[...] a pesquisa não é limitada aos aspectos práticos. Não se trata da ação pela ação. A mediação teórico-conceitual permanece operando em todas as fases de desenvolvimento do projeto” (THIOLLENT, 2011, p. 61).

No aspecto epistemológico, a pesquisa apresenta reflexões a partir do Materialismo Histórico-Dialético, proposto por Karl Marx, por entender que esta teoria possibilita se aproximar da realidade concreta na qual o objeto está inserido, entendendo as relações existentes e refletindo a partir delas as questões pertencentes a estas agricultoras. O materialismo comporta a dialética das agricultoras, que vivem no modo de produção capitalista, contudo, desenvolvem seu modo de vida na contramão das ordens do capital, no modo de vida não capitalista.

Esta dinâmica estabelece algumas contradições, por um lado, as mulheres rurais vivem no modo de produção capitalista, mas com práticas de uma organização que constrói em seu cotidiano um modo de vida não capitalista na sua unidade familiar. Por outro, na unidade coletiva sem fins lucrativos expressados pela organização da cooperativa que estabelece relação com o mercado, mantém o ato cooperativo da relação de não subordinação e de não fragmentação entre capital e trabalho. Essas condições traduzem contradições que são necessárias para a compreensão do processo de organização das mulheres da agricultura familiar, com vistas às contribuições de estruturação e de fortalecimento de estruturas que possibilitem inserção, mas que promovam transformações.

Sabe-se que a realidade é dinâmica e permeada pelas relações de classe e suas contradições dentro do sistema de produção capitalista. Ao analisar-se sobre agricultura familiar, cooperativismo e mulher rural torna-se-necessário trazer ao debate as mazelas e exclusões sociais que o capitalismo traz com a concentração de terras (famílias rurais sem ter

onde plantar), a divisão de classe e incentivo da competitividade, a partir dos preceitos da propriedade privada e do lucro. Este método enquanto dialético¹ permite construir e desconstruir para apreender mais fielmente o movimento concreto do objeto a que se pretende investigar, como também contribuir para os processos formativos e metodológicos, que por uma perspectiva, visibiliza e traz o lugar das práticas de resistências e de lutas destes sujeitos no contexto histórico, e por outra, ocupa um espaço importante na produção de conhecimento e na relação entre os saberes destes sujeitos com a academia.

As cooperadas, em sua maioria, possuem áreas próprias de cultivo e produzem a partir de sua força de trabalho e de sua família. Na busca por sobrevivência no desigual sistema de produção capitalista² encontraram alternativas de valorização do seu trabalho a partir da organização coletiva. Entende-se aqui que esta busca não é na visão paliativa ou compensatória, mas de resiliência histórica aos processos de exclusão e que mesmo sem as condições materiais necessárias e de direito, garantem práticas e lutas importantes na resistência e nas conquistas coletivas.

Desse modo, o seu labor passa a dialogar diretamente com a necessidade de comercialização em concorrência com marcas nacionais/ multinacionais, ao mesmo tempo em que, apresenta à sociedade um modo de vida em cooperação humana e também com natureza não capitalista.

O não acesso a direitos, as dificuldades para ocupar e conquistar determinamos lugares e políticas, a exemplo de acesso a direitos trabalhistas, assistências técnicas, acesso a educação formal, entre outros alinhado com o lento processo de aperfeiçoamento de posturas e produtos são reflexos da ausência de uma educação emancipadora e voltada para o desenvolvimento coletivo. Essa pesquisa aponta que a educação permeia todos os espaços de pesquisa e se constitui como a base das relações das agricultoras familiares. A educação desenvolvida pelas cooperadas é a educação em espaço não formal que se consolida entre as relações, mas que são importantes para o processo de resistência e de conquistas.

O processo educativo é construído através das conversas nos espaços de produção e comercialização em que os saberes são trocados, os aprendizados de práticas são compartilhados e ressignificados dentro das especificidades de cada grupo. A educação no espaço não formal constitui-se entre relações e nos espaços extra sala de aula, segundo Gohn

¹ Para maior compressão, ler: MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os economistas. Vol. 1, tomo 1 (prefácio à primeira edição e posfácio à segunda edição).

² Sistema capitalista a partir da compreensão de Karl Marx. ler: MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os economistas. Vol. 1, tomo 1 (prefácio à primeira edição e posfácio à segunda edição).

(2006, p. 29), a “educação não-formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.”

As cooperadas desenvolvem uma educação direcionada para o trabalho como princípio educativo e apreende saberes a partir desse trabalho, ou seja, faz parte da sua história, norteia sua prática e colabora na construção de um pensamento mais crítico da realidade em que vivem. Assim, a COOMAFES promove formações que fazem interlocuções concomitantes entre a educação e o trabalho, direcionando, porquanto, a Educação para a Cooperação, para o trabalho coletivo e participativo. O que está diretamente ligado às lutas comunitárias, ao desenvolvimento da agricultura familiar e à continuidade do seu modo de vida.

A cooperativa através de parcerias busca proporcionar capacitações para as questões sociais, de pertencimento ao campo, de garantia de direitos e efetivação de políticas públicas. Assim, os espaços de formações são distintos, mas integrais, deste da atividade prática de campo, a comercialização na feira, as oficinas e rodas de conversa e da participação em eventos. Todos esses momentos são considerados formativos, principalmente, pela interação que acontece entre as agricultoras, esse entendimento parte da concepção de Educação do Campo que “compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, [...], com formação para o trabalho e para a participação social” (CALDART, 2012 *apud* KOLLING, CERIOLI e CALDART, 2002, p. 19).

A educação como prática social é o alicerce para a organização dos grupos, das associações e para a fundação da COOMAFES, através dela busca-se o acesso às políticas públicas, constituem-se as representações dos movimentos, organizam-se para lutar pela terra, pelo direito de trabalhar e morar no campo, estruturar suas comunidades a fim de ter acesso aos serviços básicos (CALDART, 2012). Embasado nessa compreensão, a educação faz-se imprescindível para o fortalecimento da COOMAFES e melhorias nas vidas e comunidades rurais. A sistematização da trajetória da COOMAFES reflete o quanto a educação é importante para a valorização pessoal e profissional, o acesso a direitos, a construção de espaços de debates coletivos e para a visão mais ampla das etapas de produção e vivência coletiva.

Diante do exposto, a agricultura familiar enquanto modo de vida é compreendida como espaços de fortalecimento da educação para a cooperação e implantação da proposta de economia solidária nos grupos produtivos, trazendo a Educação do Campo e a organização das mulheres rurais como elementos contributivos no processo de cooperação, assim, no item dois deste relatório há uma análise sobre esses aspectos a partir da pesquisa. Complementando e

contextualizando as discussões teóricas o item três intitulado: o semear coletivo da COOMAFES, apresenta a história da COOMAFES, o perfil das mulheres rurais e dos grupos produtivos, localizando a trajetória dos primeiros passos até o registro da entidade e apresentando os locais de comercialização.

Tratando como as sementeiras finais, o item quatro do relatório, pondera sobre reflexões e considerações do processo da pesquisa, respondendo algumas perguntas e entendendo que o trabalho apresentado é um recorte diante da imensa complexidade da vida das mulheres rurais, pois a história é construída constantemente dentro de um processo dialético.

1.1 O Modo de Semear: Caminho Metodológico

O ponto inicial de uma pesquisa é o interesse, dúvida, inquietação do pesquisador referente a um assunto, problema, pergunta ou situação. Para Gil, (2007, p. 17), a pesquisa é compreendida como o “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. O autor descreve ainda que a pesquisa para ser desenvolvida passa por fases “desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados”.

Para melhor compreensão sobre o objeto, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa. Oliveira (2011, p. 24) compreende que “o uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências”. A classificação da pesquisa como qualitativa está diretamente relacionada com o que se propõe a pesquisar.

Compreende-se, ainda, que devido o envolvimento da pesquisadora com os sujeitos, a pesquisa tem como técnica/método a pesquisa-ação, que é

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com a ação ou com resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLENT, 2011, p.16).

O autor compreende que é “uma estratégia de pesquisa agregando vários métodos ou técnicas de pesquisa” (THIOLENT, 2011, p. 32). Assim, há uma relação entre teoria e prática, bem como, a relação entre o campo pesquisado e o pesquisador, oportunizando ao pesquisador intervir de modo a contribuir para o problema detectado. Thiollent (2011) apresenta também

que na pesquisa-ação não há fases, pois a pesquisa pode se deparar com imprevistos, então, o autor sugere que seja apresentado o ponto de partida e chegada, as fases/etapas serão ditas pelo campo da pesquisa.

Assim, a pesquisa empírica que possibilitou identificar dados importantes na formação da cooperativa; a pesquisa bibliográfica que respaldou as reflexões e escrita, e também a pesquisa eletrônica em plataformas de estudos acadêmicos e sites governamentais constituíram-se fontes de busca de dados em nível de Brasil, Bahia e Valença. Consideram-se como fontes de pesquisa: livros, teses, documentos da cooperativa e arquivos do projeto de pesquisa e extensão Maria Camponesa. Além dos espaços de produção, comercialização e formação que são também considerados fontes para coleta de dados.

Quanto às técnicas para a coleta de dados, utilizou-se a observação participante, na qual o pesquisador, a partir do envolvimento com o campo, transforma-se em um dos sujeitos da pesquisa (MARCONI & LAKATOS, 1996). A observação participante aconteceu nos espaços de produção (nas comunidades rurais), nos espaços de comercialização (Espaço Solidário, Cantina Solidária e Feira) e nos eventos (feiras, seminários, cursos e outros), essa técnica possibilita conhecer as dificuldades e as realidades das cooperadas. Para tal, foram feitas sistematizações das falas e registro fotográfico das participações e momentos relevantes.

As entrevistas semiestruturadas (apêndice número 4) foram um dos instrumentos essenciais na construção da sistematização da história da cooperativa, através das entrevistas foi possível obter fatos, identificar autores e compreender a importância das formações e parcerias. Esse instrumento foi aplicado com seis cooperadas, tendo como critério de escolha o fato destas terem sido identificadas ao longo da pesquisa enquanto lideranças que estavam/estão envolvidas desde no ano de 2013, quando a COOMAFES ainda estava no ideário. Os nomes dessas mulheres não foram revelados como forma de preservar suas identidades. Para tanto, foram substituídos por nomes de flores do campo, enquanto adjetivos comuns de beleza e resistência da mulher rural.

No intuito de identificar as mulheres rurais ligadas direta (as cooperadas) e indiretamente (as agricultoras não cooperadas, mas que participam da Feira³) pela COOMAFES foi elaborado um questionário (apêndice número 2) para os grupos de produção e/ou comercialização. Por esse instrumento foi possível identificar o tempo, a produção, a composição e outras características dos 15 grupos de mulheres rurais.

³ A Feira é um dos espaços de comercialização das mulheres rurais, este espaço será abordado no subitem: comercialização.

Os dados apresentados das agricultoras e da cooperativa foram construídos também através de oficinas que aconteceram nos espaços de produção e no espaço do Serviço Territorial de Apoio a Agricultura Familiar (SETAF - Baixo Sul). Através das oficinas, as cooperadas, além da interação e construção de saberes, compartilharam suas histórias de vida.

Diante dos instrumentos citados foi possível construir o presente trabalho. Destaca-se que a sistematização aqui apresentada buscou descrever de maneira mais genuína possível as falas, percepções e sentimentos. Assim, a construção desse relatório deu-se a partir da vivência com o grupo de agricultoras, da participação nas etapas de produção e comercialização, bem como, nas formações e eventos conforme mencionados no próximo tópico.

No desenvolver da pesquisa demandas surgiram e pelo envolvimento já existente, e também que a pesquisa-ação possibilita ao pesquisador, alguns instrumentos foram elaborados para a cooperativa. Elaborou-se a Ficha de Cadastro da COOMAFES (apêndice número 1), destinada para as 52 mulheres rurais cooperadas, a sistematização dos dados para criação de um banco de dados do perfil da cooperativa para facilitar acesso a editais e políticas públicas. Ainda, o questionário elaborado para os grupos produtivos foi transformado em uma ficha cadastral dos grupos que participam da Feira, ficha que identificou 80 mulheres rurais.

Os instrumentos foram desenvolvidos entre os anos de 2016 a 2019, e que demandou um processo de ir e vir, de estar no campo e fora dele para a construção da sistematização, mostra como a pesquisa é um processo dialético sem fases estanques. O pesquisador deve partir da singularidade para que se possa chegar à totalidade e dela voltar à particularidade, entendendo o que é particular ao grupo. Sendo assim, o método do materialismo histórico dialético, difundido por Marx e Engels, é a compreensão filosófica que dá o suporte necessário à pesquisa, pois se faz necessário conhecer o modo de vida dos sujeitos; as relações existentes e sua dinâmica para ter a compreensão do campo pesquisado. Este método enquanto dialético permite o construir e o desconstruir, para apreender mais fielmente o movimento concreto do objeto a que se pretende investigar.

2. COOPERATIVISMO e AGRICULTURA FAMILIAR: Educação para a Cooperação e Economia Solidária

Discutir sobre Agricultura Familiar, Cooperativismo e Economia Solidária dentro de um contexto capitalista que constrói as relações pautadas na exploração da força de trabalho, na geração de mais-valia e na efetivação do agronegócio como o desenvolvimento do campo, entre outros elementos, é propor um contraponto. Bocayuva (2007, p. 69 - 70) ao abordar as relações de trabalho pensadas a partir da análise de Marx no livro *I O Capital*, apresenta que a junção de trabalhadores para realizarem “ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista”.

A realidade descrita acima não se aplica efetivamente à Agricultura Familiar desenvolvida pelas cooperadas, pois mesmo existindo dentro desse contexto, esta não está submetida à divisão entre os meios de produção e a força de trabalho, a produção não está embasada para geração de lucro para o capitalismo, tão pouco para o esvaziamento das relações sociais em favor da obtenção da mais-valia. As mulheres rurais participantes da pesquisa desenvolvem seu modo de vida dentro de outra perspectiva, na qual as relações são construídas com base na participação familiar, na troca de favores e saberes e seu o trabalho primeiro atende as necessidades do núcleo familiar para depois, se for o caso, utilizar o excedente para a comercialização.

Além da Agricultura Familiar, esse processo também envolve o Cooperativismo e a Economia Solidária, pois ambos se propõem a construção de novos conceitos e relações, respeitando os sujeitos e seus saberes. Desse modo, tratar das categorias (Cooperativismo, Economia Solidária e Agricultura Familiar) é revelar a existência da resistência dos trabalhadores, a consciência de pertencimento ao proletariado, a força e importância dos movimentos sociais nessa construção contra hegemônica ao sistema capitalista.

A cooperação simples, presente nos processos de trabalho, é a resposta sobre a base das relações sócio-produtivas geradas pelo capital e aparecendo como sua obra própria, com os efeitos de “fetichismo” que são próprios ao processo de produção capitalista. [...] As contradições deste processo produzem efeitos significativos para a superação do modo de produção capitalista. A companhia por ações e a fábrica cooperativa sob direção dos trabalhadores, para Marx, preparam o terreno para o questionamento das funções exercidas pelos capitalistas na direção das empresas, gerando um resultado objetivo e

subjetivo favorável ao desenvolvimento de novas relações de produção, na direção mesma de um modo de produção que nasce das contradições da sociedade capitalista. (BOCAYUVA, 2007, p.70)

Assim, segundo Bocayuva (2007) o modo de organização do trabalho em cooperativas pode ser analisado enquanto um modelo contraditório ao capitalismo. Haveria diferença, principalmente, no modo de divisão do trabalho e rendas. O que pode ser considerado uma reflexão às contradições geradas pelo capitalismo como a acumulação dos meios de produção; o aprofundamento das desigualdades sociais, que se concretizam nas relações de trabalho, na relação com a natureza, na relação entre os sujeitos; o consumo exacerbado; o desemprego estrutural e a coisificação das pessoas e relações. No campo, todas essas mazelas pertencentes ao capitalismo chegaram, contudo, é possível identificar no cotidiano do campo a resistência, através das relações existentes entre os povos, movimentos sociais e o uso da terra.

Ao trazer o olhar para a economia que é gerada no campo nota-se efetivamente a existência do sistema capitalista e neoliberal que ao longo dos anos difundiu e implantou programas e ideias de progresso, sem qualquer respeito aos saberes e diversidade dos povos do campo, assim, nota-se a inviabilidade dada ao trabalho e a renda oriunda da agricultura familiar, pois

a economia dominante só olha para as atividades realizadas no mercado, a partir do trabalho remunerado, da compra e da venda de produtos e da lógica de obtenção de lucro. Isso exclui um conjunto de atividades, trabalhos e relações que não são monetizados, não circulam em troca de dinheiro, mas que sem eles a economia não pode se mover e nem a vida pode se reproduzir a cada dia. São atividades realizadas majoritariamente pelas mulheres, nos espaços domésticos e comunitários. (JANCZ *et al*, 2018, p. 18)

Corroborando com a invisibilidade tratada e respaldada por Jancz e colaboradores (2018), há o trabalho das mulheres rurais que historicamente desenvolveram suas atividades domésticas e laborais aparentemente fora dos circuitos da economia capitalista. Por meio dos movimentos feministas por reivindicação de direitos de igualdade de gênero, de trabalho, racial e de classe, as mulheres estão em processo de desconstrução da sua invisibilidade na história.

Apesar das conquistas já obtidas, de reconhecimento, de obtenção de direitos e políticas públicas, há as contradições, pois, a análise realizada por Vitória, Farias e Moreno (2016) apontam para a prevalência do patriarcalismo e suas novas faces dentro do sistema capitalista.

A articulação do patriarcado com o racismo e o capitalismo demonstra a capacidade destes sistemas de se remodelar para perseverar através dos tempos. Hoje encontramos discursos sobre o empoderamento e protagonismo das mulheres em diferentes áreas. Ao mesmo tempo, vemos novas roupagens

para o mesmo controle dos corpos, do trabalho e da sexualidade das mulheres, e o reforço de um ideal de “ser mulher” que concilia o trabalho ao que seria sua responsabilidade primeira: garantir a harmonia e funcionamento do lar. Em alguns momentos históricos e até hoje em muitas sociedades, a coerção marca este modelo: a ameaça da violência obriga as mulheres a seguirem estritamente as regras e leis patriarcais. Mas, cada vez mais, vemos que a coerção passa a dar lugar a um estímulo constante para que as mulheres “desejem” se submeter aos padrões machistas (VITÓRIA, FARIAS e MORENO, 2016, p. 09).

Desse modo, o capitalismo apresenta uma liberdade e igualdade superficial às mulheres, esse fato se agrava quando se trata de mulheres negras, pardas e com pouco ou nenhum acesso à escolarização. Muitas dessas mulheres também são rurais, e sofrem com o machismo, o patriarcalismo, o racismo e a desvalorização de seu trabalho. De modo que, a organização das mulheres rurais em uma cooperativa tenciona ainda mais a contradição dentro do sistema capitalista, como é a realidade concreta dos sujeitos da pesquisa.

A diversidade do campo e dos seus povos não são objeto de destaque, nem de valorização na sociedade capitalista, esse fato se agrava quando se trata do trabalho desenvolvido por mulheres, seja ela agricultora, quilombola, indígena, de fundo de pasto, entre outras. Implicadas com um projeto de campo, no qual as mulheres e homens sejam respeitados dentro de suas diversidades, a Educação do Campo surge como proposta contra hegemônica de pensar a educação (formal e informal), os povos do campo, a economia, a política e todos os aspectos da sociedade a partir de um projeto embasado na agroecologia, na posse da terra e de construção coletiva por diferentes movimentos.

2.1 Educação do Campo: Princípios e Concepções

[...] não há uma única forma nem único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o seu único praticante (BRANDÃO, 1981, p. 9).

Como conceitua Brandão, no livro *O que é Educação* (1981), a educação não está limitada ao espaço escolar, tão pouco a figura do professor. Pensar a educação é considerar contextos e sujeitos que compõe a vida em sociedade. Entretanto, a educação formal é necessária e historicamente foi negada a muitos povos, assim, ter atualmente uma legislação que regulamente e garanta esta como direito de todos é uma conquista.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205 traz que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, [...]” mas não foi sempre assim. O histórico da ocupação do Brasil a partir da chegada dos portugueses mostra que a educação foi desenvolvida com a finalidade inicial de catequizar os nativos nos moldes da sociedade europeia. Assim, Dermeval Saviane, na obra *História das Ideias Pedagógicas* (2014) apresenta os períodos e tendências que a educação brasileira sofreu.

A obra retrata que historicamente a educação não chegou a todos os brasileiros, e que a cada período histórico a educação era utilizada para disseminar a intenção das classes dominantes. Nessa perspectiva, a educação é compreendida como meio de poder, pensada para poucos. No contexto do campo essa realidade se agrava, pois a educação formal chegou com um retardo de anos e com ineficiências maiores do que do espaço urbano.

Além do atraso educacional, o campo brasileiro já apresentava como característica a divisão das terras concentradas com um número mínimo de europeus. A população rural estava submissa aos senhores feudais, trabalhando para ter direito a alimentação e habitação nas grandes fazendas. Já no Brasil Império, a educação primária seria gratuita para todos os cidadãos, contudo, não se efetivou. A educação chegou timidamente no meio rural, por ser entendida como uma estratégia para a melhoria da produção agrícola.

No processo de transição do sistema feudalista e escravocrata no Brasil para o sistema capitalista, a educação foi um instrumento de captação e preparação minimamente dos povos do campo com o objetivo de servir na construção do desenvolvimento capitalista. O retrato disso é a luta ainda existente para que aconteça a reforma agrária que é camuflada pela proposta do agronegócio para o campo.

O termo [agronegócio] foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços (LEITE; MEDEIRO, 2012, p. 81 – grifos nossos).

A efetivação do agronegócio trouxe a reafirmação dos grandes latifúndios, a concentração da renda e da riqueza, o trabalho escravo mascarado, a destruição de ecossistemas e a expulsão dos povos do campo pela falta de trabalho ou por venderem o “sonho de felicidade na cidade” agravando o êxodo rural, isso em troca de um “processo de modernização e industrialização da agricultura, que se intensificou nos anos 1970” (LEITE, MEDEIRO, 2012, p. 82).

Dentro desse contexto, a educação é apresentada como meio de qualificar um número pequeno de trabalhadores para saber manusear as máquinas e produtos (agrotóxicos, pesticidas e fertilizantes). Neste ponto, nota-se a diferença entre os projetos existentes de campo. Enquanto o agronegócio expulsa, invade, polui e contamina, a Agricultura Familiar vivida pelos diferentes povos do campo vem na contramão, na resistência, a partir da construção da proposta de Educação do Campo, da articulação dos movimentos sociais, na luta por implantação de leis e políticas públicas que legitime suas características e direitos.

O campo desejado pela Agricultura Familiar propõe a inclusão de todos os povos respeitando suas diversidades, reconhece e valoriza a mulher como a mediadora do processo de transição para a agroecologia, tem um projeto de educação que foi criado pelos seus sujeitos, dentro dos seus contextos e busca produzir alimentos que gerem vida e saúde como caminho para conseguir a soberania alimentar.

Dentro dessa dualidade de projetos de campo a educação não se distancia, pois só a partir da educação os sujeitos do campo conseguirão superar a defasagem da educação formal. A história da educação brasileira mostra que as populações do campo foram diretamente prejudicadas, estas não eram prioridades, não recebiam os recursos para melhoria pedagógica e estruturais, conseqüentemente era ofertado um ensino sem qualidade, com o ideário e as sobras de materiais que foram utilizados no urbano.

A educação escolar por muitos anos também desvalorizou os saberes culturais, as tradições dos agricultores, dos pescadores, dos povos ciganos, dos rezadores, dos povos tradicionais, entre outros. Negando sua história, seus saberes, suas experiências de vida e principalmente a importância dessas pessoas enquanto trabalhadores e sujeitos de direitos. A educação era dedicada a poucos, por isso o Brasil possui um histórico de analfabetismo elevado, em especial na Região Nordeste.

Tabela 1. Analfabetismo na faixa de 15 ou mais – Brasil – 1990/2000.

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total ⁽¹⁾	Analfabeta ⁽¹⁾	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Nota: (1) Em milhares

Em nível de região esse número expressa as desigualdades existentes, em especial na educação da Região Nordeste que ultrapassa a média nacional de 14,7% e chega a 28%⁴, conforme expressa a tabela 2.

Tabela 2. Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – 1996/2001.

Unidade Geográfica	Ano		
	1996	1998	2001
Brasil	14,7	13,8	12,4
Norte	12,4	12,6	11,2
Nordeste	28,7	27,5	24,3
Sudeste	8,7	8,1	7,5
Sul	8,9	8,1	7,1
Centro-Oeste	11,6	11,1	10,2

Fonte: IBGE, Pnads de 1996, 1998 e 2001.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2003, p. 7), no Brasil as desigualdades sociais e regionais são uma marca presente, e não poderia ser diferente com o analfabetismo, “regiões com menor desenvolvimento econômico e de economia pouco diversificada são as que apresentam os piores indicadores. Assim, o Nordeste brasileiro tem a maior taxa de analfabetismo do País, com um contingente de quase oito milhões de analfabetos, o que corresponde a 50% do total do País”.

Coutinho (2009, p. 393) diz que “a educação escolar para quem vive e trabalha no campo não foi uma prioridade do Estado. Por muito tempo, apesar do caráter da economia ser eminentemente agrário, a educação rural foi relegada nas legislações brasileiras”. O Estado não considerava os pobres, os povos do campo e os africanos escravizados como sujeitos, assim, não era de sua responsabilidade a escolarização, o acesso a terra, a emissão de documentos pessoais, entre outros direitos políticos e sociais.

Paulo Freire, nas suas obras, alerta para a intencionalidade e prática de uma educação bancária para a necessidade de uma educação que reconheça o sujeito como detentor de conhecimento, capaz de realizar a leitura de mundo e também de se entender enquanto oprimido, pertencente à essa classe. Freire no livro *Pedagogia do Oprimido* (1987) faz reflexões a partir da concretude de suas vivências no Brasil e em outros países, em que contextualiza o oprimido e opressor dentro de uma sociedade na qual as contradições estão presentes nas relações, nos modos de vida e produção. A existência do oprimido e opressor marca a existência da violência e da ideologia de classes.

Esta violência, como um processo, passa de geração a geração de opressores, que se vão fazendo legatários dela e formando-se no seu clima geral. Este clima cria nos opressores uma consciência fortemente possessiva. Possessiva do mundo e dos homens (FREIRE, 1987, p. 25).

O desejo da liberdade da classe oprimida move a luta por uma sociedade justa, crítica e solidária. Freire ao apresentar o oprimido e opressor instiga a reflexão sobre a dialética de uma sociedade de classes que direta ou indiretamente incita a violência, o consumo e principalmente o desejo de se tornar opressor.

Discutir a educação a partir de Freire faz-se necessário para esse novo projeto de sociedade protagonizado pelos trabalhadores (em especial os do campo) e seus movimentos. Indubitavelmente, a educação permeia todos os ciclos da vida humana e ela contribui efetivamente para formação de seres humanos críticos, emancipados e não opressores. Por consequência, planejar uma proposta de educação para esse projeto de sociedade e consequentemente para o modo de vida dos trabalhadores do campo é a base para dar sustento à luta.

A pesquisa feita por Roseli Salette Caldart sistematizada no livro *Pedagogia do Movimento* (2000) vem contribuir para a formulação dessa educação destinada aos povos do campo e seu modo de vida. A autora destaca que a escola não é um único espaço de formação, o “Movimento” possibilita a formação de um novo sujeito social e cultural. Caldart (2000) traz o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como um *lócus* que possibilita a construção de uma visão oposta ao sistema capitalista, uma vez que a relação com a terra, com o trabalho e com as demais pessoas da sociedade passam a ser construídas tendo pertencimento ao que se faz, o cuidado com a terra e as pessoas.

O MST existe consoante a consciência da luta de classe, ou seja, a compreensão da sociedade a partir da divisão de classe e as desigualdades sociais geradas dentro do sistema capitalista. A luta se constrói com base em uma sociedade mais justa, onde a terra tenha sua função social efetivada, indo de encontro ao latifúndio e promovendo a Reforma Agrária que é tratada pela Lei 4.504/64 como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

Assim, a Pedagogia do Movimento traz, justamente, o resgate de como a escola e os movimentos sociais podem ser protagonistas nessa luta. A autora, como base na leitura marxista, explica as contradições e processos existentes no MST e na sociedade para destacar

o papel da educação para contribuir no fortalecimento da luta de classe, que também é a luta pela questão agrária, que é a luta pela soberania alimentar.

Desse modo, todos os saberes são valorizados e considerados válidos para a formação do sujeito, logo, os aprendizados ocorridos nas relações familiares, na organização das machas, nas ocupações e atos (entre outros) são essenciais na formação de sujeitos sociais coletivos para a consolidação da luta agrária. Essas experiências para Caldrat é a educação nas relações sociais que juntamente com educação escolar construirá um sujeito consciente de si e do seu espaço de luta. Por isso, a Pedagogia do Movimento pode ser compreendida como

[...] parte de uma teoria pedagógica e social com categorias que assumem o contraponto de concepções de educação, de horizontes de formação humana e de sociedade, buscando participar do próprio movimento de transformação da realidade que a produz. A Pedagogia do Movimento reafirma, para o nosso tempo, a radicalidade da concepção de educação, pensando-a como um processo de formação humana que acontece no movimento da práxis: o ser humano se forma transformando-se ao transformar o mundo (CALDART, 2012, p. 548).

Comungando dessa compreensão, os povos e os movimentos do campo foram construindo sua proposta de educação e de sociedade, levando em consideração a *práxis* que acontece no processo formativo do MST, como meio de fortalecer a luta e construir o entendimento que o principal educador é o próprio Movimento. Segundo Caldart (2012, p. 550), os

movimentos sociais estão sendo entendidos como formas de mobilização e de organização específica das classes trabalhadoras para lutas sociais que passam a fazer alguma diferença no movimento histórico de uma dada sociedade, acorde à sua capacidade de fazer emergir (formar) novos sujeitos sociais coletivos.

Uma vez que a Educação do Campo destina-se as mulheres e homens do campo e estes em sua maioria estão ligados a grupos, associações, cooperativas, sindicatos e outros movimentos sociais no intuito de lutarem por melhorias para o coletivo, faz-se primordial a Educação do Movimento na composição da base para formulação de uma proposta de educação e projeto de sociedade.

Desse modo, a Educação do Campo nasce tendo como alicerce a Pedagogia do Oprimido (Paulo Freire), a Pedagogia do Movimento (Roseli Salette Caldart) e a Pedagogia Socialista (Krupskaya). Esta última também compõe o tripé da Educação do Campo, por ser uma referência na compreensão da formação humana, na luta social e na política que contrapõe a proposta do capital apresentando uma pedagogia libertária.

[...] a pedagogia socialista sempre esteve organicamente vinculada às experiências de luta social e política, demarcando concepções diferenciadas de formação humana antes a concepção hegemônica do capital, que impõe aos homens a forma mercadoria como marco de construção da sua subjetividade e materialidade histórica. Portanto, tratar de uma pedagogia socialista, mais do que se ater a princípios metafísicos, é dimensionar dialeticamente as experiências concretas de formação humana no bojo dos processos revolucionários, das organizações políticas e dos movimentos sociais que apontaram, ao longo do século XX, [...]. (CIAVATTA; LOBO, 2012, p. 563)

Entendendo a educação como princípio educativo, Krupskaya (2017) conceitua a escola do trabalho. Esta deve estar ligada as demandas e interesses das crianças e jovens, o que possibilita vivência coletiva, a auto-organização e o desenvolvimento das personalidades humanas, construindo o que a autora soviética chama de homem revolucionário, pois une o ensino do trabalho, do intelectual e o escolar, tornando um sujeito autônomo e criativo. Assim, a autora destaca também na sua obra o papel da escola como instrumento de combate a divisão de classes, pois para ela o “Estado burguês – seja uma monarquia ou uma república, não importa – a escola é um instrumento de subjugação intelectual de amplas massas nacionais” (KRUPSKAYA, 2017, p. 65), ou seja, o espaço educacional deve possibilitar o aprendizado para além do letramento, apresentar ensinamentos e reflexões que serão base para o pensar e agir dos sujeitos.

A partir das três pedagogias da vivência cotidiana, o projeto de Educação do Campo busca uma educação que possibilite ao sujeito ser crítico, ser leitor do mundo e da sua realidade, bem como, possa ter consciência de classe e aprender em diferentes espaços de convivência coletiva. Essa compreensão vem a partir do sentido do trabalho, dele construir saberes e também enfrentar lutas e superar as contradições. Segundo Caladart (2012, p. 262),

[...] a Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis.

Além das perspectivas teóricas apresentadas, a Educação do Campo foi construída a partir dos movimentos sociais e das suas realidades concretas por isso a influência da Pedagogia do Movimento. A Educação do Campo vem como projeto construído com e para os povos do campo contra a proposta de Educação Rural e as ações do agronegócio. Desse modo, a luta pela terra e a permanência dos sujeitos nela é constante, bem como, construir um modo de vida

contraditório ao proposto pelo sistema capitalista, a partir dos modelos de agricultura para o campo brasileiro.

A partir dessa compreensão, houveram mobilizações que originaram encontros nacionais⁴ para fortalecer e ser base para articulação de políticas públicas e efetivação das propostas da Educação do Campo. A elaboração do marco normativo da Educação do Campo, no ano de 2012, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) sistematiza as legislações, apresenta conceitos e mostra os avanços obtidos. O marco concebe o campo,

mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. Assim focalizada, a compreensão de campo não se identifica com o tom de nostalgia de um passado rural de abundância e felicidade que perpassa parte da literatura, posição que subestima a evidência dos conflitos que mobilizam as forças econômicas, sociais e políticas em torno da posse da terra no país (SECADI, 2012, p. 7-8).

Reconhecendo o campo como esse espaço diverso e contraditório, os princípios da Educação do Campo foram elaborados para atender a diversidade e a demanda que dos sujeitos do campo. Para tal, o Decreto nº 7.352/2010, apresenta no Artigo 2º os cinco princípios que norteiam a Educação do Campo. Em suma, os marcos normativos (SECADI, 2012, p. 81) listam que os princípios são “o respeito à diversidade, a formulação de projetos políticos pedagógicos específicos, o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação e a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo”.

Portanto, os princípios norteiam a prática pedagógica e colaboram na efetivação da participação das comunidades e movimentos para construção coletiva da educação no espaço escolar e fora dele. Além disso, buscam incluir e respeitar as diversidades. Logo, tem-se um projeto que ultrapassa os muros da escola e torna-se base para um projeto de transformação da sociedade, a partir da realidade dos povos do campo. Esta realidade é vivenciada na agricultura familiar com a organização de mulheres rurais que buscam melhorias da qualidade de vida de suas famílias por meio de trabalho coletivo e cooperativo.

⁴ I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA). I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998. Seminário Nacional, em 2002. II Conferência Nacional, em 2004, entre outros.

2.2. Agricultura Familiar: Trabalho e Organização das Mulheres Rurais

O livro *A Questão Agrária no Brasil 2*, Stédile (2012, p. 20) apresenta o histórico da formação do país, em que “a História registra que as populações que habitavam nosso território viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs, a maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura”. Porém, esse contexto mudou com a “invasão dos europeus, a organização da produção, e a apropriação dos bens da natureza [...]” (STÉDILE, 2012, p.22).

Entender o processo histórico da formação do Brasil, bem como se deu a divisão e acesso a terra é essencial para dialogar sobre a agricultura familiar e o trabalho das mulheres rurais ao longo dos séculos. A apropriação da terra pelos portugueses, por volta do Século XV, gerou conflitos, destruição de relações sociais e ambientais, além de um marcante processo de servidão para o trabalho, assim, a desapropriação/expulsão dos povos originários de suas terras gerou morte física e cultural, também luta e resistência desses povos, que, ainda hoje, reexistem.

Alinhado a isso, em meados do Século XVI, os europeus implantaram a escravidão como forma de trabalho, obrigando africanos e indígenas a condição de servidão. Nesse mesmo século as terras brasileiras foram divididas em 14 Capitânicas Hereditárias,

[...] a Coroa optou pela ‘concessão de uso’ com direito a herança. Então, utilizando diversos critérios políticos e sociológicos, a Coroa entrega a capitalistas-colonizadores que dispunham de capital, enormes extensões de terra – que eram medidas em léguas, em geral delimitadas por grandes acidentes geográficos. Assim, os capitalistas-colonizadores eram estimulados a investir seu capital no Brasil para a produção de alguma mercadoria para exportação, com a Coroa garantindo a posse de imensas extensões de terra para tal finalidade (STÉDILE, 2012, p. 23-24).

A divisão de terras no Brasil teve como marco a criação das capitânicas hereditárias, Stédile explica que o país viveu o capitalismo mercantil, pois 80% da produção eram exportadas. O modelo adotado pelos colonizadores foi denominado de *plantation*, palavra inglesa que os sociólogos e historiadores utilizaram para resumir o funcionamento. O trabalho realizado com a terra estava dentro deste termo, ou seja, *plantation* “é a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, praticando monocultura, [...] e utilizando mão de obra escrava” (STÉDILE, 2012, p.23).

A legitimação da posse da terra efetiva-se a partir da primeira lei criada com esse fim, em 1850 a Lei nº 601. Para Stédile (2012, p. 25), essa lei foi considerada como o “batistério do latifúndio no Brasil”, regulamentou o “modelo de grande propriedade rural, que é a base legal,

até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras”. Ao resgatar de maneira sucinta os aspectos da divisão da terra no Brasil, cabe também destacar a existência dos conflitos que esses sistemas geraram, a história não foi construída na passividade, logo, os atuais movimentos sociais com diferentes fins tem ligação com os sujeitos e movimentos de resistências existentes.

O final do sistema escravocrata, datado no ano de 1888, também marcou o término do modelo *plantation*, contudo, o fim desse regime não significou garantia de direitos, nem acesso a uma qualidade de vida digna. Na história construída por europeus, as mazelas vividas não foram prioridade no registro histórico, não apresentou a exclusão social que indígenas e africanos sofreram também neste período, ficando a margem da sociedade e com seus direitos negados.

A partir da compreensão que o desenvolvimento é dialético e construído de forma dinâmica, faz-se necessário refletir sobre a organização do trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar e o seu papel/espço na sociedade como um todo. Para tanto, há de frisar que existem diferentes concepções e abordagens entre agricultura camponesa e agricultura familiar. Existem autores que trazem o embate de superioridade de um conceito sobre o outro, ou negação de um para favorecimento do outro. A agricultura camponesa tem suas bandeiras de luta e é desenvolvida aqui no Brasil por movimentos sociais vinculados a Via Campesina. Consideram-se aqui as distinções entre os conceitos, mas se fez a opção de se denominar agricultura familiar os sujeitos que detém o modo familiar na gestão e representa o segmento dos povos do campo na sua heterogeneidade e diversidade rural que historicamente foram excluídos do contexto agrário brasileiro.

A agricultura familiar de igual modo possui suas lutas e autores que defendem sua importância e presença na história do mundo. No Brasil podemos citar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), vinculada à Central Única dos trabalhadores (CUT). Desse modo, o presente relatório não visa esgotar o debate teórico sobre qual terminologia é mais apropriada, pois a autora compartilha com Neves (2012, p. 38) a compreensão de que

diante dos investimentos políticos para a construção social da categoria socioeconômica (*agricultor familiar*) ou do exercício do fazer-criar uma organização desejada (*agricultura familiar versus agricultura patronal, agricultura camponesa*), aos cientistas sociais cumpre o dever de restituir o caráter sociológico da categoria: reconhecer que esses termos evocam uma designação social e têm sua eficácia política porque criam posições e direitos correspondentes. E assim, também reconhecer que esses exercícios políticos

e acadêmicos são provisórios, porque sempre passíveis de novas interpretações e contra-argumentações.

Segundo Weisheimer (2004, p. 78), “atualmente, a agricultura familiar emerge como categoria a partir dos processos de modernização agrícola e de plena articulação dos produtores familiares com os mecanismos de mercado”. Portanto, com a adoção do termo agricultura familiar “[...] busca-se demonstrar como esta categoria é adequada para interpretar a produção familiar no contexto de domínio do modo de produção capitalista na agricultura” (WEISHEIMER, 2009, p. 89).

Esta é uma contradição marcada para a agricultura familiar em que prevalece o modo de vida não capitalista dentro do modo de produção capitalista. No contexto de um modo de resistência para a continuidade da agricultura familiar – um modelo de ação grupal de fortalecimento da agricultura familiar é a formação de cooperativas para acesso ao mercado. Ao se arrazoar que o fortalecimento da agricultura familiar também é um modo de resistência se deve as características que fortalece essa categoria. Segundo Weisheimer (2013, p. 72)

as características centrais da agricultura familiar residem no fato de que a gestão do trabalho e da propriedade dos meios de produção – mesmo que não necessariamente da terra – encontram-se sob a responsabilidade da família, entendida como grupo doméstico de trabalho e de consumo, que realiza a reprodução geracional do processo de trabalho e a transmissão do patrimônio familiar

Reconhecendo a relevância dessas características para abordar a agricultura familiar em um contexto de produção capitalista, concorda-se também com Wanderley (1996, p. 7 - 8) que o agricultor familiar é continuidade do campesinato à medida que a família continua a ser centralidade na tomada de decisão sobre o trabalho. Assim, não tem como negar a ligação da agricultora familiar ao campesinato.

Nos últimos anos no Brasil, a categoria Agricultura Familiar se tornou valorativa com a criação de marcos legais, programas e projetos sociais que tiveram o intuito de estimular a Agricultura Familiar. A primeira legislação dedicada ao trabalho agrícola foi a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, esta institui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. A Constituição Federal (CF) de 1988, aborda sobre o direito de igualdade entre todos os cidadãos, bem como, sobre reforma agrária, seguridade social do agricultor. Em 1991, foi sancionada a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, refere-se a Política Agrícola, em seguida, Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Lei orgânica da seguridade social, institui plano de custeio

e dá outras providências, nesse contexto de seguridade houve a aprovação da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social.

Em um contexto neoliberal⁵, as transformações desejadas tornaram-se mais difíceis. Contudo, entre as décadas de 1980 e 2000, os movimentos sociais se organizaram na luta pela consolidação do direito a terra, a soberania alimentar, a moradia com qualidade no campo. Assim, registra-se que estudos, debates e pressão social fizessem com que o Estado criasse o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, que se destina a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, financiando atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Em 1996, também foi aprovada a legislação que tratava do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), dos pagamentos das dívidas representadas por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências através da Lei nº 9.393, de 19/12/96. Já em 1998, teve a Lei complementar nº 93, de 4 de fevereiro, que Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) e dava outras providências. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Brasil foi criado em 25 de setembro de 1999 pela Medida Provisória nº 1.911-12.

Em relação à legislação para o agricultor rural, houve também o Fundo Garantia-Safra, esse foi criado a partir da Lei 10.420, de 10 de abril de 2002, que estabeleceu o fundo e instituiu o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que específica. Sobre crédito rural, em 2 de julho de 2003 foi aprovada a Lei 10.696 que trata sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências.

Dentre as legislações existentes destaca-se a Lei 11.326 de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos

⁵ Um dos marcos do surgimento do Neoliberalismo data de 1944 com a obra “Caminho da Servidão” de Friedrich Hayek. Entretanto, as teorizações sobre o neoliberalismo ficaram em segundo plano naquele momento, já que após a II Guerra Mundial estava em curso a implantação na Europa do Welfare State (Estado de Bem Estar Social) no qual propunha o Estado como o agente regulamentador de toda a vida e saúde social, política e econômica. Foi, então, em 1970 com a falência do padrão de acumulação fordista/taylorista e a crise do Estado de bem-estar social – fim dos “anos dourados” – que foi inaugurado uma fase de crise no capitalismo e os ideias neoliberais ganham força. Na América Latina a primeira experiência neoliberal aconteceu ainda na década de 1970 no Chile sob a ditadura Pinochet. No Brasil, as ideias neoliberais foram difundidas com maior ênfase na década de 1990 com a influência das 10 medidas previstas no Consenso de Washington voltadas para o liberalismo econômico e Estado Mínimo. Assim, é na contradição entre as conquistas sociais previstas na Constituição Federal de 1988 – após 30 anos de Ditadura Militar – e a influência neoliberal que os governos democráticos no Brasil implementam as políticas sociais. De tal maneira, as políticas sociais devem ser vistas como ações continuadas e “resultado de relações complexas que se estabelecem entre Estado e sociedade, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução no capitalismo” (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p. 36).

Familiares Rurais. Essa tem sido a referência para criação de políticas e programas relacionados à Agricultura Familiar. Dentre as políticas e legislações, as cooperadas da COOMAFES têm especial atenção a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 que trata da lei orgânica de segurança alimentar e nutricional;

A política pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criada a partir da Lei nº 11.947/2009, visa oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Alinhada ao PNAE no art. 19 da Lei nº 10.696, de julho de 2003, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Tanto o PNAE quanto o PAA são políticas implantadas que chegaram as agricultoras familiares da COOMAFES. No caso específico do PAA, que não exige possuir um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), possibilitou o fortalecimento de grupos comunitários na plantação e preparação de alimentos para entregar no setor do PAA municipal. Essa política contribuiu na geração de renda, na melhoria da produção e também na aproximação de grupos de agricultoras a partir dos encontros para alinhamento das entregas e os eventos de início/encerramento anual do PAA municipal (a história da organização da cooperativa está diretamente ligada ao PAA, acompanhe no próximo item).

Segundo a Lei 11.326/2006 é considerado agricultor familiar aquele/aquela que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais. Dentro dessa realidade, encontram-se (i) grandes propriedades utilizadas para a monocultura, pastagens, serviço do agronegócio e/ou sem utilização, e também as terras devolutas; no contraponto há (ii) agricultores familiares em minifúndios produzindo alimento de qualidade e respeitando a natureza. Uma ferramenta que tem validado a importância da agricultura familiar e todos os avanços na legislação é o censo agropecuário.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2006), foram identificados no Brasil 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, ou 84,4% do total, ocupando 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Conforme os dados detendo menos de um terço das terras de produção o(a) agricultor(a) consegue produzir para mais de oitenta por cento da população. O que alimenta o Brasil não é agronegócio, esse se destina a exportações e dominação da indústria dos alimentos e da pecuária. A tabela 3 apresenta exatamente as condições que o (a) trabalhador (a) possui para produzir.

Tabela 3. Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar – Brasil – 2006.

Agricultura familiar	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Utilização das terras nos estabelecimentos					
			Lavouras					
			Permanentes		Temporárias		Área plantada com forrageiras para corte	
			Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	5 175 489	329 941 393	1 480 243	11 612 227	3 127 255	44 019 726	3 313 322	4 114 557
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	4 367 902	80 250 453	1 233 614	4 290 241	2 719 571	12 012 792	2 851 616	1 338 027
Não familiar	807 587	249 690 940	246 629	7 321 986	407 684	32 006 933	461 706	2 776 530

Fonte: IBGE (2006).

Nesse contexto, cabe apresentar que o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) classificou os imóveis rurais em quatro categorias: minifúndios, latifúndios por exploração, latifúndio por extensão e empresas. A agricultura familiar brasileira tem sido desenvolvida nos minifúndios, sendo esse compreendido como “Minifúndios: propriedades com área inferior a um módulo rural e, portanto, incapazes, por definição, de prover a subsistência do produtor e de sua família” (MEDEIROS, 2012, p. 448).

A existência dos minifúndios são as provas concretas da necessidade da Reforma Agrária, viver dentro de imóveis tão pequenos que limitam a produção, expressa como é séria e urgente a questão agrária no Brasil, além dos inúmeros sujeitos que não possuem terra. Essa expressão severa do capitalismo através do agronegócio, “ou seja, o mesmo movimento de acumulação de capital que ocorre na indústria e no comércio passa a ocorrer também na propriedade da terra, pela tendência lógica do capitalismo a ir produzindo concentração da propriedade da terra”. Os latifúndios possuem duas classificações, sendo,

Latifúndios por exploração: imóveis com área de 1 a 600 módulos, mantidos inexplorados em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio em que se encontravam, com fins especulativos, ou que fossem inadequadamente explorados; Latifúndios por extensão: aqueles com área superior a 600 módulos, independentemente do tipo e características da produção nela desenvolvida. (MEDEIROS, 2012, p. 448).

Por uma questão estrutural dos sistemas de governo de constituição da sociedade brasileira, nem todos os sujeitos tiveram acesso à propriedade da terra, com isso as populações do campo lutam através da organização de representantes para estarem nos sindicatos e nos

movimentos sociais, bem como, a busca de parcerias com instituições religiosas e de ensino no intuito de fortalecer a luta.

A proposta de Reforma Agrária popular por estes movimentos defendida tem características similares às que se aplicaram historicamente em outros países, mas apresenta especificidades que levam em conta a realidade brasileira. Em termos gerais, ela compreende a necessidade de um amplo processo de desapropriação das maiores propriedades, estabelecendo-se inclusive um limite máximo da propriedade rural no Brasil – a proposta dos movimentos é que o limite máximo seja de até 35 módulos [...]. Combina a distribuição de terras com a instalação de agroindústrias cooperativas em todas as comunidades rurais, para que haja um desenvolvimento das forças produtivas [...]. (STÉDILE, 2012, p. 666)

A luta pela reforma agrária se faz cada vez mais necessária para a superação das desigualdades existentes na sociedade brasileira. A reforma agrária precisa ser compreendida como um “programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso [...]” (STÉDILE, 2012, p. 659), mas também como um anseio da sociedade que deseja melhores condições do seu modo de vida a partir da equidade nas condições materiais.

Avaliando a legislação, ainda há muito a ser conquistado, a luta dos movimentos sociais e da sociedade civil deve ser constante, pois no âmbito da agricultura familiar nota-se a ausência de efetividade, continuação e fiscalização dentro do que é estabelecido por lei. Nesse contexto os/as trabalhadores/as rurais vão construindo uma história de resistência e enfrentamento diante de uma sociedade estruturada a partir do latifúndio, com o sistema capitalista financiando o agronegócio.

Uma perda dos movimentos sociais foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criado em 25 de setembro de 1999. O MDA, através do Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016, foi reduzido à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário subordinado à estrutura da Casa Civil da Presidência da República. Em 2019, já no Governo Bolsonaro, através Decreto nº 9.667280, de 2 de janeiro de 2019, passou a fazer parte da estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a nomenclatura: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

A criação ou extinção de um Ministério é prevista dentre as atribuições de um Presidente da República e pode ser considerado como uns dos reflexos da sua proposta de governo, de quais áreas públicas terão mais investimento. Assim, a extinção de um ministério representa a perda de espaço para a política pública de Agricultura Familiar, que está dentro de um

Ministério voltado para o Agronegócio. Do mesmo modo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também passou a fazer parte deste Ministério.

Tendo em vista que as políticas sociais são resultado de relações complexas que se estabelecem entre Estado e sociedade, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução no capitalismo (BEHRING; BOSCHETTI 2006, p. 36), na atualidade, os movimentos sociais se tornam ainda mais importantes nesse processo, pois além das ações externas (marchas, ocupação, entre outros) desenvolvem o trabalho de base nas suas comunidades e com outros sujeitos/comunidades, desde as crianças até as pessoas da terceira idade, por compreender que todos os saberes são necessários e que é possível contribuir na luta de diferentes maneiras.

A presença e trabalho da mulher rural na conjuntura de luta, de produção e de resistência são notáveis, apesar das limitações que a sociedade patriarcal implantou historicamente como papel da mulher. A mulher rural busca constantemente estar presente e atuante em todos os movimentos e organizações quebrando os paradigmas a ela associado. No campo brasileiro a agricultora tem feito história, pois a organização do trabalho da mulher rural sempre existiu e contribuiu efetivamente, ao ponto que a agricultura familiar fosse responsável pela produção dos alimentos, chegando a 70% do que é consumido pelo brasileiro.

O trabalho na agricultura familiar é realizado entre os familiares, cabe à mulher rural diferentes acumulações e funções, o primeiro se dá em âmbito doméstico, elas são responsáveis pela limpeza, preparo do alimento, cuidar e educar os filhos e/ou irmãos mais novos, cuidar da plantação e animais próximos a casa, organizar as compras e contas, bem como, cuidar do marido e demais familiares que compartilhem do mesmo lar.

A inserção no trabalho doméstico começa na fase infantil e é naturalizado pela sociedade patriarcal em que se vive. Isso é ainda mais presente no contexto rural, os estímulos para escolarização e construção de uma carreira profissional (seja no campo ou na cidade) não ocorrem de maneira efetiva e com as condições necessárias para acessar tais espaços.

Dados que corroboram essas informações foram apresentados pelo IBGE (2017) sobre o estado da Bahia, que 1.538.293 de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever, sendo que desse total a taxa de analfabetismo do estado é maior entre as mulheres com 60 anos ou mais. O não acesso a escolarização ocasiona prejuízos imensuráveis, a exemplo do não acesso a direitos, a não perspectiva de melhoria de vida e a maior facilidade de aceitação da condição de inferioridade, com isso

[...] na sociedade capitalista e patriarcal os trabalhos realizados pelas mulheres na horta e com os pequenos animais são vistos como uma extensão de suas

tarefas domésticas, já que essas atividades, em sua maioria, são para o autoconsumo e não remunerada (JANCZ *et al*, 2018, p. 18)

As mulheres rurais são colocadas, em sua maioria, na condição de ajudante ou de não trabalhadoras por realizarem as atividades domésticas. As desigualdades continuam quanto ao nível de remuneração, é comum no meio rural o valor do dia de trabalho da mulher ser inferior ao do homem.

Outros desafios enfrentados para as mulheres rurais são o reconhecimento e legitimidade do trabalho e da terra, dados do Brasil⁶ apontam que apenas 30% são donas formais de suas terras, 10% conseguem ter crédito e 5% recebem assistência técnica. Mesmo submetidas a essas condições, as mulheres rurais são responsáveis pela metade da produção de alimentos, bem como, pela preservação da biodiversidade e da soberania alimentar, pois se dedicam na produção de alimentos saudáveis, ao cuidado com a terra e a preservação das águas.

Acoplado aos desafios sociais apresentados, estão o acesso a políticas públicas de apoio à agricultura familiar, ao fomento e fortalecimento de grupos produtivos, a crédito rural, a capacitação específica pela área de atuação, a educação, a programas de habitação e de acesso à água. A política pública⁷ é entendida como o mecanismo que pode efetivamente colaborar no processo de melhoria de vida das mulheres rurais, mas para isso faz-se necessário que essas políticas sejam pensadas e construídas em coletivo, ouvindo e reconhecendo que as mulheres e seus movimentos são os mais aptos a construir essas propostas.

Dentro dos espaços coletivos de mulheres rurais torna-se primordial dialogar sobre a questão de gênero, refletir sobre os papéis sociais ocupados por homens e mulheres na sociedade, questionar a sua participação e as condições ofertadas. Assim, construir gradativamente um pensamento mais reflexivo e crítico sobre esses aspectos que englobam a mulher na sociedade.

As mulheres rurais são sinônimo de resistência, pois mediante o processo histórico de construção de uma sociedade machista e patriarcal e as negações de direitos, elas resistem, criam, recriam, se inventam e continuam lutando por seu espaço, seu reconhecimento, sua valorização e reconhecimento do que são e do que fazem. A luta é contínua, as atribuições e

⁶ A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-a-importancia-das-mulheres-rurais-no-desenvolvimento-sustentavel-do-futuro/>>. Acessado em 02 de fev de 2019.

⁷ Entende-se por políticas públicas “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos” (TEIXEIRA, 2002, p. 2). Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>.

cobranças são muitas, o trabalho coletivo é desafiador, faltam condições de trabalho, falta terra e uma educação voltada para a realidade desses sujeitos.

Diante dessas realidades, nota-se a importância do trabalho coletivo para o fortalecimento das mulheres rurais no enfrentamento dos problemas familiares e no acesso a direitos, bem como para a geração de renda e a sua emancipação. As melhorias da qualidade de vida e das condições de trabalho estão sendo conquistadas através da luta nos movimentos representativos que elas compõem, são nesses espaços de debates que as agricultoras reivindicam voz e vez, que propõem projetos de políticas públicas e expressam a militância na agricultura familiar.

A mulher rural está diretamente ligada à agricultura familiar, os dados compilados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário apontam que

14 milhões de mulheres que estão no campo, nas lavouras, comunidades quilombolas e indígenas, nas reservas extrativistas são protagonistas da agricultura familiar no Brasil. 45% dos produtos são plantados e colhidos pelas mãos femininas. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, 12,68% dos estabelecimentos rurais têm mulheres como responsáveis, bem como 16% dos estabelecimentos da agricultura familiar (MDA⁸).

Esses dados ganham força no cenário nacional com a realização do Censo Agropecuário (2017) que demonstra o crescimento da atuação da mulher rural na agricultura, passando de 12% em 2006 para 18% em 2017. Esse aumento associa-se ao acesso a políticas públicas voltadas à agricultura familiar e também de empoderamento feminino, pois através da emancipação das mulheres rurais elas passaram da condição de ajudante do marido, para agricultora e/ou chefe de casa que produz e colabora para o sustento da família.

O empoderamento é um processo que precisa ser desencadeado por fatores ou forças externas, podendo ser uma pessoa, um grupo, um projeto ou uma instituição, de forma que, com este apoio, as mulheres possam reconhecer as estruturas que as oprimem e desenvolver uma consciência crítica. No caso das mulheres agricultoras familiares, o desafio maior é desnaturalizar e quebrar a dominação masculina. Nesta difícil caminhada, o primeiro passo deve ser o despertar da consciência em relação à discriminação de gênero, à existência da desigualdade entre homens e mulheres. O importante é, ao reconhecer a existência desta desigualdade no seu cotidiano, ficar incomodada e indignada com esta situação e querer mudá-la na sua vida e na das outras mulheres. (SIQUEIRA, 2014, p. 40)

⁸ A mulher rural como agente de transformação. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/mulher-rural-como-agente-de-transforma%C3%A7%C3%A3o>>. Acessado em 15 de dez de 2018.

Conforme aborda Siqueira (2014) o processo de empoderamento das agricultoras começa à medida que elas identificam as desigualdades existentes entre gênero, muitas vezes neutralizadas nas relações, assim, é preciso de fatores/situações que possam instigar elas a pensarem, a identificarem e buscarem alternativas para superação individual e coletiva. A história da COOMAFES traz esse desejo de empoderamento coletivo para superar as diferenças individuais existentes no meio familiar e comunitário.

As vivências nos espaços comunitários, o acesso a políticas públicas, a participação em associações, sindicatos, cooperativas e outros movimentos de articulação, o acesso a escola, aos órgãos de apoio as mulheres são espaços propícios para fomentar as agricultoras a pensarem as condições em que estão submetidas. “As participações em diversas atividades e as capacitações em várias temáticas organizativas e produtivas constituem ferramentas necessárias para o empoderamento destas mulheres agricultoras” (SIQUEIRA, 2014, p. 42).

Tendo base nos desafios e reflexões apresentadas sobre a vivência das mulheres rurais, destaca-se a importância dessas mulheres estarem juntas. A união das mulheres rurais gera cooperação para superação dos desafios relatados, assim, no coletivo torna-se mais propício a realização e valorização dos trabalhos agrícolas e não agrícolas realizados. Destina-se a estas mulheres também a preservação dos valores, das culturas e tradições da comunidade em que vivem, pois a elas ficam, muitas vezes, o trabalho nos conselhos das instituições religiosas, nos grupos culturais das associações, nas escolas e no processo de transmitir e preservar as histórias locais para as próximas gerações.

Para as mulheres rurais vinculadas aos movimentos associativistas / cooperativistas,

[...] o empreendimento econômico, além de ser uma alternativa ao desemprego, é também uma possibilidade de que se apresenta para aliviar a contradição com que ainda se deparam frente à situação de serem mulheres, mães e trabalhadoras. De um lado, o ingresso em uma atividade produtiva representa a possibilidade da mulher não ficar restrita ao trabalho doméstico e sair “*daquela coisinha de casa, cozinhar, lavar roupa, e não ver o outro lado*” (Francisca/AGP). De outro, significa o atendimento à necessidade de sobrevivência, elemento fundamental que faz avançar a sua “emancipação” pela conquista do espaço de trabalho e, ao mesmo tempo de convivência. (TIRIBA, 2001, p. 275 – 276)

A autora expressa, exatamente, a contradição no modo de vida das mulheres rurais através das relações delas consigo próprias e delas com a sociedade (família, comunidade, mundo do trabalho, entre outros) à medida que assumem as responsabilidades atribuídas pela sociedade machista e patriarcal às mulheres, mas não esquecem seu papel de protagonista e por isso buscam a superação de todas as opressões física, morais, sociais e cognitivas.

Portanto, a existência da mulher rural é a certeza da continuidade dos saberes populares, da organização e presença feminina nos movimentos sociais, da produção de alimentos de qualidade, da preservação do meio ambiente e da construção de outra lógica de sociedade, pautada na agroecologia, no trabalho coletivo, na soberania alimentar e na terra como um lugar de geração de vida para todos e todas.

2.3. Cooperativismo e Economia Solidária: um Modo e um *Lócus* de Produção e Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar

Ao pesquisar sobre o surgimento do cooperativismo, Daniel Rech (2012) aborda que os primeiros sinais de cooperação são registrados no Antigo Egito, na Grécia e em Roma. As iniciativas realizadas por esses povos tinham como características a ação em conjunto, almejando a superação dos problemas comuns.

O autor aponta que na Idade Moderna, período no qual a sociedade viveu o processo de mudança: saída do modo mercantilista e começo no sistema capitalista, as mudanças sociais não atingiram apenas o setor econômico, mas mudou as estruturas da sociedade: a burguesia chegou ao poder, as relações de trabalho tornaram-se ainda mais exploradas, o aumento do êxodo rural – formando uma lotação ao redor das cidades e nos centros febris.

As transformações geradas pelo desenvolvimento do capitalismo atingiram determinantemente no modo de vida de toda sociedade, assim, o cooperativismo tornou-se uma ferramenta de enfrentamento e luta por relações justas, sem exploração, com democracia e autonomia, podendo os cooperados serem donos dos meios de produção e da força do trabalho, desenvolvendo as tarefas laborais conforme o desejo do grupo.

Rech (2012) apresenta alguns nomes que são essenciais na história do cooperativismo a exemplo de Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865), William King (1786-1865) e Ferdinand Lasalle (1825-1864) este conhecido como o pai da Social Democracia, visualizava as cooperativas como mecanismo de enfrentamento do operariado para superar a exploração do capital.

Para Friedrich Engels (1820-1895), o cooperativismo tem sua ideologia construída em duas vertentes: uma socialista que era composta por pensadores preocupados em encontrar soluções para a classe trabalhadora, e ao mesmo tempo buscar alternativa ao sistema capitalista; e a segunda, encontravam-se pastores, cristãos, magistrados e outros que fundamentavam “o

amor ao próximo” como lema para atender/socorrer as pessoas atingidas pelo sistema capitalista.

Para além das experiências europeia geradas para contrapor o sistema capitalista que influenciaram a partir do século XIX, é importante destacar que no Brasil os povos indígenas originários e os povos negros escravizados buscaram alternativa de resistência, assim, os escravizados que fugiam formaram os quilombos, os indígenas na preservação de suas tradições. Ambos, povos tradicionais, trazem na sua essência a vida em coletividade baseada no princípio da cooperação.

Assim, faz-se necessário compreender os termos: cooperar, cooperação, cooperativismo e cooperativa, dentre do contexto social que estes estão inseridos. Cooperar deriva etimologicamente da palavra latina *cooperari*, formada por *cum* (com) e *operari* (trabalhar), dessa maneira, pode ser entendida como trabalhar coletivamente ou simultaneamente por objetivos comuns. Já Cooperação é compreendida no âmbito do trabalho como o esforço de um coletivo planejado para realização de um serviço ou produto, assim, todos são iguais e possuem funções a serem cumpridas, tentando atingir o que deseja o coletivo. Frantz (2001, p. 246) diz que é

um processo social, embasado em relações associativas, na interação humana, pela qual um grupo de pessoas busca encontrar respostas e soluções para seus problemas comuns, realizar objetivos comuns, busca produzir resultados, através de empreendimentos coletivos com interesses comuns.

Contribui com a discussão, Valadares (2005) ao apresentar o conceito de cooperação a partir da Teoria da Cooperação e dos estudos de Rolf Eschenburg, que a abordagem da

Cooperação (= trabalho conjunto) é a ação consciente de unidades econômicas (pessoas físicas ou jurídicas) para uma finalidade comum, sendo as atividades dos participantes coordenadas através de negociação e acordo. [...] Como conceito institucional Cooperação se refere a uma instituição ou organização, que é denominada cooperativista. Esta organização se baseia essencialmente no livre acordo de vontades individuais para alcançar objetivos de emancipação e de expansão econômica social (VALADARES, 2005, p. 9).

Portanto, mediante essa conceituação é possível relacionar a cooperação com o que se propõe uma cooperativa. Logo, uma cooperativa é uma forma de organização que visa coletivamente lutar por objetivos comuns ao grupo, desse modo, a legislação traz que “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]” (BRASIL,

Lei 5.764/71, art.4º). Segundo Valadares (2005, p. 35), a cooperativa possui duas compreensões que não podem ser interpretadas de maneira separadas, que

enquanto associação econômica, a cooperativa consiste no acordo multilateral entre as unidades de produção ou de consumo dos indivíduos cooperados e, como empresa é o empreendimento econômico que, como parte integrante das unidades econômicas individuais associadas, se encontra na propriedade e exploração comum.

Valadares (2005) ao apresentar essa definição traz um alerta para as cooperativas modernas⁹ (as criadas a partir da Cooperativa de Rochdale, em 1844). As organizações devem ter seu trabalho pautado no lado social e com igual importância no lado econômico, o desequilíbrio entre essas duas partes faz com que a cooperativa perca seu sentido fundador de cooperação, podendo assim torna-se uma cooperativa-empresa servindo ao capitalismo ou uma cooperativa-social que não desenvolve sua função de organismo econômico.

Para enriquecer o debate, Valadares (2005) também apresenta o conceito de Raymod Louis, que compreende a cooperativa como

um conjunto de estruturas de trabalho ou produção e de prestação ou utilização de serviços, que surge sob forma de organismo econômico que tem por base a associação de membros, e no qual cada um tem a qualidade de propriedade, usuário, trabalhador e empresário (LOUIS, 1974 *apud* VALADARES, 2005, p. 36).

Sentir-se proprietário e ao mesmo tempo usuário da cooperativa é um dos desafios das cooperativas modernas. Mesmo sendo criadas a partir de princípios, os membros possuem dificuldade de exercer os dois papéis, apoiando-se, em muitos casos, nas lideranças cooperadas para o desenvolvimento do trabalho e/ou se colocam na condição de dono. Não colaborando para o efetivo trabalho coletivo.

Para além do fim comercial/econômico, uma cooperativa tem sua dimensão social voltada para os cooperados e suas comunidades, um grupo de pessoas que se organizam para realizar objetivo coletivo e assim promover o bem coletivamente. Assim, tanto para as decisões econômicas e quanto sociais devem ser baseadas nos princípios cooperativistas, estes são apresentados por Valadares (2005, p. 18-19):

⁹ Este entendimento do marco do Cooperativismo Moderno se dá a partir da “formação da concepção cooperativa e para definição dos princípios básicos da organização e do funcionamento” (VALADARES, 2005, 15).

1º Princípio: Adesão voluntária e livre – As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços, e dispostas a assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas ou religiosas.

2º Princípio: Gestão democrática pelos membros – As cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formação das suas políticas e na tomada de decisões. [...]

3º Princípio: Participação Econômica dos membros – Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. [...].

4º Princípio: Autonomia e Independência – As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. [...].

5º Princípio: Educação, Formação e Informação – As cooperativas promovem a educação e a formação de seus membros, dos seus representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores de forma a que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. [...].

6º Princípio: Intercooperação – As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º Princípio: Interesse pela comunidade – As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos seus membros.

Com base nesses princípios, as cooperativas criam seus valores e desenvolvem seu trabalho. No âmbito social da organização destaca-se a relevância da educação para a cooperação, que está embasada no 5º princípio. Valadares na obra *A moderna administração em Cooperativa* (2005, p. 67) apresenta que

a Educação Cooperativista, hoje, cumpre o papel relevante na moderna administração de cooperativas caracterizando-se como um processo de aprendizagem de tecnologias de produção e de gerenciamento dos negócios do produtor rural, contribuindo para a formação e consolidação de mentalidade empreendedora nos quadros diretivo e associativo das cooperativas.

O autor compreende que a cooperativa carece da comunicação e da educação de maneira mais intensa que em qualquer outra organização social.

O desenvolvimento da cooperativa é diretamente proporcional ao desenvolvimento da educação e comunicação cooperativista. Falar de avanço, estancamento ou retrocesso do processo cooperativo é falar do acerto ou desacerto do trabalho de educação e comunicação cooperativista (VALADARES, 2005, p. 65).

Sendo assim, a Educação e a Comunicação tratam-se de questões de capacitação e pertencimento do cooperado para participar de maneira efetiva da organização, bem como, de

buscar o alcance dos objetivos comuns que unem o grupo cooperado. Para isso, é necessário construir a partir da assembleia até diretoria representativa, buscando atender todos os membros cooperados, levando esses ao entendimento coletivo que a participação efetiva gerará cooperados responsáveis e conseqüentemente cooperativas sólidas.

Por poder acontecer em diferentes espaços, contextos e sujeitos, a Educação Cooperativista possibilita a tomada de decisões e também a formação de grupos associativistas/cooperativistas, pois os seus membros terão a consciência e vivência do coletivo, podendo assim influenciar novos sujeitos e grupos. Para Lia Tiriba (2001, p. 261),

a formação do grupo de trabalhadores pode ser o resultado da ação de outros grupos dos movimentos sociais, [...]. a formação de grupos é resultado de experiências associativas anteriores, o empreendimento inicia-se a partir do próprio esforço de seus integrantes, os quais procuram obter o apoio de entidades no movimento popular, assessoria de ONGs e a obtenção de recursos [...].

A experiência de vivência coletiva favorece a aproximação das afinidades e o maior respeito com as diferenças. Montar um grupo que desenvolva suas ações a partir dos princípios cooperativistas requer uma predisposição de sair do eu para viver o nós. Portanto, o cooperativismo quando implantado e vivido dentro dos princípios traz o modo de vida não capitalista, na relação intrínseca entre capital e trabalho, planejar e executar sem subordinação. Esta é a vertente solidária ou popular que busca uma forma de organização de valores de democracia e de equidade.

É importante destacar que o movimento cooperativista não tem unicidade. Velloso (2016, p. 363) afirma que “o cooperativismo não seguiu como um movimento uniforme, conforme proposições iniciais do nascimento deste movimento”. Pode-se afirmar que existem correntes distintas no entendimento sobre as cooperativas: as cooperativas denominadas de tradicionais; e as cooperativas, de base popular e solidária, ligada ao movimento de Economia Solidária (PINHO, 2004).

Para as cooperativas o modelo de economia capitalista não as representa, não condiz com seus ideários, uma vez que as cooperativas não visam à coisificação das pessoas e das relações, não dedicam sua produção para geração de capital (mercadoria/dinheiro) e tão pouco, desejam separar os meios de produção do trabalhador. Entretanto, as cooperativas tradicionais são consideradas como paliativos das mazelas ocasionadas pelo sistema capitalista, em que há uma apropriação desta organização como uma estrutura compensatória.

Assim, o capitalismo se apropria de conceitos dos movimentos e fazem deles uma fachada para esconder os interesses na geração de lucro, no desenvolvimento do agronegócio para a destruição da biodiversidade e expulsão dos povos do campo, na alienação através da educação para formar cidadãos neoliberais, apoiadores das privatizações e de direitos para alguns grupos da sociedade.

A existência das cooperativas dentro de uma sociedade capitalista é uma contradição, por um lado, como uma estrutura cooptada pelo sistema, denominada de cooperativas tradicionais; e por outro, como contraposição de uma estrutura estritamente econômica, mas como uma organização de exercício efetivo de participação e de democracia, a partir das cooperativas solidárias ou populares. Mesmo nas cooperativas solidárias ou populares existe o desafio de superação de uma visão apenas social, mas a relação entre as dimensões econômicas e sociais.

Do mesmo modo, a contradição dar-se em todos os aspectos que compõe uma cooperativa, desde sua formação como sujeito que possui a consciência que lutar dentro de um coletivo é a maneira mais apropriada para enfrentar o sistema, mas sobretudo, de instituir valores e práticas coletivas e de democráticas. O modo como estabelece as relações com a natureza, com o trabalho e com o que é gerado através dele. O modo de pensar e fazer de cooperados/as leva em consideração as relações de afetividade e respeito, o desejo comum do grupo e também as condições do trabalho. Essa diferença em que a

economia dos setores populares possui uma racionalidade econômica própria. Diferente da empresa capitalista que – na busca do lucro, da competitividade da produtividade – dispensa trabalhadores, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada às necessidades da reprodução da vida da unidade familiar (CORAGGIO, 1998 apud KRAYCHETE, 2012, p. 6)

Segundo Kraychete (2012), a economia dos setores populares são as atividades realizadas de maneira individual ou coletiva/familiar que podem ser na modalidade do associativismo, do cooperativismo, formalizadas ou não. Assim, a economia dos grupos produtivos, dos empreendimentos e outros movimentos populares interagem com os mercados e atividades econômicas situadas no que Santos (2004) chama de “andar superior da economia”, ocupando uma posição de subordinação dentro de um sistema que subestima o potencial dos setores populares que criam, administram e planejam esses espaços.

No livro *Introdução à Economia Solidária* de Paul Singer (2002) é possível fazer também essa relação da concepção de economia entre os movimentos populares que se

organizam. O autor elenca reflexões sobre as empresas capitalistas e as empresas solidárias, assim, é possível compreender que o fato de ser uma cooperativa não é garantia de coletividade, partilha e objetivo em comum. O que diferencia os grupos organizados, seja em forma de cooperativa, associação e outros, será a maneira como o processo é pensado e executado, se os sujeitos envolvidos são ativos na tomada de decisão e na consciência da luta coletiva. A visão e postura dos sujeitos devem ser de usuário e dono ao mesmo tempo, assumindo as conquistas e compartilhando as perdas.

“Por empreendimentos de economia solidária entendemos aqueles que veem a emancipação do trabalhador como objetivo final da atividade econômica, através da autogestão, da propriedade coletiva e do respeito ao meio ambiente” (FRANÇA *et al*, 2008, p. 25). Desse modo, é relevante entender que a economia solidária “nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização febril da produção”¹⁰ (SINGER, 2002, p. 24).

Para Singer (2002) a experiência dos Pioneiros contribuiu para a construção ideológica desse modelo de produção, sendo essa experiência a base para construção da organização coletiva e dos valores que são base da economia solidária. É denominado de cooperativo solidário ou popular, em que prevalecem os princípios da economia solidária que coincidem com os princípios do próprio cooperativismo, e se contrapõem em ser considerado como forma compensatória do sistema capitalista. Neste sentido, Singer (2002, p. 10) afirma que

a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.

A Economia Solidária representa um modo de vida não capitalista, para isso propõe estratégias de organização da classe trabalhadora para construção de outro sistema antagônico ao sistema vigente. A Economia Solidária traz uma outra relação para o trabalho, os meios de produção e as relações sociais, ou seja, é um modo de vida que levará a um novo modo de organização social. Singer (2002, p.18) elucida que

A economia solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembléias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade.

¹⁰ Período esse que os Pioneiros de Rochdale se organizaram e fundaram a primeira cooperativa do cooperativismo moderno.

Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios.

A produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, com base na economia solidária por agricultores (as), representa a união de forças, reconhecimento de classe e objetivos comuns para resistir, enfrentar e demonstrar que esse é o caminho para superação do sistema capitalista e poder construir uma sociedade com igualdades de oportunidades. É assumir o cooperativismo popular ou solidário como uma estratégia de organização dos sujeitos excluídos, não apenas para uma inserção no mercado, mas de construir processos democráticos e participativos de transformação das desigualdades instituídas pelo sistema capitalista.

Além da valorização das pessoas, da concepção de valores do próprio trabalho realizado, existe uma relação próxima com a agricultura familiar que tem como característica a relação parental, que se assemelha com a proposta da economia solidária ao apresentar uma dimensão econômica que ultrapassa o viés financeiro do trabalho realizado. Por conseguinte, correlaciona também com a concepção de cooperativismo, visto que os valores comunitários e coletivos estão presentes na história destes sujeitos, e bem como foram incentivados para o acesso às políticas públicas.

3. O SEMEAR COLETIVO DA COOMAFES

A construção de uma cooperativa é uma ação coletiva, a qual demanda união, diálogo e objetivos comuns. Descrever o Semear Coletivo da COOMAFES é apresentar esses elementos dentro de um contexto de resistência, de alegrias e de aprendizados. Para tanto, é necessário conhecer o território para realizar a sementeira. O território traz a história e as condições existentes para realizar o semear, assim a COOMAFES constitui-se no Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia.

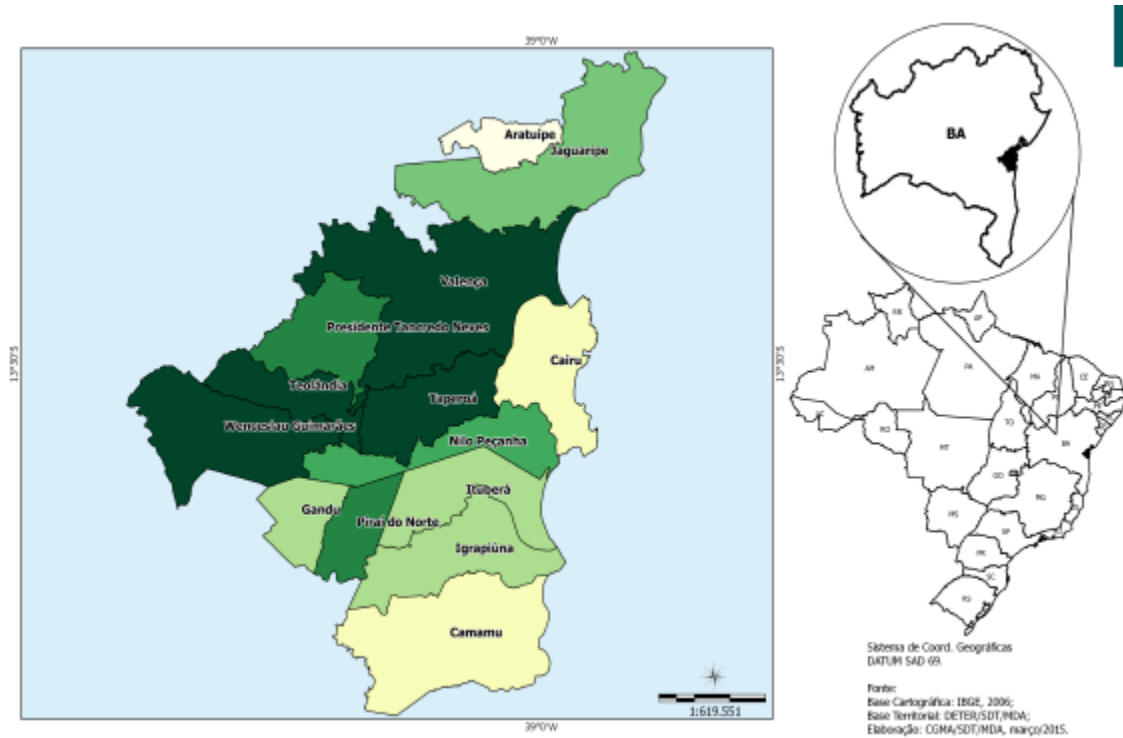
O Semear Coletivo da COOMAFES apresenta além da dimensão territorial, os aspectos históricos da cooperativa, seus primeiros passos, as falas das cooperadas sobre o processo de registro da entidade e dos espaços de comercialização, bem como, as características e contextos das mulheres rurais, e também os desafios da cooperativa. Dessa maneira, a sistematização apresentada reúne dados do território, como foco na formação histórica do município de Valença e suas comunidades rurais, das histórias de vida das cooperadas e do seu contexto familiar.

3.1 Em qual Território Semeamos?

A análise separada das relações sociais e dos territórios é uma forma de construir dicotomias. [...] Contudo, as relações não se desenvolvem no vácuo, mas sim nos territórios. As relações são construídas para transformar os territórios. Portanto, ambos possuem a mesma importância. As relações sociais e os territórios devem ser analisados em suas completividades (FERNANDES, 2006, p. 29).

A COOMAFES está situada no município de Valença, pertencente ao Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia. Este território é composto por quinze municípios: Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães. (Figura 1).

Figura 1. Os municípios de composição do Território de Identidade Baixo Sul



Fonte: MDA (2015).

Estes municípios possuem 336.511 habitantes, sendo, 151.525 moradores da zona rural, com 22.040 estabelecimentos da agricultura familiar¹¹. A população rural existente nesse território é a que movimenta a economia dos municípios, o ofício na agricultura familiar e na pecuária além da renda, oportuniza a fixação dessa população no campo, o cuidado com as nascentes de rios, a continuidade de tradições familiares e religiosas.

Segundo Santos (1994), o território pode ser compreendido a partir das relações de poder que nele existem, pode ser construído e desconstruído suas dimensões a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos, com a natureza e a reprodução cultural e econômica. O autor destaca que entender a dimensão histórica é essencial para fazer a análise das horizontalidades e verticalidades do território. Importante contextualizar que os Territórios de Identidade foram instituídos como política pública no estado da Bahia, que possibilitou a participação social no

¹¹ Perfil Territorial: Território do Baixo Sul da Bahia – Ministério do Desenvolvimento Agrário, ano de 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_021_Baixo%20Sul%20-%20BA.pdf>. Acessado em 18 de jul de 2018.

planejamento e gestão das políticas públicas¹², na busca de considerar as especificidades culturais, ambientais, econômicas sociais e políticas desse conjunto de municípios.

Nessa perspectiva, apresenta-se o município de Valença – BA e seu contexto histórico de formação, para compreensão das características dos sujeitos da pesquisa na relação com o Território de Identidade do Baixo Sul.

Para entender essas características, as realidades e as questões emblemáticas enfrentadas pelas mulheres rurais participantes e existentes no campo pesquisado, faz-se necessário abordar o processo de povoamento do território em que as agricultoras estão inseridas. A pesquisa é desenvolvida no município de Valença - BA, este tem 168 anos de emancipação política, mas a história do município começa ainda no século XVI.

Por volta de 1557 a 1571, chegaram os primeiros portugueses nesta localidade, iniciando um processo de desterritorialização (FERNANDES, 2006). O espaço pertencente aos povos originários foi invadido pelos portugueses para a construção dos seus territórios, assim, Fernandes explica que

[...] A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização. (FERNANDES, 2006, p. 35)

Esse processo impactou diretamente as relações de acesso e posse da terra, que por consequência gera outras desigualdades. Desse modo, a partir dos anos de 1.500, as terras brasileiras passaram a ser divididas. Foi um processo de luta, enfrentamento e resistência dos indígenas. O território era habitado pelos Tupiniquins e Aimorés, estes aparecem na história oficial/europeizada do município¹³ sendo, os Tupiniquins descritos como passivos e os Aimorés tidos como violentos e culpados pelo atraso do progresso da região. Quando na realidade, sabe-se que para ambos os povos indígenas houve um forte confronto de cultura, de interesse e de violência com a chegada dos portugueses.

¹² Lei Estadual nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014, que institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os 27 (vinte e sete) Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETERs. Entre estes territórios, está o Baixo Sul.

¹³ História da cidade de Valença – Ba. Disponível em <<http://www.camara.valenca.ba.io.org.br/historia>>. Acessado em 09 jul de 2018.

Esse processo de povoamento pelos colonizadores deu-se devido à divisão das terras do Brasil pelas Capitânicas Hereditárias, assim, essa região passou a fazer parte da capitania de São Jorge dos Ilhéus, sendo a Vila Nossa Senhora do Rosário de Cairu responsável pela administração. Nesse regime de povoamento, os indígenas foram expulsos das suas terras tendo, desse modo, que buscar outros espaços para sobreviverem ou tornarem-se submissos ao senhor Sebastião de Pontes, “homem rico e de grande influência, que já era proprietário de dois engenhos de açúcar na região do recôncavo baiano”¹⁴.

O histórico de desterritorialização da população indígena, em que Sebastião de Pontes constituiu suas fazendas, engenhos de açúcar, igreja e comércio, atraiu a vinda de mais colonos. Consta no histórico do município que a Vila da Nova Valença do Sagrado Coração de Jesus foi instalada por volta de 1779, vindo a ser intitulada como cidade em 10 de novembro de 1849. Sousa (2018, p. 52) retrata que “dada à proximidade com o mar e a foz do Rio Una, foi facilitado o escoamento das madeiras para a Europa e a construção da base naval da Coroa Portuguesa aqui no Brasil, principalmente numa época de poucas estradas para ligação entre as demais vilas do território”.

Desse modo, o território passou não só pelo processo de expulsão dos indígenas, como também pela degradação da natureza local justificada pelo desenvolvimento e progresso da região, além do período de escravidão que marcou as relações de trabalho, a chegada de povos africanos na condição de escravos. O recorte desse tempo histórico juntamente com os conhecimentos sobre a história do país faz-se imprescindível para a compressão/reflexão do perfil dos sujeitos, bem como, o entendimento de como se deu o modelo de divisão, posse e acesso das terras, além de expressar o modo como às relações sociais eram constituídas. Questões essas que passaram gerações e estão presentes, direta ou indiretamente, no modo de vida das pesquisadas e poderão ser compreendidas no decorrer do presente trabalho.

O município de Valença - BA possui uma estimativa de 95.858 habitantes, distribuídas em uma área de 1.192,614 km² (IBGE, 2018). O Censo Demográfico¹⁵ (2010) informa que Valença está com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) em 0.623, ou seja, classificado como médio desenvolvimento humano, porém esse número é o mais alto entre as cidades que compõem o Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia.

¹⁴História da cidade de Valença – Ba. Disponível em <<http://www.camara.valenca.ba.io.org.br/historia>>. Acessado em 09 jul de 2018.

¹⁵ Indicadores socioeconômicos: Território do Baixo Sul da Bahia – Ministério do Desenvolvimento Agrário, ano de 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_021_Baixo%20Sul%20-%20BA.pdf>. Acessado em 18 de jul de 2018.

Em relação a população rural, Valença é constituída por povos tradicionais, agricultores familiares, ribeirinhos, indígenas, marisqueiras, movimentos sociais e outros segmentos que lutam direta e/ou indiretamente pela terra, por qualidade de vida no campo. Assim, Wanderley (2014) chama atenção para a importância do patrimônio fundiário familiar e das estratégias para constituí-lo e reproduzi-lo, sobretudo em um processo valorize a identidade territorial. A permanência desses sujeitos no campo está diretamente ligada ao acesso a terra e as condições para o desenvolvimento do seu modo de vida.

Segundo Sousa “a região de Valença-BA é formada por minifúndios, com produção agrícola muito específica como cravo, cacau, dendê, pimenta do reino, piaçava, entre outros” (SOUSA, 2015, p.52). Segundo IBGE (2010)¹⁶, a população rural corresponde a 27% (24.328) e a urbana 73%. (64.401). Esta população encontra-se além da Sede, nos distritos de Maricoabo, Serra Grande, Guaibim e Guerém, que juntos geram a fonte de renda através da agricultura familiar, comércio e turismo.

No que tange a agricultura familiar do município, o IBGE (2006) apresenta que Valença possui 66.301 hectares destinados aos 6.057 estabelecimentos agropecuários. Destes estabelecimentos, 5.444 possuem até 20 hectares que ocupam 33,32% da área total; 477 estabelecimentos possuem entre 20 a 100 hectares que ocupam 26,07% da área total; e 92 estabelecimentos têm acima de 100 hectares, mas que ocupam 40,61% da área total. O censo agropecuário aponta que 44 agricultores não possuem terra. Assim, observa-se a questão agrária presente no município pela falta de acesso à terra, pelo crescimento da estrutura de minifúndios e sem terra para a produção e reprodução da família.

Logo, é possível entender o reflexo da divisão das terras feita pelos portugueses nesses índices, ou seja, a centralidade da terra nas mãos das famílias tradicionais do município, assim, coube a população rural da época a venda da força de trabalho, a ocupação de terras desocupadas e/ou também a aquisição de pequenos pedaços de terras. Estas condições reverberaram e são expressas através desses dados do censo (2006), onde apontam que 40% de área rural equivale a 92 estabelecimentos e outros 60% ficam com 5.921 estabelecimentos. As populações rurais vivem e resistem dentro do sistema capitalista porque ao longo dos séculos desenvolveram o seu modo de vida pautado em valores de troca, na plantação de subsistência e no trabalho coletivo para melhoria das comunidades e conseqüentemente das suas próprias vidas.

¹⁶ Habitantes por zona rural e urbana em cada município: Bahia. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao-urbana-e-rural/ba>> Acessado em 19 de mar de 2018.

Produzir para o sustento da família e para a comercialização tendo o tamanho da terra correspondente ao minifúndio é um desafio. Entende-se por minifúndio o estabelecimento com área inferior ao chamado módulo rural, que interfere diretamente na sua sustentabilidade de garantia de estabilidade econômica e social a uma família. O módulo rural refere-se a unidade de medida agrária que deriva do conceito de propriedade familiar, conforme disposto no Estatuto da Terra. Conforme o INCRA (2013) o módulo rural no município de Valença – Bahia é de 20 hectares. Assim, observa-se que 89,9% dos estabelecimentos rurais são minifúndios, o que retrata a realidade do desafio agrário vivenciado por este município.

Sousa (2018, p. 54) apresenta também que “os setores do comércio, da indústria e serviços comportam 90,5% do PIB do município. Por outro viés, a agricultura, a pesca e os seus derivados ocupam a maioria da população rural economicamente ativa, garantido a sua sobrevivência e a dinâmica do comércio municipal”.

Através da agricultura familiar desenvolvida no município há produção de alimentos, geração de renda, fomento à organização social e a visibilidade da mulher rural, além de demonstrar que é possível produzir sem uso (ou com moderação) de agrotóxicos ou fertilizantes, gerando um alimento saudável, sem empobrecer o solo, poluir a água, afetar o meio ambiente. Ao mesmo tempo a agricultura familiar representa a resistência: a maioria das cooperadas sobrevive a partir do que é cultivada em seus minifúndios, a produção é comercializada nos espaços da cooperativa e/ou vendida a atravessadores.

No âmbito da produção agrícola familiar existem 188 pessoas cadastradas na Secretaria de Agricultura de Valença, destes, 48% correspondem ao sexo feminino. Estas 188 famílias produzem farinha de mandioca, aipim, banana da terra, banana da prata, couve, alface, massa de puba, massa de aipim, coco seco, coco verde, biscoito de goma, beiju, entre outros. Esse quantitativo corresponde também as famílias vinculadas ao PAA¹⁷. O referido Programa foi implantado no município de Valença em 2013¹⁸ e oportunizou, além do incentivo à comercialização da produção agrícola no município, a aproximação das agricultoras através de encontros e reuniões promovidos pela Secretaria de Promoção Social do município de Valença.

No ano de 2016, foram cadastrados 190 agricultores familiares¹⁹ através do PAA. A realização do PAA gerou renda e contribuiu na economia do município, além das organizações

¹⁷ Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal, criado em 2003, mais informações em site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acessado 01 de nov. de 2017.

¹⁸ Dados solicitados à Coordenação Municipal do PPA – Valença e obtidos por e-mail em 17 de novembro de 2016.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.upb.org.br/noticias/paa-de-valenca-presta-contas-e-apresenta-resultados>>. Acessado em: 11 de abr. de 2018.

sociais que se mobilizaram para acompanhar e participar do programa. Em 2018, as entidades do ramo da agricultura familiar participaram da chamada pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Vislumbrando nesses editais a possibilidade de acesso a outros mercados, valorização dos seus produtos, crescimento da renda e também fortalecimento dos grupos de agricultores (as) existentes nas comunidades.

As ações com as políticas públicas da agricultura familiar e economia solidária têm relação direta com a existência de estruturas de organizações públicas e sociais. O município tem um escritório da Central de Cooperativa e Empreendimentos Solidários (UNISOL); um Serviço Territorial de Apoio a Agricultura Familiar (SETAF); um Espaço Solidário do Centro Público de Economia Solidária (CESOL) em parceria com a Prefeitura Municipal de Valença; uma Central das Associações da Agricultura Familiar; uma unidade da Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (ASCOOB), mais de vinte associações cadastradas como de comunidades rurais, e duas cooperativas ligadas a Agricultura Familiar, entre elas a COOMAFES que é formada só por mulheres de grupos rurais.

Além dessas estruturas de apoio, o Território de Identidade do Baixo Sul conta com atuação de Incubadora de Economia Solidária (INCUBA/UNEB), em parceria com a Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBA/UFRB). As incubadoras de economia solidária são estruturas universitárias que apoiam às iniciativas da economia solidária que, por um lado, fortalecem as iniciativas da economia solidária, e por outro, contribuem com os processos de construção de conhecimento na relação entre ensino, pesquisa e extensão universitária.

Neste contexto, a relação agricultura familiar e cooperativismo no município de Valença é construída pelas entidades sociais que reivindicam espaços de comercialização, criação e acesso a políticas públicas, assim dedica-se a abordar mais detalhadamente sobre essa relação a partir da COOMAFES. A cooperativa é a primeira organização social formada só por mulheres rurais dentro do Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia.

A constituição de um empreendimento de agricultura familiar com base na economia solidária formado por agricultoras torna-se uma referência de enfrentamento e resistência na luta por equidade de acesso a direito e construção de políticas que venham a atender as demandas do campo. Portanto, a COOMAFES nasce dentro de um território geográfico e de relações de poder ditadas pelo sistema capitalista, tendo desse modo, que superar os entraves dessa conjuntura para alcançar os sonhos coletivos.

3.2 Os Primeiros Passos do Semear Coletivo

A construção da cooperativa deu-se dentro de um contexto de socialização de saberes e entrega de produtos, oportunizada a partir do acesso a um programa governamental desenvolvido no município de Valença.

Começou mais ou menos em 2013 quando a gente começou a participar do PAA, através da coordenadora e de sua equipe também que fez na roça mesmo através da prefeitura itinerante, onde eu e outra colega estava presente fez o cadastro e estamos até hoje, onde a gente entrega nossos produtos produzidos nossa propriedade (FLOR DE ANGÉLICA, 2018).

Isso nasceu de um grupo pequeno lá de 2013 e se fortaleceu em 2014 quando a gente se juntou um grupo de mulheres e ganhou um edital do MDS, que era dos voluntários da Copa que a gente fez uma quantidade grande de biscoito de goma que a gente ganhou o edital e a gente forneceu para o Governo Federal. Daí ficou mais forte a questão da discussão de que a gente era capaz de alcançar os objetivos. Daí a gente começou a socializar com outras mulheres de outras comunidades. Porque a cooperativa ela não é de uma comunidade, ela é do município de Valença [...] (FLOR DE GIRASSOL, 2018).

Conforme o relato de Flor de Girassol, a idealização da COOMAFES deu-se entre os anos de 2013 e 2014 através do acesso a um edital do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do município. O PAA tem a finalidade de contribuir para o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e também de fortalecer a agricultura familiar, criado através da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Em 2012, através do Decreto nº 7.775, foram atualizadas as finalidades do programa, sendo,

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda; **II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar**; **III - promover o acesso à alimentação**, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; **IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos**, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos; **IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos**, inclusive para prover a alimentação escolar e o abastecimento de equipamentos públicos de alimentação e nutrição nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos; (Redação dada pelo Decreto nº 9.214, de 2017) **V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por**

agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; **VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização**; VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e **IX - estimular o cooperativismo e o associativismo**. (grifo nosso) (BRASIL, DECRETO nº 7.775/2012).

A criação do programa ocorreu através da articulação dos movimentos sociais que tem a bandeira de luta da agricultura familiar com o Governo Federal. Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva iniciou seu primeiro mandato de presidente da República, um governo popular, que teve apoio dos movimentos sindicais e sociais, e de diferentes segmentos da sociedade.

Desse modo, o PAA foi uma das políticas elaboradas para possibilitar a valorização do profissional do campo e da sua produção, a geração de renda e a inserção dos produtos em outros espaços, logo, essa política possibilita a compra de produtos da agricultura familiar para serem entregues às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Assim, em Valença-BA, a gestão municipal aderiu no ano de 2013 e a partir da implantação do programa que surgiu a interação entre as agricultoras, a existência de produção e ausência de espaço de comercialização, assim, a COOMAFES nasce no pensamento das agricultoras como a necessidade de organização para a comercialização.

O PAA no município ficou vinculado à Secretaria de Promoção Social, esta criou um setor denominado: Diretoria de Associativismo e Cooperativismo, com sede do Centro da cidade, que recebia alimentos três vezes por semana e teve como coordenadora uma agricultora e liderança comunitária, que foi uma das idealizadoras e mobilizadoras para a constituição da COOMAFES.

Esta liderança, movida pelo espírito do trabalho coletivo e social na comunidade rural que reside, foi presidente da associação de moradores por dois mandatos consecutivos e no período de sua gestão desenvolveu ações que transformaram vidas, deu visibilidade em especial ao trabalho das mulheres rurais, gerou renda, conquistou bens materiais para o coletivo e reconhecimento do trabalho associado. Para isso, buscou qualificar as mulheres da comunidade com cursos e oficinas para despertar nelas as possibilidades do trabalho coletivo e associativista.

O trabalho desenvolvido gerou frutos que existem há mais de 20 anos e já se multiplicaram. Para além dos trabalhos desenvolvidos na sua comunidade de origem, essa liderança ao longo dos anos tornou-se uma referência no trabalho associativista, pois através do seu trabalho fomentou e apoiou a formação de grupos de agricultoras em diferentes comunidades rurais do município de Valença. Fazer essa consideração é necessário para

entender a importância das lideranças comunitárias estarem à frente de espaços gestores, bem como, membro ativo na construção de políticas públicas.

Assim, através do PAA foi possível o desenvolvimento de um trabalho para além da compra de produtos, a partir das entregas semanais foram identificados os potenciais de cada localidade rural na produção de alimentos e na organização de grupos produtivos (em algumas localidades já existiam associações ou grupos de mulheres), dentro desse contexto as lideranças, as associações e grupos se aproximaram ainda mais.

A ideia surgiu de conversas, roda de conversa com as mulheres, já que as mulheres são todas de associações rurais e elas já tinham sua organização nas suas comunidades... Das nossas conversas dos nossos diálogos, das atividades realizadas com a questão de empoderamento, de estudo sobre a violência doméstica. Veio o desejo da gente se juntar pra formalizar uma instituição que nos representasse como mulher, na linha tanto de fortalecimento da questão é... da mulher mesmo, de empoderamento, de autoestima, quanto também a questão da geração de renda (FLOR DE GIRASSOL, 2019).

França *et al* (2008, p. 22) explica que o primeiro passo para a formação de grupo é reconhecer a “situação concreta de sobrevivência e dos reais interesses destes grupos”, para posteriormente construir com os sujeitos a melhor forma de apoiá-los. A equipe do PAA Municipal de Valença desenvolveu o seu trabalho dessa maneira, contando com a parceria do Centro de Referência de Atendimento a Mulheres (CRAM) que desenvolvia ações nas comunidades rurais.

As próprias agricultoras começaram a realizar as entregas dos produtos na sede do PAA, isso proporcionou o contato com outras mulheres rurais. Esses encontros semanais e o desenvolvimento do PAA Municipal fomentaram reflexões nas mulheres rurais envolvidas em relação ao período do ano que não havia verba para compra de produtos, sendo assim, em alguns meses do ano as agricultoras tinham produção, mas não havia a possibilidade de entrega no PAA, logo, elas se viam obrigadas a entregar para atravessadores ou aventurar comercializar na cidade. O atravessador é a pessoa que em sua maioria possui uma renda econômica maior e conhece as comunidades rurais, circula nos povoados e compra produtos.

A existência do atravessador não se limita aos agricultores rurais, Stopilha (2015) ao pesquisar saberes e práticas de marisqueiras relata a presença dessa figura na mariscagem desenvolvida no município de Valença- BA, agindo de maneira semelhante, pois compra “o produto em quantidade, a um preço abaixo do satisfatório e o revende no mercado” (STOPILHA, 2015, p. 162). CAPINA (1998, p. 26) endossa essa discussão afirmando que

no caso dos produtos agrícolas, o atravessador, muitas vezes, sabe mais sobre a capacidade de produção de uma associação do que a própria associação. Ele conhece o mercado. Conhece o mundo de fora da roça. Conhece os produtores e sabe quanto cada um produz. E sabe também onde estão os compradores. E é com os compradores que ele fica sabendo os preços... O atravessador está em condições de comprar os produtos e vendê-los rapidamente. Isto lhe permite trabalhar com um capital de giro pequeno. A informação é a base para saber onde podemos vender melhor os nossos produtos... Na maioria das vezes, contudo, o melhor mercado é o mais próximo. Portanto, buscar informações sobre o mercado é a primeira coisa que devemos fazer quando queremos comercializar melhor nossos produtos.

A circulação de informações torna-se necessária para o acesso ao mercado. Essa circulação na agricultura familiar depende da organização comunitária para garantir diminuição de custos, com escala e regularidade de fornecimento. A existência do atravessador é diretamente vinculada com ausência de organização dos agricultores familiares. Entretanto, sabe-se que uma organização comunitária, seja em associação ou em cooperativa da agricultura familiar, estabelece relações mais complexas que as dos atravessadores, porque ao mesmo tempo em que deve externamente ter informações sobre o mercado e suas exigências em relação ao produto, deve internamente definir as relações entre os associados/as “na definição das regras do jogo, suas implicações, ganhos, riscos e responsabilidades que cabem a cada um no processo de comercialização” (CAPINA, 1998, p. 26).

A partir do mercado institucional estabelecido pelo PAA, foi possível contribuir para a organização comunitária, como a experiência da COOMAFES, em que a comercialização foi determinada inicialmente pelas informações prévias deste acesso ao programa. Assim, a implantação de políticas públicas para a agricultura familiar é um dos mecanismos para a superação do atravessador, e o PAA é um exemplo.

A segunda reflexão aconteceu justamente pela ausência do atravessador, pois as entregas na sede do PAA Municipal aconteciam três vezes por semana. Com isso, a população que circulava na rua ao ver frequentemente o movimento para descarregar produtos começou a indagar as agricultoras e equipe do PAA se poderiam comprar os produtos, e se naquele espaço acontecia uma feira.

A observação das próprias mulheres rurais em relação a necessidade de ampliar para além do PAA Municipal a comercialização dos seus alimentos e a escuta ativa para identificar nas sugestões dos cidadãos a oportunidade de comercializar naquele mesmo espaço coincidiram com diálogos existentes entre as lideranças dos oito grupos que encabeçaram o movimento. Em 2014, a ideia da criação da cooperativa ganhou força, pois era o segundo ano de realização do PAA e os grupos estavam mais próximos.

É... Uma coisa que gosto sempre de estar passando pra pessoa é... é muito interessante, é uma maneira de tá fortalecendo, é... a cooperativa, a COOMAFES, ela e a Feirinha começou dentro do PAA. Numa maneira que a gente viu, primeiro a gente sentou, discutiu como era que a gente podia tomar esse passo para que a gente não ficasse só no PAA, nem só no PNAE. E aí a gente sentamos e vimos que dava certo fazer uma feirinha, né, pra quando chegasse, encerrasse o PAA a gente não ficasse passando nossa mercadoria para os atravessadores. E foi aí que começamos com a Feirinha e que tudo vem dando certo, né. E aí nós viemos para Feira, nossa primeira Feira da gente foi no Jardim Novo, e aí a gente viu que dava certo, aí começamos dia de sexta-feira, né? Lá no PAA, que ficava em frente do PAA, dia de sexta-feira tinha nossa Feira que nós já sabíamos. E a gente vendia tudo que a gente plantava, aí formamos também grupo para que viesse também fortalecer nossa Feira, em cada comunidade, e aí a gente viemos nos conhecendo um com o outro, né? Porque a Feira só é de mulher. Feira de mulher. E aí vimos que dava certo e tivemos que formar uma cooperativa, foi a onde nasceu a cooperativa (FLOR DE BROMÉLIA, 2019).

A criação da Feira é o marco para a consolidação da COOMAFES. No ano de 2014, a feira passa a acontecer todas as sextas-feiras na área livre que dava acesso ao prédio de recebimento do PAA Municipal. Nesse período, segundo Flor de Margarida (2019), eram em torno de 10 barracas, ou seja, 10 grupos que comercializavam hortaliças, frutas, raízes e outros.

Durante as sextas-feiras as mulheres passaram a ter demanda, os produtores quando viam os produtos chegando na Central de Abastecimento do PAA tinha interesse naqueles produtos, porque via os produtos de qualidade, aí surgiu a ideia da feira que passou a ser toda sexta-feira. [...] as mulheres se reuniram e tiveram a ideia de não só comercializar através da Feira, mas também formar uma cooperativa (FLOR DE MARGARIDA, 2019).

A partir das entrevistas foi possível identificar a sincronia das informações sobre o processo de constituição da COOMAFES. As falas apresentadas relatavam a vivência e a coerência dos fatos e períodos. As cooperadas demonstraram conhecimento e envolvimento desde o começo, abordando uma o nome da outra ao recordar desse período. O papel desenvolvido por algumas agricultoras destaca-se por ser liderança nos seus espaços comunitários, assim, o fortalecimento de um grupo é um processo contínuo e com a colaboração de todas as mulheres.

Os anos de 2015 e 2016 foram destinados à mobilização de novas agricultoras para o trabalho coletivo, participação em eventos para comercialização, formação através de cursos, oficinas e palestras sobre diferentes temáticas para as mulheres rurais e também da criação de parcerias para a consolidação da cooperativa. Por conseguinte, o número de agricultoras vinculadas a Feira aumentou à medida que o trabalho ganhava visibilidade e gerava renda.

Sobre a participação em espaços formativos, a própria experiência da Feira do PAA tornou-se um lugar propício para troca de saberes e a experiência em um coletivo maior. A obra *Pedagogia do Oprimido* (1987) de Freire apresenta a compreensão de como os sujeitos se educam entre si a partir da leitura de mundo. Deste modo, os espaços e tempos formativos ocorrem de diferentes maneiras. Na COOMAFES, as formações aconteceram em parcerias e são relatadas pelas próprias cooperadas.

Em 2014, 2015, 2016 a gente... a coordenadora que estava frente do PAA, ela viu que tinha que ter solução de aprendizagem, pra poder a gente ter essa segurança hoje na feira e na cooperativa. Foi aonde tivemos curso pela UNICAFES pegamos essas família, né, essas mulheres de cada comunidade pra poder tomar esses curso pra poder ter conhecimento de associação, de associativismo, né, pra poder fundar e saber nossos direitos. Aprender também o que é grupo e hoje a gente ver que nossa Feira tem uma grande segurança e a cooperativa também, porque a gente já trabalha com nossos direitos (FLOR DE BROMÉLIA, 2019).

Para Flor de Bromélia, as formações e as parcerias contribuíram efetivamente no processo de construção da cooperativa. A oportunidade de capacitação com base na Educação para a Cooperação fez toda diferença para a solidificação dos grupos e da própria produção, pois houve melhorias das práticas laborais e principalmente nas relações familiares das mulheres rurais. Estar em ambientes formativos possibilitou conhecer os direitos e incentivou as agricultoras a voltarem para escola.

Olha, eu acho muito importante, não só pra mim, mas pra todos nós, a importância foi que todos conheceram seus direito e pessoa que num tinha vontade... que acha que a idade seus 30, 40 anos, 50 ano achava que não tinha mais vida, mas aí depois desse cursos, oficina, pessoa até voltou pra escola estudar. [...] Então, eu acho que o curso foi fundamental pra gente. Teve qualidade na produção, nós tivemos segurança no que nós estamos fazendo, né, e a gente aprendeu e passamos a saber nosso direito tanto na leis como no dia a dia da nossa vida, né, no meio da sociedade (FLOR DE BROMÉLIA, 2019).

Ah! As oficinas foram muito importantes, até porque a gente nem tinha noção de como lidar com os clientes, né, trabalhar na Ferinha, até mesmo no PAA. A qualidade dos produtos, que preço a gente pode vender, essas coisas assim, e também o incentivo pra voltar para escola (FLOR DE ANGÉLICA, 2019).

Muito bom mesmo, nós não podemos ficar sem aprender cada dia mais. Cada dia é uma coisa diferente, hoje a gente sabe de uma coisa e a gente vai pro curso, quando for no próximo curso ele já vem totalmente diferente. Então é muito bom a gente participar desses cursos (FLOR DE VIOLETA, 2019).

Além das formações, as agricultoras também realizaram intercâmbios entre os próprios grupos que compõem a cooperativa e com outras cooperativas formadas por mulheres e que tem como base a agricultura familiar. A cada participação que as agricultoras tinham, elas se sentiam mais preparadas para dar o passo seguinte: a formalização da cooperativa. Tanto o processo de formações/capacitações quanto de formalização elas contaram com parcerias.

No início a parceira nossa que buscava esse trabalho junto com a gente era nossa coordenadora, que buscava, que fazia reunião conosco que discutia e dizia o que é que precisava pra nos melhorar e reforçar nosso trabalho e aí ela ia. A Prefeita também, assistente social, ajudou também nesse desenvolvimento e eu creio que foi aí que buscaram a UNICAFES, a UNICAFES foi uma parceira muito forte, onde desenvolveu todo... é... nossa aprendizagem, que a gente levou nove mês [...] (FLOR DE BROMÉLIA, 2019).

Nós tivemos, até na Ferinha mesmo, foi no tempo da Prefeita, ela deu muito apoio a gente a Prefeita daqui de Valença e a CAAF, a Central das Associações de Agricultura Familiar de Valença também apoio a gente. A UNEB, que até hoje apoia a gente e também com o Governo, né, que o Governo deu maior apoio a gente com essas Ferinhas (FLOR DE VIOLETA).

Flor de Girassol (2019) complementa dizendo que nos anos de 2013, 2014 e 2015 elas tiveram apoio do poder público, em especial com a Secretária de Promoção Social e do Centro de Referência de Atendimento a Mulher (CRAM), e nos anos seguintes contaram o apoio do Projeto Maria Camponesa vinculado a UNEB. A existência das parcerias foi importante também no período de transição da gestão municipal. Neste contexto, Kraychete e Aguiar (2007, p. 36) afirmam que

as atividades de formação, descoladas da organização e dos processos de trabalho concretos peculiares a cada empreendimento, constituem-se numa abstração. Em geral, as atividades de formação para o associativismo atêm-se aos princípios do cooperativismo e do trabalho associativo.

Como destaca os autores é preciso planejar e exultar formações com base dos contexto das entidades, partindo dos saberes do grupo e proporcionando novas reflexões e aprendizados. As atividades formativas que aconteceram com as mulheres no processo de constituição da COOMAFES foram mais realistas do que idealistas. Surgiram do processo de prática no exercício coletivo de participação da Feira do PAA, a partir do trabalho como princípio educativo. Souberam articular as parcerias, para além da Prefeitura Municipal, em que houve descontinuidade, em 2016, que não se reelegeu.

Assim, as lideranças organizaram uma reunião geral com todos os grupos para pensar como seria o ano de 2017. Esse encontro aconteceu no mês de novembro de 2016 e a partir dele as mulheres rurais definiram que buscariam parceria com o Governo do Estado da Bahia, através da liberação da área livre do antigo Colégio Lomanto Júnior, localizado no centro da cidade. Nesse colégio as salas são utilizadas pelas equipes da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e do Serviço Territorial de Apoio a Agricultura Familiar (SETAF).

As lideranças formalizaram o pedido do espaço e este foi concedido. Assim, as feiras do mês de dezembro de 2016 já aconteceram no espaço do SETAF (como ficou conhecido pela comunidade local). Nesse período as mulheres estavam organizadas em 15 grupos produtivos. A feira deixou de ter a referência do PAA (Feira do PAA) e passou a chamar-se Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária fazendo uma referência à cooperativa que estava em processo de construção do estatuto social.

A elaboração do estatuto social aconteceu com a participação ativa das mulheres rurais e para isso foi adotada uma metodologia de oficinas e encontros para entender a importância desse documento que reúne os direitos e obrigações das cooperadas. A construção ocorreu durante o segundo semestre de 2016 e nos meses iniciais de 2017, teve o apoio do Projeto de pesquisa e extensão Maria Camponesa – UNEB, *Campus XV* que coordenou muitos desses encontros, a partir da INCUBA/UNEB. A presença de instituições de ensino que criem laços a partir da pesquisa e extensão é fundamental para o desenvolvimento territorial. O Projeto Maria Camponesa e Projeto Maria Marisqueira expressam o genuíno sentido da união entre ensino, pesquisa e extensão que é o tripé da Universidade e significativamente a transformação social através da educação, acesso a direitos e valorização dos saberes e culturas. Por isso, foram citados e reconhecidos pelas entrevistadas.

Costa, Oliveira e Melo Neto (2006) consideram que a relação entre as ações de ensino, pesquisa e extensão a partir de uma incubadora universitária, voltada para o exercício dos princípios da economia solidária, por um lado, contribui para a construção de um trabalho socialmente necessário de fortalecimento de empreendimentos solidários, e por outro, contribui para a construção de conhecimentos por parte da universidade no seu processo de aprendizado. Assim, esses processos buscam colaborar para a construção de um modelo de desenvolvimento de inserção social e econômica, que integra a universidade como um dos sujeitos que pode contribuir e ter contribuição no sentido de promover a extensão universitária integrada com o ensino e a pesquisa, com o envolvimento direto de docentes e de discentes de graduação e de pós-graduação.

Neste processo de construção da COOMAFES, importante destacar o Estatuto Social. As contribuições dos parceiros foram necessárias para a elaboração do estatuto, contudo, as lideranças tinham suas responsabilidades de mobilizar e esclarecer sobre a importância deste instrumento. Flor de Girassol recorda do desafio que as agricultoras enfrentaram para construção coletiva do estatuto social.

Se reunir era um desafio, porque somos de comunidades diferentes e o município de Valença tem uma extensão rural grande, cada mulher dessa mora em comunidade diferente e partindo desse princípio a gente fazer uma agenda de reuniões e a gente poder garantir que essas mulheres estivessem nas reuniões é um desafio, por questão de distância, por questão de horário. Tudo tinha que ser pensado, o horário de começar, o horário de terminar, de terminar as reuniões, tudo tinha que ser muito bem pensado para garantir a presença da mulher na reunião (FLOR DE GIRASSOL, 2019).

No início quando teve a votação para... da cooperativa eu fui escolhida para coordenadora, mas eu não pude aceitar o cargo porque devido minha luta lá na propriedade, né, lá onde eu moro e também porque das diferenças em casa porque eu sabia que ia encontrar se eu me tornasse diretora. Então para não prejudicar as outras eu participei de outra reunião e disse que não ia poder exercer aquele cargo, aí eu fui só como cooperada. (FLOR DE ANGELICA, 2019)

As dificuldades de logísticas tornam-se pequenas diante do contexto familiar que algumas mulheres rurais precisaram enfrentar para conseguirem ter respeito, visibilidade e renda. Essa questão é um dos desafios a ser superado, pois a existência de legislação e/ou programas destinados às mulheres não garantem necessariamente o acesso e inexistência de relações de opressão. Esses instrumentos são importantes, contudo, é necessário trabalhar nos aspectos educacionais e culturais para que alinhado com o amparo legal, haja efetivas mudanças. Por isso a equipe do PAA Municipal atuava em parceria com o CRAM para realizar formações.

Nos encontros direcionados para a elaboração do estatuto social foi debatida qual finalidade teria a cooperativa, quantas das mulheres que estavam participando das formações de fato tinham interesse de se vincular, quais os critérios de adesão e exclusão das cooperadas, o valor da cota-parte e quais mulheres rurais assumiriam as diretorias. Tudo foi construído levando em consideração as experiências e vozes das agricultoras, esses momentos foram apoiados também por professores do curso de Direito da UNEB – *Campus XV*.

Deste modo, no processo de construção coletiva do estatuto social, essas mulheres refletiram a partir da sua prática, da realidade de seu trabalho e sociedade, realizaram, pois um processo dialético como abordado por Marx, no qual o trabalho criou o ideal, expresso no

estatuto. E esse processo ainda foi adensado pelas parcerias da economia solidária e da universidade, que também fortaleceram o processo de reflexão sobre a realidade de trabalho e de perspectivas futuras.

Assim, o processo de construção do estatuto da COOMAFES, enquanto uma organização coletiva e que busca a igualdade entre seus membros é um modo de resistência e enfrentamento ao pensamento capitalista neoliberal. O estatuto não como mero instrumento de formalização, mas expressão de uma construção coletiva e de um processo de educação para cooperação.

Art. 2 – A Cooperativa de Mulheres da Agricultura Familiar e Economia Solidária – COMAFES, objetiva congrega agricultoras familiares e grupos de mulheres da economia solidária de sua área de ação, realizando o interesse econômico das mesmas, através das seguintes atividades:

I - Articular e fortalecer as cooperadas e os grupos de mulheres produtoras, que elas integram, no desenvolvimento do trabalho sustentável e solidário;

II - Valorizar o papel das mulheres na produção, prestação de serviço e comercialização, buscando inseri-las nesses espaços;

III – Representar as mulheres produtoras nos espaços de participação, comercialização e controle social;

IV – Receber, beneficiar, transportar, classificar, padronizar, armazenar e comercializar a produção das cooperadas, registrando suas marcas, se for o caso;

V – Adquirir e repassar, para as cooperadas e os grupos de mulheres produtoras formadas por elas, bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

VI – Buscar parcerias visando à prestação de assessoria às cooperadas e os grupos de mulheres produtoras que fazem parte;

VII – Prestar serviços relacionados com todas as atividades desenvolvidas pelas cooperadas [...]. (ESTATUTO DA COOMAFES, 2017).

A partir da construção coletiva, o estatuto social foi elaborado. Assim, as agricultoras se reuniram com a finalidade de ler e aprovar o estatuto social, bem como, identificar publicamente quais tinham o desejo de se cooperarem e também fazer a eleição da diretoria. Com essa pauta, a assembleia aconteceu em abril de 2017, em que 40 mulheres rurais manifestaram interesse em se cooperar. Desse quantitativo, foram escolhidas seis para exercer por quatro anos o Conselho Administrativo, e o Conselho Fiscal que foi composto por três cooperadas, e eleitas também três como suplentes conforme estabelece o Estatuto Social.

Dessa maneira, a primeira composição da cooperativa aconteceu no dia 10 de julho de 2017, sendo o Conselho administrativo composto por: Diretora Presidente; Diretora Secretária; Diretora Tesoureira; Diretora de Educação; Diretora de Comercialização e Diretora de

Comunicação. E Conselho Fiscal composto por três cooperadas na condição de titular e três como suplentes.

A escolha de compor um conselho administrativo ao invés de um presidente demonstra a atenção das agricultoras para que o trabalho e decisões sejam coletivos, onde todas as vozes tenham espaços. A maneira como foi constituída não hierarquiza o poder, a tomada de decisão é descentralizada, é responsabilidade das seis cooperadas conduzir as demandas cotidianas, de planejar as estratégias para alcançar os objetivos e manter comunicação horizontal e objetiva com todas as demais cooperadas.

O fato de ter diretorias direcionadas para a educação, comunicação e comercialização expressam a preocupação para que a COOMAFES possa desenvolver um trabalho que atenda os objetivos externos de comercialização e formalização de parcerias, como também o de desenvolver ações de melhoria da produção e de fortalecimento do grupo, entre outros. Para isso, as diretorias dialogam entre para se planejar e executar, ou seja, não fazer nada de forma independente.

A lógica de que o conselho administrativo desenvolva um trabalho de administração descentralizado é no intuito de fortalecer a visão do trabalho feito pelas cooperadas, que compreendam as “relações de produção caracterizadas pela perspectiva de valor de uso e não de troca, pelas quais o trabalhador recupera o sentimento de produtor e sujeito-criador de si mesmo e da história [...]” (TIRIBA, 2001, p. 343). Todas as ações da COOMAFES visam fortalecer o sentido do trabalho pelo valor, característica presente na prática da agricultura familiar.

Assim, mobilizar, dialogar e possibilitar formações ao longo do processo de formalização foi essencial para chegar à eleição dos dirigentes e participação efetiva das agricultoras na construção do estatuto social. Como resultado dessa caminhada, a reunião onde foram escolhidos os nomes das diretoras contou com a participação de 40 agricultoras conforme mencionado. Porém, para realizar a formalização na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) é obrigatório o envio dos documentos pessoais autenticados em cartório de todas as fundadoras, desse modo, a diretoria (já eleita), diante da dificuldade de reunir todos esses documentos e que estes estivessem atualizados/autenticados, decidiu enviar o número mínimo de documentos, já que esta decisão não implicaria nenhuma perda para as demais mulheres. Na legislação o número mínimo é de 20 pessoas, assim, foram enviados à JUCEB para formalizar a COOMAFES 21 nomes de associadas fundadoras.

Mediante a realização dessa assembleia e constituição do estatuto social, os documentos das 21 mulheres rurais foram encaminhados à JUCEB. Esse órgão fez a devolução dos

documentos por causa do nome escolhido: Cooperativa de Mulheres da Agricultura Familiar e Economia Solidária, segundo o órgão já havia um registro de cooperativa com esse nome no Estado da Bahia o que impossibilitava o mesmo nome. Com a impossibilidade de registro uma nova assembleia foi realizada no dia 10 de julho de 2017 para dialogar sobre a alteração do nome, chegando ao nome: Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária, mas mantendo a sigla: COOMAFES.

A consagração da fundação foi possível graças a educação desenvolvida com e para mulheres rurais desde o ano de 2013, o processo formativo é caracterizado como educação informal por acontecer em espaço extraescolar e por ter diferentes agentes na condição ora aprendiz, ora educador. Desse modo, a consolidação de uma cooperativa ensina aos cooperados e os agentes do seu meio, pois essa organização pratica e idealiza outros modelos de relações, de educação, pois “só o conhecimento liberta, embora muita gente reduza o saber à escolarização, à erudição acadêmica” (PELOSO, 2012, p. 33).

As ações educacionais possibilitaram o despertar das agricultoras para a necessidade da formalização de uma cooperativa. Sendo necessário seguir o estabelecido pela Lei 5764/71 e desse modo, a COOMAFES apresentou à JUCEB quatro vias da Ata de Assembleia Geral de Constituição e do Estatuto, todas as páginas foram rubricadas pelas 21 agricultoras fundadoras. O processo de formalização jurídica levou aproximadamente oito meses (de abril a novembro de 2017).

Para Flor de Alamanda (2019), “a burocracia em relação ao registro do estatuto foi um desafio grande por que foram muitos vai e vem, demorou. Isso fez com que a formalização da cooperativa demorasse um pouco”. Além do tempo de espera, a formalização gera também custos, a existência de um CNPJ, traz a necessidade de um profissional de contabilidade e o pagamento de taxas e registros, são custos altos para formalizar e manter legalmente regularizada. Os trâmites burocráticos de formalização levaram tempo e gerou um custo de R\$1.700,00 reais em média.

Nesse período de regularização o número de cooperadas cresceu de 40 para 53 agricultoras, a diretoria manteve as 21 assinaturas no estatuto social e ata, mas foram cooperando outras mulheres rurais no registro interno da cooperativa. A formalização pela JUCEB aconteceu dia 28 de novembro de 2017. Essa data passou a ser o marco de fundação da COOMAFES, sendo celebrada como o aniversário da cooperativa.

Com a formalização, a diretoria convocou uma assembleia ordinária para o dia 17 de janeiro de 2018, nesta assembleia ficou deliberado que a cooperativa não faria adesão de novas cooperadas por um período de um ano (até janeiro de 2019), esta decisão foi tomada para

destinar todos os esforços na melhoria da produção e na busca da ampliação da comercialização. A decisão não impede da agricultora se vincular a um grupo produtivo ligado a COOMAFES e viver uma experiência coletiva, tendo esse tempo de espera como um processo de maturação do que vem a ser a proposta da cooperativa.

Segundo Valadares (2005, p 38) “[...] a cooperativa é um conjunto de estruturas de trabalho ou produção e de prestação ou utilização de serviços, que surge sob a forma de um organismo econômico que tem por base a associação dos membros, e no qual cada um tem a qualidade de proprietário, usuário, trabalhador e empresário.” Tendo essa compreensão do papel da cooperativa como dona e usuária, a cooperativa deu seus primeiros passos em busca dos objetivos.

3.2.1 Avanços e Desafios após a formalização da COOMAFES

A COOMAFES ao longo do primeiro ano encontrou desafios e obteve conquistas, a cooperativa participou de eventos e cursos: Fórum Mundial Social, Festival de Economia Solidária em Salvador e Vitória da Conquista, Festa Literária Internacional de Cachoeira, Seminário de Associativismo, Feira Baiana de Agricultura Familiar Economia Solidária (FEBAFES), Feira do Março Mulher em Camamu e Valença, Curso Qualifica Bahia.

Recebeu a visita também da equipe do Consulado da Mulher, representantes do Governo do Estado da Bahia, professores e estudantes da rede de ensino municipal e estadual, intercâmbio com grupos produtivos acompanhados pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) da unidade do município de Presidente Tancredo Neves - BA e intercâmbio com as agricultoras associadas da Comunidade Bom Gosto, São Felipe – BA que são acompanhadas pela INCUBA/UFRB e gerenciam três cantinas do Campus de Cruz das Almas da UFRB. As agricultoras do Bom Gosto realizaram atividades formativas de produção para possibilitar a COOMAFES assumir a cantina do *Campus* de Valença da UNEB, como também intercâmbios sobre os processos de gestão, considerando a responsabilidade com as cantinas e as atividades nas respectivas propriedades da agricultura familiar.

A COOMAFES no âmbito da comercialização manteve os três espaços já conquistados antes da formalização (Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária, Cantina Solidária e Espaço Solidário) e conseguiu expandir para as lojas do CESOL localizada no Shopping da Salvador, em Salvador. A cooperativa também realizou eventos no seu primeiro ano de constituição, celebrando datas comemorativas a exemplo da celebração do dia da mulher, dia das mães, festejo junino, aniversário de um ano de formalização.

Ao longo do primeiro ano a diretoria teve reuniões mensais, tratando sobre aspectos dos lugares de comercialização, ações estratégicas de planejamento, acesso a editais e eventos, formalização de parcerias, aquisição de materiais e programas e prestação de contas. As atas e prestações de contas geradas ficaram disponíveis para o Conselho fiscal e eram arquivados no escritório da cooperativa localizado ao lado da Cantina Solidária, ou seja, na UNEB – *Campus XV*.

Também foi pauta de reunião da diretoria a formação para novas cooperadas, decidindo que a realização desta formação aconteceria através da parceria já existente entre a entidade e a pesquisadora, além da criação de estratégias para a melhoria da estrutura física da feira e a busca por editais. Nesse espaço de diálogo também avaliaram os pontos positivos e negativos existentes no primeiro ano, chegando ao consenso de destinar um momento exclusivo na assembleia geral para ouvir também as demais cooperadas.

As ações ao longo dos anos geraram algumas conquistas, no ano de 2018 foram obtenção do sistema de notas; participação no PNAE; fortalecimento da parceria com projetos de pesquisa, ensino e extensão da UNEB e UFRB; máquina de cartão de crédito; contratação de meio de comunicação para divulgar as ações e produtos da cooperativa; acesso as redes sociais com foco de divulgação e vendas; organização dos documentos da cooperativa; acesso a Loja do CESOL em Salvador; fortalecimento dos grupos produtivos a partir de formações; melhoria na estrutura física do Espaço Solidário e participação em diferentes eventos.

A aceitação e boa comercialização dos produtos, a criação de novos produtos, como a batata doce chip e alguns tipos de lanches, a fidelização do público da Feira e do Espaço Solidário também são conquistas notadas ao avaliar o ano de 2018. Bem como, o saldo financeiro da cooperativa que mesmo com muitos custos fechou os meses positivos, concluindo o ano com sobra de R\$ 5.727,00 reais.

Os resultados desta pesquisa também foram considerados relevantes para a cooperativa. Através do trabalho, tendo o total apoio de todas as cooperadas, foi possível criar um modelo de ficha de cadastro das cooperadas com dados pessoais, foto e informações da produção (nos apêndices) beneficiando as 52 agricultoras. Criação, aplicação e tabulação de questionário para construção de dados sobre os grupos produtivos e a Feira, o que dificultava o acesso a políticas públicas e editais pela ausência de dados concretos e sistematizados sobre as beneficiárias diretas e indiretas.

A vinculação existente entre pesquisadora e cooperativa possibilitou a construção de propostas para submissão em editais ao Instituto Consulado da Mulher e a Fundação Banco do Brasil, a elaboração desses projetos possibilitou a identificação da ausência de informações

sistematizadas do perfil das agricultoras e das características dos grupos produtivos, da organização da documentação e também a dificuldade de comunicação com as cooperadas que não participam da Feira administrada pela COOMAFES, ou seja, não tem uma periodicidade de vim à cidade.

A identificação dessas questões contribuiu efetivamente para trazer um novo olhar sobre as demandas da Cooperativa. É notória a dificuldade para atender todas as demandas, mesmo sendo o conselho administrativo composto por seis cooperadas que interagem e colaboram entre si, e que contam com o apoio direto e constante de outras cooperadas. Há também as limitações decorrentes por pouco ou nenhum acesso à educação formal – como será analisado no perfil das cooperadas –, dificuldade, por parte de algumas cooperadas, no manuseio de ferramentas de computação, de internet e da própria compreensão do que é pedido em alguns editais. Algumas dessas questões podem ser superadas através de formação direcionadas para essas áreas de informática e editais.

Esta pesquisa também promoveu oficinas direcionadas para a melhoria da produção e das relações. Foram realizadas oficinas de Estudo de Viabilidade, este instrumento “engloba, simultaneamente, as questões técnicas, econômicas e os procedimentos necessários para os trabalhadores realizarem a gestão do empreendimento” (KRAYCHETE, 2012, p.45). Oficina de Melhoria da Feira, que tratou dos aspectos da Feira: aparência dos produtos, exposição, tratamento do cliente, administração do espaço coletivo e oficina intitulada: Mulheres: Construindo e trocando saberes, que teve como finalidade promover a troca de saberes entre as agricultoras, proporcionando um momento de permuta de dicas sobre receitas e sobre as vivências nos grupos, dando ênfase na maneira como as relações interpessoais são construídas e tratadas no cotidiano do trabalho.

Assim, poder contribuir através das oficinas para “a formação de uma consciência crítica é o desejo de todos que mantêm os ideais de que um outro mundo e uma outra economia são possíveis” (FRANÇA *et al*, 2008, p. 23). Essas formações permitiram suscitar reflexões e mudança de atitudes, além de viabilizar a construção da história da COOMAFES a partir de diferentes pontos de vista, identificando em cada mulher rural o significado de estarem em grupo e pertencerem à cooperativa. A aproximação oportunizada pelas oficinas com as cooperadas foi um fator interessante, pois elas passaram a entender o que a pesquisa estava propondo fazer.

Para, na sociedade, a ideia que os trabalhadores que formam seus empreendimentos solidários, com a ajuda ou não de políticas públicas, não são

capazes de se tornarem empreendedores. As razões nunca são bem explicadas, mas supõe-se que sejam muito mais derivadas de preconceitos do que de conhecimento concreto das condições de existência desses trabalhadores; existe uma série de barreiras que precisam ser rompidas e superadas, com maior e menor facilidade e que demandam tempo que é próprio de cada indivíduo e de cada grupo, especialmente os relativos à escolaridade.” (CULTI, s/d, p. 14 *apud* FRANÇA *et al*, 2008, p. 33)

Por meio das oficinas foi possível identificar que os grupos têm ciência dessa descrença existente na sociedade em relação aos empreendimentos solidários, mas eles se veem como exemplo oposto, em especial os grupos que já têm mais de três anos. Através do trabalho coletivo elas criam laços de amizade, geram renda e aprendem o técnico (receitas, maneira de produzir, etc.) e o social que envolve o acesso a políticas públicas, a participação em eventos que destacam a importância do trabalho da mulher rural.

A existência da COOMAFES expõe a força e a capacidade de organização dos empreendimentos solidários. Para entender melhor sobre as condições e estrutura da cooperativa foram realizadas visitas aos espaços de produção coletiva. As observações e reflexões geradas a partir das visitas foram considerados resultados do primeiro ano da COOMAFES e ao mesmo tempo da própria pesquisa aqui apresentada. As visitas aos grupos produtivos almejavam conhecer as técnicas e as etapas de produção, identificar as condições físicas do espaço de produção, as condições das estradas e distâncias até a sede do município. Analisar como as mulheres rurais dividem o trabalho, o que conversam nesse período e se implantam as técnicas de boas práticas.

Ir nas comunidades rurais mostrou as barreiras enfrentadas pelas agricultoras. Foram visitados quatro grupos (Grupo Verde Vida, Mãos que Constroem, Delícias do Coco e Derradeira) e a produção no quintal de casa de quatro agricultoras. O desafio inicial dar-se por não possuírem as matérias-primas necessárias para produção, tendo que comprar no comércio local e ficando a mercê das constantes alterações de preços. O transporte para levar a matéria-prima até o local de produção coletiva e a produção para o Espaço Solidário, para a Feira e/ou entregar na sede do PNAE também é uma dificuldade, algumas comunidades só possuem um horário de transporte, que limita o tempo na cidade até às 12h, 13h. Há comunidades rurais que o transporte alternativo passa três vezes na semana apenas.

Essas limitações de transporte e tempo impactam na rapidez e constância para entregar os produtos, pois no período de chuva essa questão se agrava pelas péssimas condições das estradas. A limitação do tempo de retorno para a comunidade gera custo com mais vindas à cidade para resolver uma demanda que precisa de mais tempo. Outro ponto observado são os

locais de produção coletiva que precisam de melhorias que variam conforme grupo produtivo, alguns precisam de revestimento das paredes com azulejo, de local apropriado para armazenar a matéria-prima, de prateleira, de armários, de liquidificador industrial, de máquina de bater massa, de raladores de coco, de purificador de água nas torneiras, de mesa com bancada de inox, de também de alguns utensílios como assadeiras, escorredor de pratos e lixeiras com tampas em tamanho adequado para a demanda.

[...] a gente escreveu um projeto, a gente foi contemplada com geladeira, com algum eletrodoméstico da Consul uma geladeira, um fogão... Um purificador de água, eu acho que foi só isso. Eu não lembro se teve a freezer... Eu sei que teve a FASE, pela SETRE, tudo a gente já foi contemplada. (Debatedora: A senhora lembra o que foi?) Um projeto eu sei que foi da Kombi, que veio pra esse projeto e alguns aparelhos doméstico, veio forma, veio forno, veio uma mesa inox, um forno. (Debatedora: É o industrial que vocês usam?) Sim. Porque esses dois foram doados por órgãos e o resto foi a gente que comprou (FLOR DE CRAVEIRO, 2017).

Os grupos produtivos relatam que o que eles possuem foram obtidos através de recurso próprio das agricultoras, através da associação local, parcerias com os projetos da UFRB e da UNEB, e também através de editais do governo. As mulheres rurais reconhecem que contar com parcerias e editais voltados para a agricultura familiar e economia solidária tem sido um fator positivo, contudo, sabe-se que é necessário efetivar a implantação de orçamento e políticas públicas que venham garantir a continuidade e qualidade da contrapartida do estado para o crescimento desses organismos (grupos produtivos, associações, cooperativas).

Passar alguns dias nos locais de produção também oportunizou identificar que a divisão do trabalho é feita levando em consideração as afinidades e habilidades das agricultoras, as funções não são fixas, variam conforme a receita/produto que é feito. As agricultoras levam em consideração as limitações de saúde e questões familiares que venham a afetar no trabalho. Quando questionadas sobre o trabalho e a divisão, afirma que

é, quer dizer o beiju eu trabalho, mas não fazendo. Eu trabalho na produção de que vai de pincelar, de secagem, trabalho na goma, mas não botar mesmo eu não trabalho. (Debatedora: mas é porque uma tem mais habilidade?) É, tem habilidade. E outra pelos problemas de saúde eu não fiz questão de aprender, porque eu tenho problema de saúde, eu sou diabética e hipertensa. Porque quem é hipertensa não pode ficar muito tempo na quentura porque a pressão sobe, a quentura do alguidar é muito forte. Aí eu trabalho na goma, trabalho na parte quando tira ele do alguidar o resto eu faço tudo. (Debatedora: Pelo que conversei vocês levam em consideração também as limitações de saúde, de filho, marido, é isso?) Exatamente. Se uma tiver a precisão e não vim trabalhar a outra entende, se precisa ir no médico. Aqui tudo é um conjunto, é uma conversa e eu acho que é por isso que a gente tem dado certo.

Independentemente de cor, religião, aqui trabalha católico e trabalha evangélico, não tem nada que disperse a gente. (FLOR DE SEDA, 2017)

É porque tipo assim, quando tem trabalho pra semana inteira a gente já define na sexta-feira pra outra semana. Define em grupo, aí na outra semana vai trabalhar a semana inteira, aí vem trabalhar todas cinco. É assim, a gente tem hora pra chegar, aí a gente chega... tem vez da gente chegar até 5 horas, se tiver uma encomenda aí a gente vem 5 horas. Agora, a hora de sair a gente não tem, tem vez que sai cinco, sai seis, sai 8 horas. (FLOR DE CRAVEIRO, 2017)

A maneira como o grupo conduz a tomada de decisão demonstra a maturidade do coletivo e a gestão democrática, pois mesmo existindo os laços de amizade elas compreendem que é um trabalho, logo, precisam de compromisso, regularidade, padrão de qualidade e cumprimento das boas práticas. Essa compreensão em nível coletivo dá possibilidade para que a COOMAFES alcance os objetivos da fundação.

O período de pesquisa possibilitou identificar também a dificuldade da cooperativa para participar de eventos, em especial, os que acontecem em outras cidades, pois a participação custaria a pausa na produção na agricultura, na responsabilidade pelas atividades domésticas, familiares e comunitárias. Além dos aspectos físicos que geravam receio, algumas mulheres rurais são mais velhas, fazem uso de remédio diariamente e a saída poderia comprometer a regularidade e bem-estar da cooperada. A solução encontrada foi a organização delas para fazer revezamento, evitando que uma ficasse vários dias longe de casa.

Encontrar essa estratégia de revezamento foi possível graças às formações e trocas de experiências com outros grupos. Contudo, é preciso sinalizar a dificuldade de alguns grupos em manter-se formado, cada grupo produtivo da COOMAFES tem sua dinâmica própria, sendo que há grupos: (i) fazem o processo de produção e comercialização em coletivo, comercializando para a COOMAFES, para o PNAE, e para outros estabelecimentos comerciais; (ii) outros produzem em suas casas e só produzem junto um determinado tipo de produto, assim, a comercialização acontece individual e coletiva; (iii) e o terceiro perfil é das agricultoras que produzem sozinhas e se juntam para comercializar na Feira da cooperativa. Às vezes esse terceiro tipo é composto por agricultoras de diferentes comunidades.

A dificuldade de manter esses grupos unidos e aperfeiçoando sua produção coletiva dar-se porque há conflito entre elas. As discordâncias ocorridas no período da pesquisa foram de ordem pessoal e coletiva, a exemplo de uma agricultora discordar da maneira como a colega preparou e/ou comprou tal produto; por achar que está trabalhando mais que a colega; por desentendimento familiar ou na associação e isso chega no espaço de produção e/ou

comercialização, e por não ter gostado da maneira como a colega abordou sobre determinado assunto.

De maneira direta ou indireta essas questões chegam para os demais grupos de produção, o que gera uma opinião coletiva sobre o assunto. As divergências de pensamento e atitudes são normais quando se vivem em um coletivo, mas isso parece não ser compreendido pelas agricultoras. Associa a existência dessas situações principalmente pela cultura do individualismo, para ser a melhor sozinha. As formações que aconteceram e acontecem pela cooperativa (para além dos aspectos técnicos) são meios para orientar na condução dos conflitos, a educação para a cooperação é uma importante aliada para dirimir essas situações, pois efetivar o “nós” no lugar do “eu” não é tarefa fácil.

Há grupos que não compreenderam ainda que para estar no mercado convencional comercializando é preciso manter a qualidade e pontualidade, com isso quem dentro desse grupo já despertou para as exigências do mercado tem dificuldade de manter-se com as colegas que ainda pensam no improvisado e na descontinuidade do produto ofertado. Outro fator identificado é que as mulheres que possuem dificuldade de formarem seu grupo têm resistência de sentarem, falarem e se ouvirem, ou seja, tentar no coletivo chegar a um caminho satisfatório para ambos os lados.

A consciência do coletivo precisa ser usada na tomada de decisão, na necessidade de abrir mão do querer pessoal pelo progresso do coletivo. O relacionamento interpessoal precisa ser trabalhado para superar os conflitos que as separam para alcançarem os grandes objetivos que as unem. O relato de fragilidade do coletivo não é a realidade de todos os 15 grupos, contudo, não pode passar despercebida a existência desses casos. Portanto, encontrar estratégias para fortalecer o coletivo é atualmente um dos maiores desafios da COOMAFES em âmbito interno.

Não há soluções mágicas, nem rápidas na constituição de empreendimentos econômicos solidários. A futura sustentabilidade destes depende de um processo longo e árduo que articula sobrevivência no mercado com a necessidade de aprendizagem e desenvolvimento permanente: técnicos, organizacionais e políticas ou de conquista da cidadania. (FRANÇA *et al*, 2008, p. 40)

A comunicação das informações, a autogestão, as capacitações continuadas e também os intercâmbios podem contribuir efetivamente para a consolidação dos empreendimentos. A fala de Flor de Azaléia (2017) ao explicar sobre o trabalho desenvolvido no grupo confirma a

aplicabilidade dos princípios da economia solidária e do cooperativismo, ao mesmo tempo em que é possível notar o amadurecimento para o convívio no coletivo.

No caso, a gente, sela ela com ferro (Debatedora: Ferro quente?) Isso, já saiu tudo seladinho, tipo de manteiga, aquele papel de alumínio, brilhoso. Mas a gente ainda faz manual porque a gente ainda passa o ferro pra poder. (Debatedora: Garante a durabilidade?) É a durabilidade, o sequilho mesmo dobra. A gente coloca 60 dias, mas ele leva muito mais. Não entra o ar, não mulece. Só depende da higiene que a gente tem que ter quando tá embalando, não pode conversar, não pode manusear muito com a mão depois de assado. Quando tira já empacota, se a gente não empacotar a gente deixa ele em cima do forno pra ele manter aquela temperatura pra quando a gente for botar na vasilha ele tá quentinho ainda, morninho. (Debatedora: Esse processo de embalagem tem uma pessoa só?) Não, pode ser qualquer uma das cinco. (Debatedora: As cinco, e a máquina é o ferro de passar.) É, hoje em dia os produtos, o povo tá muito exigente, o mercado. E pro nível da gente, hoje, não tem potencial pra ter uma máquina dessa, não é barato. Aí a gente teve essa ideia, deu certo. E veda mesmo, o sequilho não derrama de jeito nenhum (sic) (FLOR DE AZALEIA, 2017)

A agricultora também nos mostra como as dificuldades de acesso a equipamentos são uma barreira para limitar a produção. No coletivo criam-se novas maneiras de utilização de equipamentos já existentes no intuito de driblar as faltas, como o caso do ferro de passar roupa, utilizado para selar os produtos. Elas se reinventam dentro do seu contexto e condições. Segundo Stopilha (2015, p. 11) “a técnica permite a satisfação das necessidades humanas mediante a reforma que o homem impõe à natureza em um esforço para poupar esforços. Nesta saga, emergem criatividade, novas necessidades, novos saberes e inovações permitindo o homem criar-se e recriar-se no mundo”. Os sujeitos buscam aperfeiçoarem-se e através das técnicas já existentes se recriam conforme as necessidades.

Contrapondo a fragilidade do coletivo de alguns grupos, há outros grupos produtivos pertencentes a COOMAFES que também estão dando exemplo de coletividade, de união e de força para conseguirem a melhoria do espaço de produção coletiva. Estão em busca de editais e parcerias para superar a falta de equipamentos, a padronização do vestuário, a melhoria do sabor e do aspecto visual do produto, a adequação aos padrões da vigilância sanitária e o aprimoramento das embalagens.

No intuito de colaborar nas condições das estruturas físicas dos locais de comercialização e também dos grupos produtivos o conselho administrativo buscou-se parcerias e editais. No que tange aos editais, a COOMAFES encontrou dificuldade para acessar por ter um ano de formalização, a maioria dos editais exigem de dois a três anos de registro. Com essa limitação a cooperativa conseguiu submeter apenas duas propostas em parceria com

outra instituição conforme já mencionada. Foram elaboradas e enviadas propostas para a Fundação Banco do Brasil e para o Instituto Consulado da Mulher, mesmo passando pelas etapas do edital a cooperativa não ficou entre os contemplados.

Em relação as parcerias, foi possível, através da presente pesquisa de mestrado e da INCUBA-UFRB, fez-se a parceria com o Programa de Pós-Graduação em Microbiologia Agrária do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da UFRB, a realização de duas pesquisas de mestrado. Sendo uma direcionada para a análise microbiológica dos produtos, com o objetivo de avaliar a qualidade higiênico-sanitária dos produtos fabricados pelas mulheres da COOMAFES, e outra dedicada à análise da qualidade da água utilizada nas receitas.

Na relação com a INCUBA/UFRB foram integradas duas pesquisas de mestrados da área de Microbiologias, com o acompanhamento de três docentes da área de Nutrição. Em uma dessas pesquisas, foram analisadas as amostras de 16 produtos comercializados na COOMAFES, investigando assim se há a presença de microrganismos (bactérias, fungos, vírus entre outros). A pesquisa está em fase de conclusão, mas foi entregue à Cooperativa o relatório das análises microbiológicas, chegou a consideração de que dos 15 produtos analisados, sendo que dois foram considerados impróprios para o consumo. A pesquisa dedica uma fase para novas análises dos produtos (microbiológica e físico-química) para avaliação após a intervenção educativa que será promovida pela pesquisadora.

O estudo realizado traz muitos ganhos à cooperativa, a comercialização de alimentos requer cuidados, pois está diretamente ligada a saúde do consumidor. Por meio da análise é possível identificar características do processo de fabricação, as condições de higiene, a durabilidade e o armazenamento garantindo a segurança do produto. A partir da pesquisa os grupos poderão identificar as falhas que levaram a reprovação do produto com base nos padrões legais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A outra pesquisa de mestrado refere-se a análise da água utilizada no processo produtivo dos grupos associativos ou comunitários para verificação de contaminação, e em seguida uma ação de intervenção para melhoria destas condições. Foram coletas 15 amostras de água, as coletas foram feitas em comunidades diferentes, colhendo diretamente das torneiras onde a água é utilizada para produção dos alimentos. Até o presente momento (março de 2019) os resultados não foram divulgados, contudo, esse estudo apresenta igual importância para o desenvolvimento dos alimentos. As comunidades em sua maioria não possuem água tratada e encanada, muitas vezes as águas são rios ou poços, logo, a preocupação com a qualidade dessa água é extrema, pois ela sem o tratamento devido pode inviabilizar um produto.

Importante destacar que através das pesquisas citadas foram criadas 15 tabelas nutricionais, que estarão disponíveis para a cooperativa no segundo semestre de 2019. As tabelas será mais um passo no processo de adequação do produto para a comercialização. Para além de constatar as análises laboratoriais e criação das tabelas, há envolvimento das mulheres associadas da COOMAFES desde a coleta das amostras, como de realização de oficinas de intervenção para melhoria das condições higiênicas e sanitárias da produção, ou seja, as cooperadas acompanham todo o processo.

Portanto, tem-se como positivo a vivência com as cooperadas em diferentes espaços, que possibilitou identificar também como resultado a efetiva melhoria dos produtos. É perceptível a aproximação dos sabores da mesma receita feita por grupos diferentes, a melhoria no preparo, corte e embalagem do produto; O aumento de renda, dado relatado pelas próprias agricultoras, as quais relatam a compra de equipamento para benfeitoria da produção, investimento nas suas casas, autonomia para adquirir produtos de uso pessoal e fazer compras parceladas, além de ajudarem os filhos.

Destaca-se também o aperfeiçoamento no trato com o cliente, a aproximação semanal oportunizou criação de laços e de maior abertura para falar do produto; Outro ponto notado foi a aproximação de pesquisadores (as) em nível de graduação e pós-graduação que surgem no espaço da Feira para desenvolver trabalhos, essas que não foram autorizadas pela cooperativa, não tiveram seus objetivos explicitados, nem uma apresentação formal do pesquisador dando legitimidade aos questionários aplicados, as entrevistas e os registros fotográficos feitos, entre outros instrumentos.

Não se sabem o que foi feito com o material, como foi abordado, onde foi publicado e com qual finalidade, além de em alguns casos os dados foram colhidos no primeiro contato do pesquisador com as agricultoras, o que pode ocasionar uma coleta primária e com informações distorcidas e/ou soltas, a exemplo da vinculação da Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária como uma criação e resultado da política do Centro Público de Economia Solidária (CESOL) o que não verdade, pois como relatado por diferentes cooperadas fundadoras a Feira e a criação da COOMAFES está vinculada ao PAA. A pesquisa exige ética, tempo e dedicação, um trabalho feito a partir das impressões iniciais pode conter inúmeros equívocos, gerando danos irreparáveis.

Também o que com igual importância chamou a atenção foi a existência da assistência técnica. O acompanhamento da equipe de assistência técnica tem por finalidade colaborar na melhoria da agricultura familiar, ou seja, o seu trabalho deve estar ligado diretamente ao produtor (a) rural. A legislação Brasileira regulamenta através da Lei 12.188, de 11 de janeiro

de 2010, a instituição Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), alterando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

A partir dos relatos das cooperadas identificou-se que as organizações que prestam serviço de assistência técnica possuem duas avaliações bem divergentes: alguns grupos avaliam bom o trabalho pelo técnico(a), dizem que na produção foi possível implementar a orientação dada. Porém, outros grupos relatam o descaso com o (a) agricultor (a), o não cumprimento da agenda feita, a não preocupação com o suporte necessário para a produção, quem só desejavam fazer fotos.

É dentro dessa dialética que a COOMAFES constrói sua história, supera os desafios, acerta e erra no processo de aprendizagem contínuo e coletivo. Por fim, cabe explicar que a cooperativa após o registro na JUCEB chegou ao número de 53 cadastros de cooperadas, contudo os dados da pesquisa, aqui apresentados, têm como base 52 mulheres cooperadas. Ao longo do primeiro ano uma agricultora não realizou nenhum investimento da cota-parte (o que é uma das obrigações conforme o Estatuto Social da cooperativa) e não se envolveu nas atividades da cooperativa, o que dificultou o acesso a seus dados, assim, quando questionado ao conselho administrativo foi relatada que essa agricultora não faria parte do quadro de cooperada mediante o afastamento que a mesma fez. Para melhor compreensão da história a COOMAFES foram elencados alguns subtópicos para detalhar e suscitar reflexões da realidade concreta dessas mulheres rurais.

3.3 As Mãos que Semearam a COOMAFES

Nós não somos mais aquelas pessoas que se preocupava até de ir para roça trabalhar porque não tinha onde vender nossa produção, hoje não. (FLOR DE BROMÉLIA, 2019)

Semear requer saberes, conhecimento, prática e paciência. Os solos não são os mesmos, cada muda/semente tem a necessidade de um berço diferente, de cobertura também diferente, ainda têm as fases da lua, as estações do ano e os saberes populares. São muitas informações e crenças que influenciam no modo de cultivar, dos sujeitos da agricultura familiar ao longo da sua vida, vai aprender, testar, experimentar e aprimorar sua prática até consolidar o seu próprio jeito de fazer.

Valorizar os diferentes saberes é compreender que todos os sujeitos são capazes de aprender e ensinar, e que todos os conhecimentos são importantes dentro de um coletivo. A educação popular prega justamente a troca para a construção do conhecimento, Freire (1987, p.34) como exemplo de educador já compreendia que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo; os homens educam-se entre si, mediados pelo mundo”. A partir do que foi vivenciado na COOMAFES, as mulheres buscaram desenvolver práticas, partilhar e valorizar os saberes.

No trabalho coletivo não é diferente, é um ir e vir constante, não há um caminho reto e uniforme, pois os sujeitos que trilham esse caminho são diversos e singulares. Dentro da COOMAFES as especificidades se destacam a medida que o coletivo é desenvolvido, ao mesmo tempo que as mulheres rurais têm suas histórias de vidas semelhantes, sonhos são comungados e a persistência na luta. Segundo o próprio Freire (1987) “a educação faz sentido porque mulheres e homens aprendem que através da aprendizagem podem fazerem-se e refazerem-se, porque mulheres e homens são capazes de assumirem a responsabilidade sobre si mesmos como seres capazes de conhecerem.”

As relações das cooperadas foram construídas inicialmente nas suas comunidades rurais, nas vizinhanças próximas, no ambiente familiar e nas atividades comunitárias coletivas realizadas através da associação ou das igrejas que frequentam. Assim, cada grupo produtivo foi formado, levando em consideração seus potenciais e seu tempo de germinação. Essa organização se dá pela necessidade inicial de ter remuneração financeira, e, por conseguinte a de valorização do trabalho.

Auto-organização das mulheres vai além da construção de um espaço só das mulheres. Tem a ver com a construção coletiva das mulheres como um sujeito político, de definição de prioridades, de reivindicações e demandas e dos caminhos para alcança-las. (JANCZ *et al*, 2018, p.15)

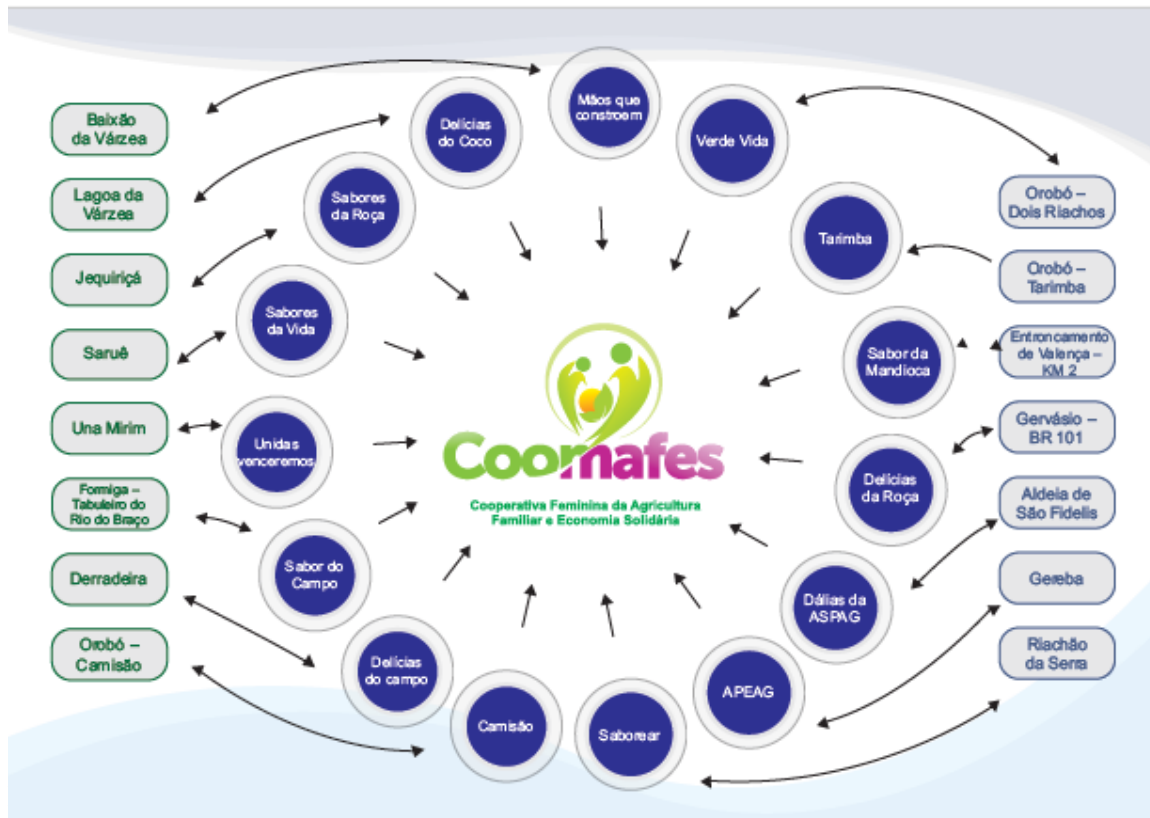
Desse modo, o processo de desenvolvimento dos grupos teve duas fortes influências sendo: o trabalho desenvolvido pela associação de moradores locais e a segunda a possibilidade de acesso a políticas públicas e/ou editais que de alguma maneira trariam benefícios para comunidade. As vivências dessas realidades oportunizaram as agricultoras vivências coletivas, a necessidade de organização e empenho, bem como, de diálogo entre si e de articulação com outras pessoas e/ou setores do meio associativista.

As 15 comunidades que juntas formam os 15 grupos de mulheres rurais que compõem a COOMAFES, de algum modo já viveram a experiência associativista nas suas localidades. Assim, a cooperativa apresenta uma singularidade muito positiva na sua composição, as

agricultoras envolvidas entendem a dinâmica do coletivo, seja nos grupos de produção ou nas associações. Essa característica possibilita um dinamismo na produção e o desejo de outras mulheres rurais de envolverem-se no cooperativismo.

A COOMAFES está estruturada conforme apresentada na Figura 2.

Figura 2. Estrutura da COOMAFES constituída a partir dos 15 grupos de mulheres rurais das comunidades de Valença – BA – 2018.



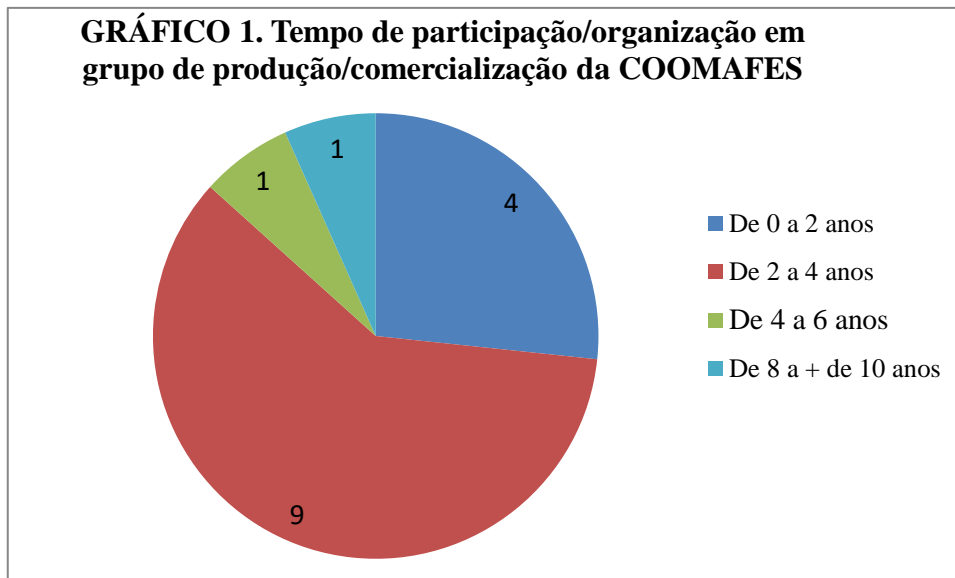
FONTE: Elaborado pela autora (2019).

Como é possível observar, existem 15 grupos, um em cada comunidade, o Distrito do Orobó é extenso, possui muitas localidades, assim, até o ano de 2018 foram três grupos produtivos vinculados a cooperativa, o mesmo ocorreu com a Região da Várzea que pertence ao Distrito de Serra Grande, formaram três grupos.

O questionário realizado, a fim de traçar o perfil das mulheres rurais que compõem os grupos produtivos (cooperadas ou não), alcançou 80 respondentes, destas 42 cooperadas. O que, de antemão, identificou-se que a COOMAFES apoia e colabora com o trabalho de mais mulheres rurais, não só as cooperadas. Mas, as cooperadas, dentro dos seus grupos produtivos, são força e elo da cooperativa.

O número de agricultoras é variável, pois os grupos possuem uma dinâmica de adesão e descontinuidade do trabalho coletivo ainda frequente. Um grupo pode existir há mais de quatro anos, a exemplo, contudo, nesse período duas ou três permanecem e vão agregando novas mulheres, o que leva a oscilação do número de integrantes do grupo. O questionário teve como base as participações das mulheres rurais nos grupos durante o ano de 2018.

Quando questionadas sobre o tempo em que o grupo produz ou comercializa junto, identificou-se que dos 15 grupos nove têm de dois a quatro anos. Período que condiz com o trabalho de mobilização para criação e/ou fortalecimento dos grupos. O Gráfico 1 apresenta o tempo de participação dos grupos de mulheres rurais das comunidades de Valença nos processos de produção e ou comercialização de seus produtos.



FONTE: Pesquisa de Campo (2019).

As características apresentadas dos grupos (no tópico anterior) sobre a necessidade de fortalecimento do coletivo justifica-se quando 13 dos 15 grupos possuem menos de quatro anos de existência, ou seja, elas foram frutos da mobilização realizada pela equipe do PAA Municipal. Eles ainda vivem a adesão e desistência de colegas o que afeta a dinâmica do grupo. Desse modo, França *et al* (2008) ao tratar da formação de empreendimentos destaca a importância da incubação para os grupos comunitários, em especial quando o desejo parte dos próprios sujeitos de se submeterem na proposta da incubação com base na economia solidária.

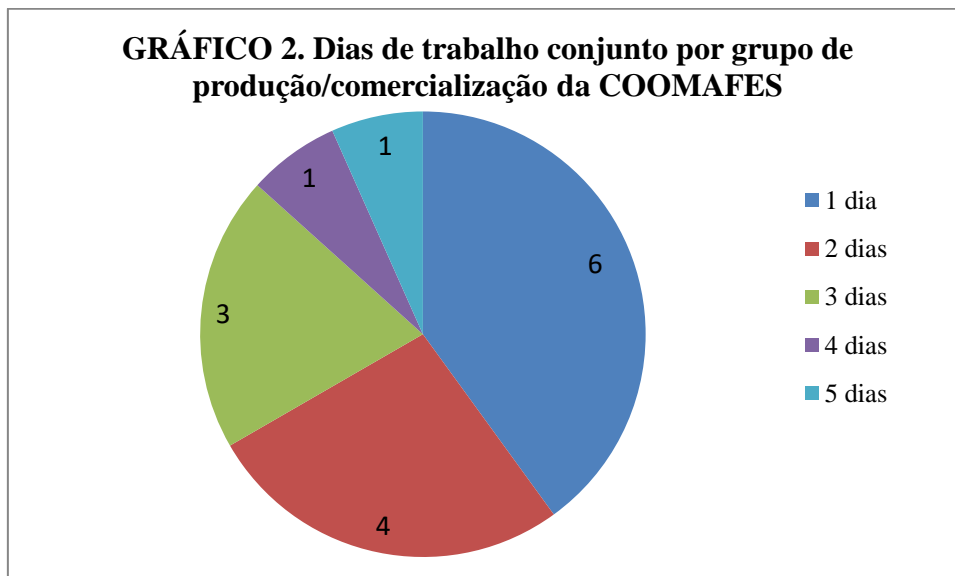
Quando questionado sobre o tempo de trabalho coletivo durante a semana, seis grupos apresentaram não produzirem coletivamente com assiduidade, e que a etapa coletiva acontece na comercialização. Esses grupos são compostos por agricultoras que cultivam hortaliças, ervas

medicinais, frutas, temperos, criam galinhas, entre outros produtos que em sua maioria são produzidos/cultivados nos seus quintais. Assim, elas se juntam nas sextas-feiras para comercializarem juntas, dividindo a mesma barraca e representando suas comunidades.

Em geral, estes grupos são compostos por poucas pessoas, muitas vezes amigos ou familiares que dividem o trabalho de maneira informal e assistemática. A maioria conjuga a atividade com outro tipo de ocupação, que lhes assegura a sobrevivência cotidiana (FRANÇA *et al*, 2008, 23 – 24).

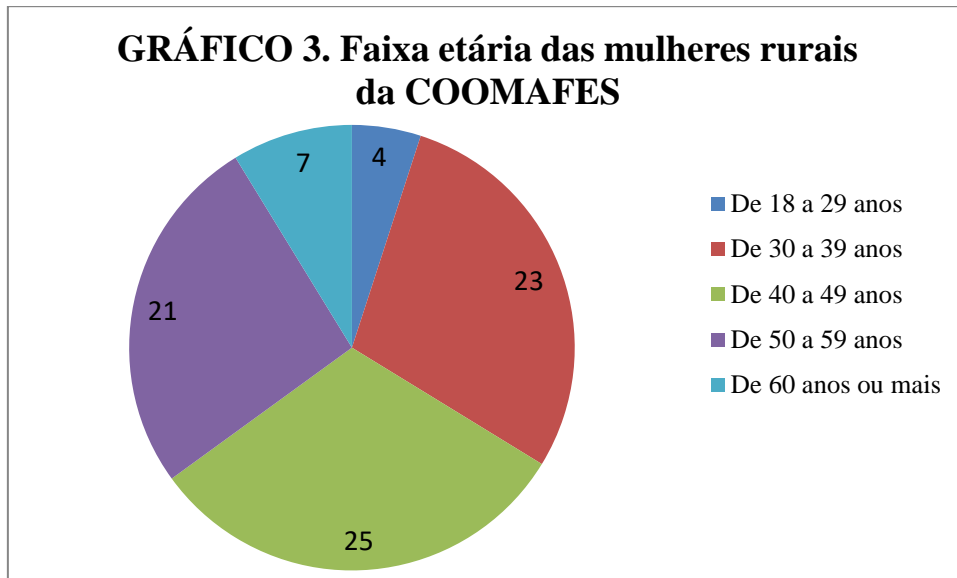
Como apresenta França *et al* (2008), a constituição dos grupos também apresenta como característica a presença da família e principalmente a necessidade de desenvolver outras atividades, que não necessariamente gere renda, mas são destinadas as mulheres como obrigações do seu papel, desse modo, elas trabalham na roça com seus maridos e filhos, além do trabalho doméstico e da produção para comercialização pela Cooperativa.

Ainda em relação ao tempo que se unem para produzir e/ou comercializar, outros dois grupos que sinalizaram se encontrarem quatro e cinco dias por semana explicam que isso ocorre porque o grupo divide as tarefas de produção, um dia para produção de x produto, no dia seguinte y produto, e também que o grupo pode se subdividir para realizar as tarefas. A produção coletiva sofre interferência conforme a demanda de pedidos, nos períodos do ano que é necessário entregar no Espaço Solidário, no PNAE e na Feira as agricultoras se encontram mais vezes durante a semana.



FONTE: Pesquisa de Campo (2019).

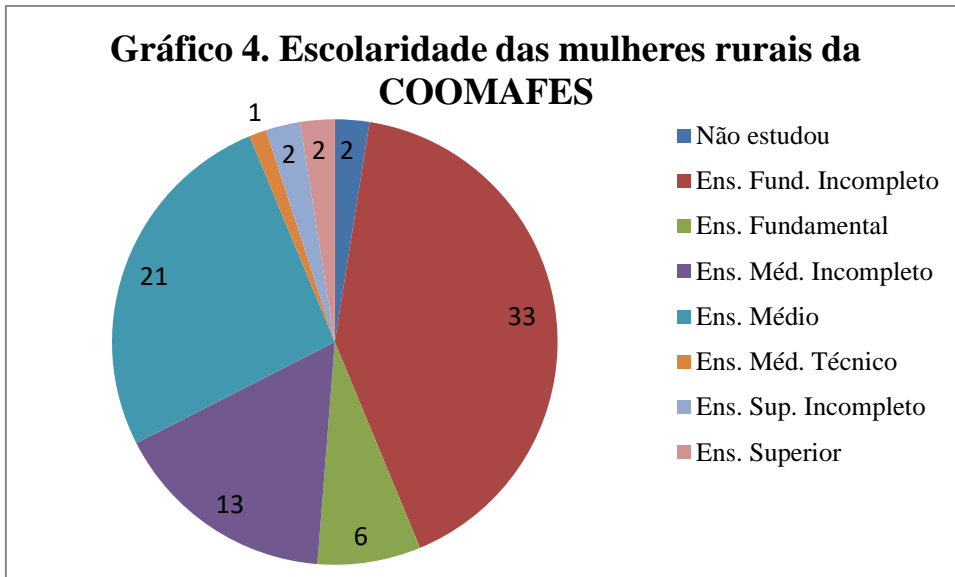
Para melhor caracterizar os grupos, foi questionado o fator idade e escolaridade. O Gráfico 3 apresenta a faixa etária das beneficiadas direta e indiretamente pelas COOMAFES, ou seja, as 80 mulheres rurais que responderam ao questionário. Entre 40 a 49 anos é a faixa etária com maior número de agricultoras, 25 delas. Nota-se também que, 76 mulheres têm mais de 30 anos de idade, e apenas 4 está na faixa de 18 a 29 anos.



FONTE: Pesquisa de Campo (2019).

Os dados em relação a idade revelam o tempo que elas possuem com a agricultura familiar. Através das vivências com as mulheres rurais foi possível constatar que as agricultoras começaram a trabalhar desde criança, o vínculo com a terra foi mediado pela família, ou seja, uma cooperada que atualmente tem 40 anos (por exemplo) aprendeu as práticas, saberes e tradições há pelo menos 30 anos atrás, pois quando criança realizava ações que colaboravam no plantio/colheita.

No âmbito da educação formal, 47 mulheres rurais não chegaram a concluir o ensino fundamental. As feirantes relatam que na época da juventude estudar não era considerado como algo importante pelos pais e que o acesso à escola era difícil, não tinha transporte escolar, além da necessidade de ajudar no lar e na roça. Também, outro fator, era a própria cultura de “casar cedo”, esses são alguns dos motivos que representa esse quantitativo.



FONTE: Pesquisa de Campo (2019).

Historicamente a educação não foi pensada e estruturada para o acesso e permanência das populações de baixa renda, em especial as que residem no campo. As cooperadas relatam que

era, no caso, porque o pai da gente não tinha muito esse pensamento, esse foco de que o estudo é importante, botava na escola por botar, e na hora que aparecia uma oportunidade de emprego minha mãe dizia: tu vai trabalhar pra poder me ajudar, ai tirava da escola. Ai ficava, assim, nessa ida e volta e eu acabei que não conclui. Depois de adulta foi que eu resolvi, já tava casada, já tinha filho, minha filha, eu voltei. [...] Estudei, até a 4ª série aqui na roça. Depois teve aí o estudo aqui de jovem e adulto que eu queria terminar, a gente foi e foi estudar. Ai eu voltei pra 3º porque não tinha concluído a 4ª. Aí terminei de concluir aqui, aí fui fazer o CPA em Santo Antônio, ai fui até a 8ª série, fui até o primeiro semestre, ficou pra ir concluir o segundo e eu num fui. Não fui pra o ensino médio, não fui fazer o ensino médio. (FLOR DE SEDA, 2017).

O fator de não ter concluído a educação básica não impediu que as cooperadas possuíssem um perfil de liderança comunitária, que busca parcerias para melhorar suas comunidades, bem como, no seu cotidiano fazem a leitura de mundo (Paulo Freire) a partir da sua realidade concreta. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, (...). O ato de ler o mundo implica uma leitura dentro e fora de mim. Implica na relação que eu tenho com esse mundo”. (Paulo Freire, 1981²⁰). Conforme aborda Freire, a leitura de mundo das agricultoras veio antes da escrita/escolarização, o modo de compreender o contexto fizeram delas lideranças, referências em suas comunidades.

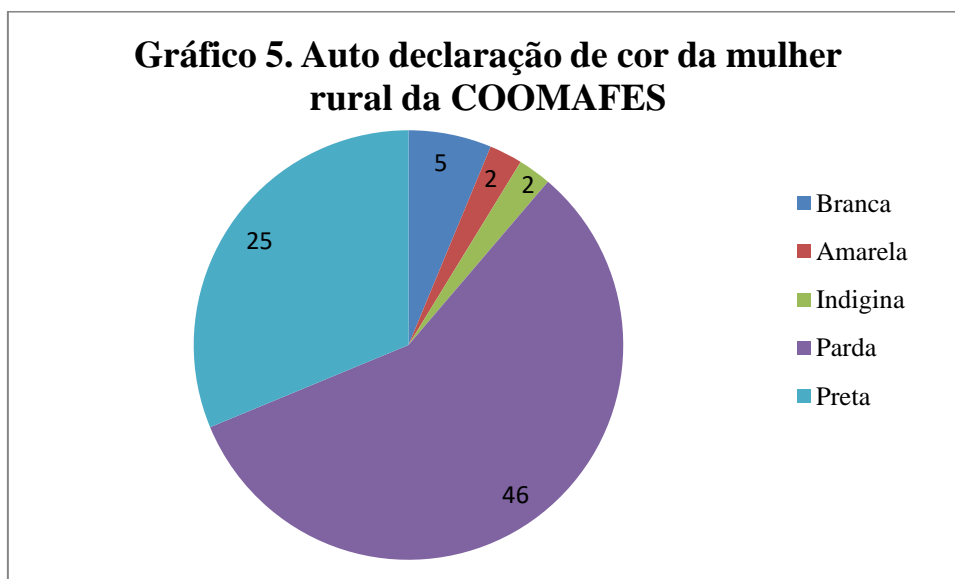
²⁰ Paulo Freire – Abertura do Congresso Brasileiro de Leitura – Campinas, São Paulo, novembro de 1981.

Infelizmente, a educação formal para a população do campo ainda é um desafio, a implantação de políticas públicas, a qualidade do ensino, o acesso e a infraestrutura ficam a desejar em muitas comunidades. E as dificuldades no trabalho cooperativo acabam surgindo quando existe a necessidade de elaboração de atividades mais burocráticas. Segundo o IBGE (2006),

educação na agricultura familiar revelam avanços, mas também desafios: entre os 11 milhões de pessoas da agricultura familiar e com laços de parentesco com o produtor, quase 7 milhões (63%) sabiam ler e escrever. Existem ainda pouco mais de 4 milhões de pessoas (37%) que declararam não saber ler e escrever, principalmente de pessoas de 14 anos ou mais de idade (3,6 milhões de pessoas)²¹.

Esses números expressam uma realidade a ser superada: o analfabetismo, que infelizmente existe e contribui para maior dificuldade no acesso a direitos, para superação de obstáculos e melhorias individuais e coletivas, e conseqüentemente na sua renda. As políticas educacionais de reparação ao processo de não acesso a escola chegaram a atender algumas das mulheres rurais vinculadas a COOMAFES, como uma das entrevistadas apresenta, mas sabe-se que há muito a ser aprimorado e superado.

O processo de exclusão escolar está diretamente associado aos fatores financeiro e de raça/cor. Assim, ao serem questionadas sobre qual cor possuem a 46 agricultoras declararam ser da cor preta.



FONTE: Pesquisa de Campo (2019).

²¹ IBGE – Censo Agropecuário 2006, categoria: Educação. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/13721-asi-agricultura-familiar-ocupava-844-dos-estabelecimentos-agropecuarios.html>>.

As mulheres negras e pardas representam 71 mulheres rurais da pesquisa. Um retrato de uma realidade marcada pelas heranças da escravidão e do lugar de exclusão social logradas aos negros após o fim do período escravocrata. A cidade de Valença, por ter começado a ser forjada ainda no período colonial recebeu escravos para trabalhar nas lavouras e a *posteriori* na fábrica de tecidos. Para Heringe (2002) é necessário fazer uma análise da desigualdade racial levando em conta fatores estruturais e discriminatórios.

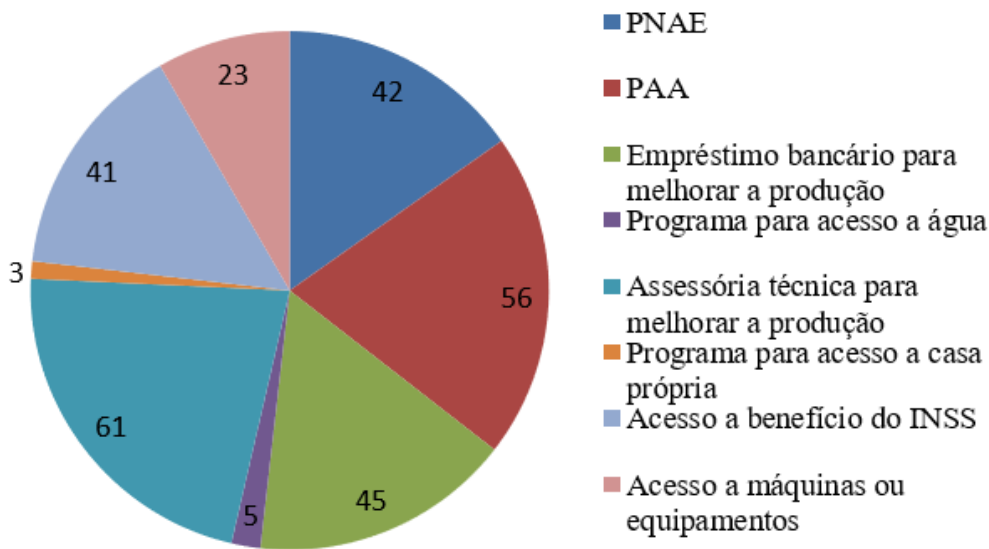
O quadro de desigualdade entre negros e brancos está relacionado tanto a fatores estruturais quanto à discriminação. Entre os fatores estruturais, sem dúvida o mais significativo é o componente educacional. Ao se situarem nos grupos com menor acesso à educação formal, os negros também ocupam postos de menor prestígio no mercado de trabalho. (HERINGE, 2002, p. 62)

O perfil das mulheres aqui apresentado corrobora com as considerações da autora, pois 54 mulheres rurais não concluíram o ensino médio. Assim, poucas são as vagas no mercado formal destinadas a esta faixa de escolarização, ainda mais para cargos que sejam bem remunerados. Mas, essa leitura não se trata de uma culpabilização, mas de apresentar como fatores como pobreza, racismo, patriarcalismo, trabalho infantil e falta de políticas públicas impactam na história de vida de pessoas, em especial as mulheres negras rurais. Diante da negação histórica de acesso aos direitos, estas mulheres, buscam em cooperação mostrar que lhe bastam apenas a oportunidade de acesso às políticas públicas.

No intuito de identificar quais direitos, programas e/ou políticas públicas as agricultoras já tiveram acesso entre os anos de 2013 a 2018, foram dadas as opções podendo ser sinalizada mais de uma. Assim, das políticas colocadas como opção as três mais citadas pelas 80 mulheres rurais foram: acesso a acessória técnica, 61 delas; acesso ao PAA municipal, 56 delas e 45 já realizaram empréstimo bancário para investir na melhoria da produção. O número expressivo de acesso a assistência técnica associa-se ao fato da existência da legislação e simultaneamente ao investimento na área da agricultura familiar.

O acesso ao PAA representa um dos resultados do trabalho da assistência técnica, que colabora com técnicas para o plantio, simboliza também o acesso da mulher rural a políticas públicas. Segundo Teixeira (2002, p. 2) as políticas públicas podem ser consideradas como “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. É inegável a importância delas para fomentar e fortalecer os sujeitos que de algum modo estão a margem da sociedade capitalista.

Gráfico 6. Acesso à políticas e programas sociais entre 2013 a 2018 pelas mulheres da COOMAFES



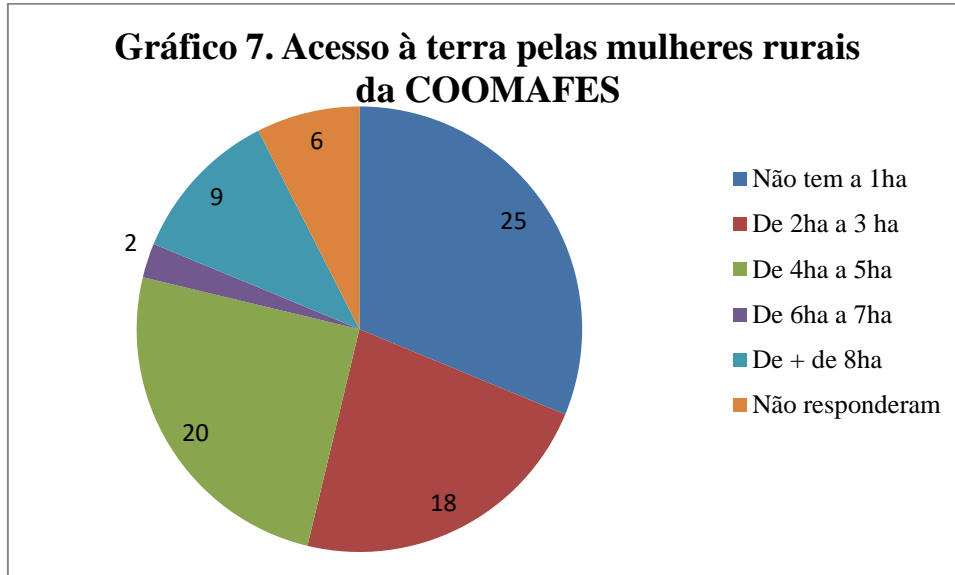
FONTE: Pesquisa de Campo (2019).

Além das três políticas públicas, as mulheres também afirmam ter acessado expressivamente ao PNAE, 42 delas; ao INSS, 41 delas, sendo que em sua maioria o acesso se deu através da aposentadoria rural, a qual as mulheres agricultoras rurais podem acessar a partir dos 55 anos. Assim, essas mulheres, mesmo estando aposentadas buscam desenvolver o seu trabalho como agricultoras cooperadas; o outro acesso se deu a máquinas e equipamentos, 23 delas, sejam os equipamentos através de seus grupos produtivos, ou, pela oferta de programas para aração da terra, a exemplo. As políticas menos acessadas foram os programas de casa própria e o programa de acesso à água.

Diretamente relacionada as políticas públicas está a Questão Agrária que envolve a sociedade brasileira, já discutida no item: Agricultura Familiar: Trabalho e Organização das Mulheres Rurais. O trabalho na agricultura depende fundamentalmente do acesso à terra, logo, buscou-se identificar se as mulheres rurais têm ou não terra, caso tenha o tamanho dessa área, para assim, suscitar reflexões a partir da realidade concreta dos sujeitos da pesquisa. “A posse da terra é fator de pressão sobre as atividades econômicas e a organização dessas comunidades” (VIANNA, 2008, p. 114).

As respostas indicaram que mais de 24 mulheres rurais não possuem terra ou a área não chega a um hectare, outras 17 não ultrapassam a área total com três hectares. Esses números expressam que a maioria das agricultoras da pesquisa possuem área consideradas minifúndios,

lembrado que a partir de Medeiros (2012) essa área é compreendida incapaz de produção pelo seu tamanho, ou seja, a agricultura familiar é desenvolvida em pequenos lotes de terra, uma resistência aos latifúndios.



FONTE: Pesquisa de Campo (2019).

Assim, o acesso que essas mulheres têm a terra, as que possuem, são as pequenas propriedades rurais para manuseio em família. O acesso à terra segundo as agricultoras se deu através de herança, a partir do casamento ou de sua própria aquisição.

Mediante as características apresentadas nos gráficos, as mulheres rurais podem ser identificadas pelas semelhanças que possuem em três grupos. A construção desses perfis tem como respaldo as formações (oficinas promovidas por essa pesquisa e por parceiros da cooperativa), as visitas aos locais de produção, o período que fui feirante (tratado no item: Comercialização), o questionário e as vivências nos demais espaços de comercialização. Desse modo:

- Grupo A - composto por agricultoras que desejam o aumento da renda, mas de igual maneira desejam a visibilidade social, o acesso a políticas públicas, a participação e articulação nos movimentos relacionados a agricultura familiar e economia solidária. São mulheres rurais que desejam a melhoria do trabalho desenvolvido, que compreendem a necessidade das formações, a importância da participação nos espaços de coletivos de proposição e fiscalização de políticas públicas.

Possuem um perfil de liderança, assumem papéis em suas comunidades, nas associações, no âmbito religioso, nos grupos produtivos que participam. Estas saíram do “eu” para o “nós”, isto é, suas práticas são voltadas para o coletivo.

- A composição do Grupo B é feita pelas agricultoras que desejam o aumento da comercialização, ou seja, o aumento da renda. Elas têm interesse por formações mais técnicas que venham a trazer melhorias para o trabalho realizado, não possuem muita afinidade e/ou conhecimento sobre as questões burocráticas da cooperativa. Gostam e sabem da importância do coletivo para alcançar os objetivos, são participativas na cooperativa e demonstram satisfação pelo reconhecimento adquirido através da COOMAFES.
- O grupo C é constituído por um grupo pequeno de agricultoras que comungam das finalidades da COOMAFES, participam de algumas formações e eventos pontuais (datas comemorativas) da cooperativa, contudo, não produzi em grupo, apresentam resistência para desenvolver um trabalho coletivo em suas comunidades com outras agricultoras. O objetivo é voltado para a obtenção de renda e participação em editais e eventos.

A existência desses perfis revela que cada sujeito tem o tempo próprio de amadurecimento para o trabalho no coletivo, o fato de comercializarem juntas é um passo dentro desse processo. As capacitações, experiências no social (participação religiosa, em seminários, intercâmbio, debate sobre políticas públicas e o status da mulher na sociedade, entre outros) e os anos de vivência no grupo de produção são considerados os fatores decisivos para a construção desse perfil do grupo A.

Indica também a necessidade de integrar e fomentar as mulheres rurais dos Grupos B e C a entenderem e participarem mais das tomadas de decisões da COOMAFES, para tal é necessário buscar metodologias que dialoguem com as necessidades e características desse grupo, não se trata de formação por formação, mas de espaços formativos de caráter continuado que aborde as necessidades e acompanhe as situações de progresso ou não das agricultoras, fazendo intervenções educativas.

Por fim e de grande relevância cabe trazer duas características presentes e expressas em todas as agricultoras, sua alegria e a afetividade pelo trabalho desenvolvido na agricultura familiar. A existência desses sentimentos não nega as dificuldades e barreiras que elas

encontram em suas realidades, eles expressam a maneira como as mulheres rurais desenvolvem seu modo de vida.

3.4. Comercialização

Discutir sobre os espaços de comercialização e como esses estão estruturados revela os desafios, os avanços e os aprendizados que as cooperadas tiveram. Mais que espaços de comercialização esses locais propiciam o contato direto com o cliente final, é a imagem da agricultora que está à frente, é o contato constante com outras mulheres rurais e com diferentes públicos. Esses locais são a junção de comercialização, de aprendizado, de trocas de saberes e de fortalecimento da Agricultura Familiar e da Economia Solidária.

A COOMAFES encerrou o ano de 2018 com quatro espaços de comercialização em Valença – BA, conforme a Figura 3. O Espaço Solidário (Valença e Salvador), a Cantina Solidária e a Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária, os espaços de comercialização tem sua dinâmica própria e são geridos por diferentes cooperadas e possuem públicos diferentes.

Figura 3. Locais de Comercialização da COOMAFES, 2018.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A comercialização é um dos focos da cooperativa, ao sistematizar a história ficou notável a busca do aumento das vendas, o empenho para chegar a outros espaços e o público também se destacou. Assim, cria-se um campo com desafios para o planejamento futuro da COOMAFES, por ser uma cooperativa o foco na comercialização pode e deve existir, contudo, não se pode perder a visão social do empreendimento. É necessário um equilíbrio entre a dimensão comercial e a social.

Segundo Valadares (2005, p. 24) “as cooperativas têm que evitar duas rotas para seu futuro desenvolvimento e que podem comprometer sua posição no mercado e sua identidade empresarial cooperativa”. Assim, Valadares (2005, p. 24-25) apresenta duas rotas como as mais comuns que as cooperativas têm desenvolvido, sendo:

- a) A primeira rota focaliza a unidade de produção associada como centro do negócio empresarial cooperativo. [...] O resultado provável é que o empreendimento cooperativo não sobreviverá à competição do mercado, nacional ou internacional. Nesse caso, só teoricamente os interesses básicos dos cooperados são atendidos.
- b) A segunda rota focaliza excessivamente o mercado dos produtos ou serviços como centro do negócio empresarial cooperativo, ainda que a custa do distanciamento entre cooperativa e as unidades de produção. [...] O resultado provável é o fortalecimento das relações de mercado da cooperativa e a postergação dos interesses dos cooperados.

As rotas apresentam necessitam de um equilíbrio para o desenvolvimento pleno da proposta de cooperativismo, não é possível realizar ações com foco só no modo como o grupo produtivo deseja, é necessário entender o contexto comercial, é preciso fazer um estudo de viabilidade entre outras estratégias para qualificação dos produtos e das cooperadas, de igual importância, a diretoria da cooperativa deve estar atenta à maneira como o foco da comercialização está sendo desenvolvido.

Um instrumento que pode colaborar no processo de equilíbrio e elaboração de estratégias é o Estudo de Viabilidade, pois é uma atividade política e educativa, este possibilita que o empreendimento tenha ciência da gestão, do nível organizacional e ao mesmo tempo da administração, do grau de participação dos envolvidos. Sendo assim, oportuniza a produção conjunta de conhecimento. Kraychete (2012, p.22) ao discutir sobre a importância da realização do Estudo de Viabilidade para empreendimentos solidários salienta que mais que a aplicabilidade da técnica é preciso levar em consideração “a lógica peculiar de funcionamento desses empreendimentos”.

Segundo o autor “as organizações econômicas populares possuem uma lógica peculiar. Não podem ser avaliadas ou projetadas copiando ou tomando-se por referência os critérios de

eficiência e planejamento típicos à empresa capitalista” (KRAYCHETE, 2012, p.21). Levar em consideração a finalidade e distinção do empreendimento em relação a outros existentes promove toda diferença, e essa compreensão gera resultados que se perpetuam nos grupos que passam pela experiência.

A gente fez o curso aqui e foi bom, a gente aprendeu fazer as contas que a gente não tinha base, fazia tudo... não sabia o que era lucro, o que dava prejuízo. E hoje, a gente só faz aquilo que dá lucro. Se a gente fazer um biscoito e a gente calcular e der errado a gente não faz. **Através desse curso a gente hoje é outra pessoa**, depois desse curso. Agora, a gente fez o curso de um ano, foi muito cansativo, assim, Marco vinha [...] foi uma pessoa muito legal, teve muita paciência com a gente, **porque a gente estudou pouco, não tinha uma habilidade pra fazer contas, essas coisas**. Mas a gente mediu, pesou cada grama, cada litro de água para fazer o beiju, tudo ele ensinou aqui, ai veio uma menina de Santo Antônio, uma nutricionista, que também passou por aqui, foi muito bom. **Foi curso de viabilidade foi que a gente aprendeu aqui, mas foi bom, foi bom mesmo pensa em um conhecimento**. (FLOR DE CRAVEIRO, 2017)

O depoimento da agricultora Flor de Craveiro expressa a importância da construção de um trabalho com cronograma conforme a realidade dos sujeitos, de tempo e de escolaridade. Uma metodologia que compreenda as especificidades e que não negue os saberes, assim, o trabalho desenvolvido promove de fato a emancipação dos sujeitos. Essa fala trata do estudo de viabilidade realizado pela equipe da INCUBA/UFRB em um dos grupos da COOMAFES.

Dos 15 grupos pertencentes a cooperativa, quatro já realizaram estudo de viabilidade com ao menos um dos seus produtos. O ideal é indicado por esta pesquisa é que todos os grupos passem por essa experiência de no coletivo do grupo construir o estudo de viabilidade, pois este instrumento contribuirá para a autonomia do grupo, sendo a

autonomia entendida como a capacidade dos integrantes dos empreendimentos da economia popular solidária decidirem, com segurança e conhecimento de causa, sobre o trabalho que realizam, sobre a organização da produção, as relações que os associados vão estabelecer entre si, os mecanismos de gestão e controle. (KRAYCHETE, 2012, p.24)

O conhecimento sobre o grupo e/ou a cooperativa são imprescindíveis para o desenvolvimento da autogestão, das forças identificadas e melhorias/adaptações nas lacunas apresentadas ao longo do estudo de viabilidade. Assim, a cooperativa poderá com segurança traçar o plano de ação da comercialização, pois terá conhecimento dos grupos.

A COOMAFES, tendo apenas um ano de formalização, deve criar suas estratégias de comercialização a partir de equilíbrio, não destoando da sua finalidade de fundação, como alerta

Valadares (2005, p. 25), o ator questiona a necessidade de uma terceira rota que traz justamente o equilíbrio

evitando tanto o foco nos interesses da unidade de produção de produtos [...] quanto o foco no nos interesses exclusivos do mercado. Ou seja, trata-se de desenvolver uma estratégia empresarial que responda: como as cooperativas podem combinar o desenvolvimento de novas estratégias para seus negócios empresariais com a manutenção de uma organização verdadeiramente associativista/cooperativista?

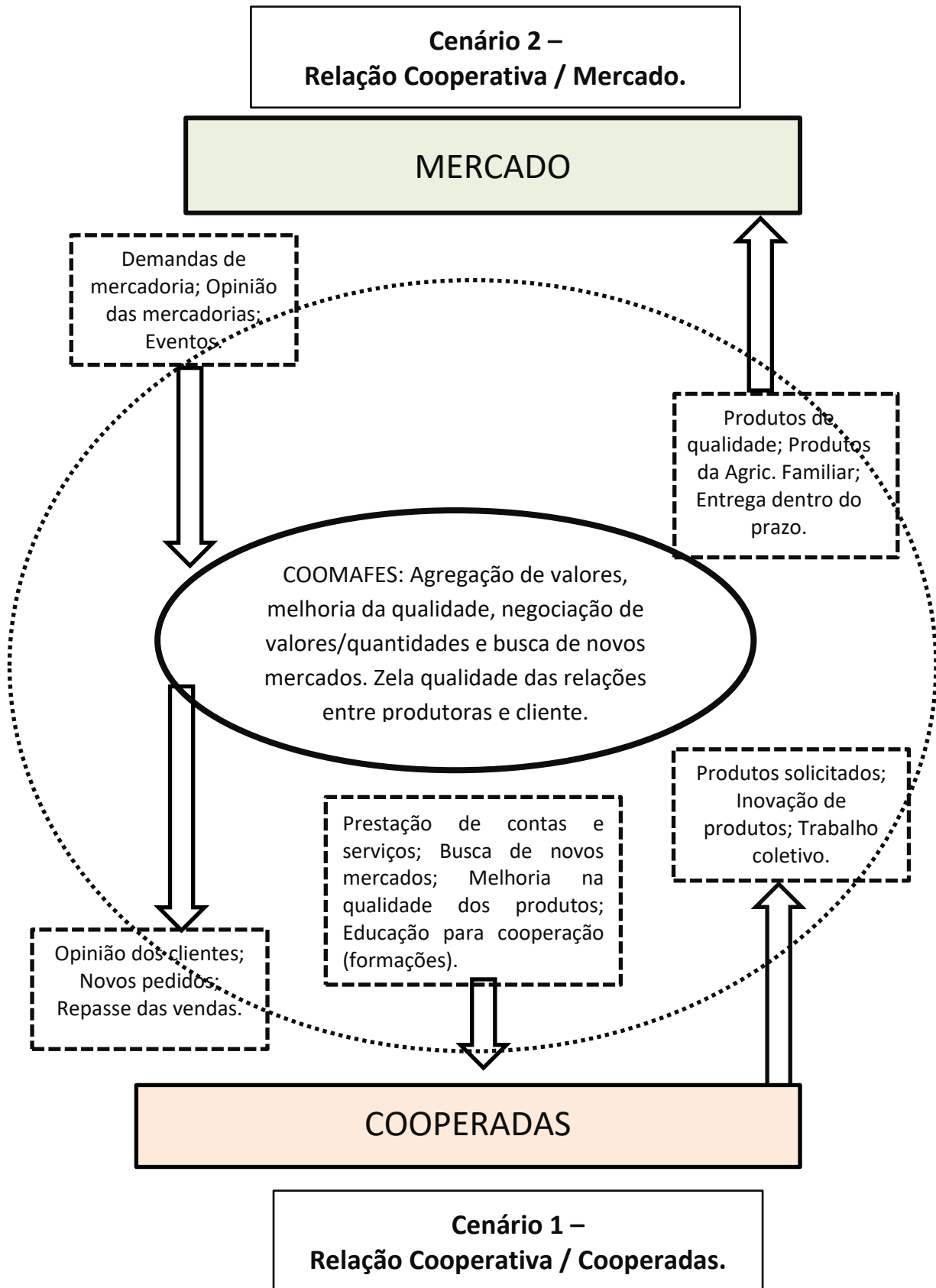
Assim, como base no próprio autor é preciso um modelo/rota que possibilite esse equilíbrio. A partir de uma adaptação do modelo da Relação Cooperativa e Mercado proposto por Valadares (2005, p. 39) na obra *A Moderna Administração em Cooperativas*, foi possível entender como se dar essa possibilidade no contexto da COOMAFES.

A cooperativa precisa desenvolver uma espécie de peneira entre o que vem do mercado e o que vai para o mercado, ou seja, saber selecionar as críticas, sugestões e elogios, bem como, saber lidar com as relações entre as cooperadas, a qualidade do produto e o compromisso com a entrega/prazo. A COOMAFES já apresenta essa característica a partir do agir da diretoria nesse primeiro ano de formação, contudo, faz-se necessário estar atento.

Os espaços de comercialização são justamente onde acontecem boa parte dessa interação. Neles as cooperadas estão presentes para entregar os produtos, receber novos pedidos e também ouvir a opinião dos clientes. Ao mesmo tempo, são nesses espaços que acontecem a conferência dos produtos, a divisão para entrega, o controle de qualidade e também a entrega para o cliente. Ou seja, é preciso pensar essa realidade como dinâmica e dialética, pois à medida que a cooperativa estar para com sua cooperada, ela estar também para o seu mercado consumidor.

A partir da adaptação do Modelo Teórico de empresa cooperativa, elaborado por Valadares (2005, p. 39), foi possível sinalizar como esse processo acontece dentro da COOMAFES, conforme Figura 4.

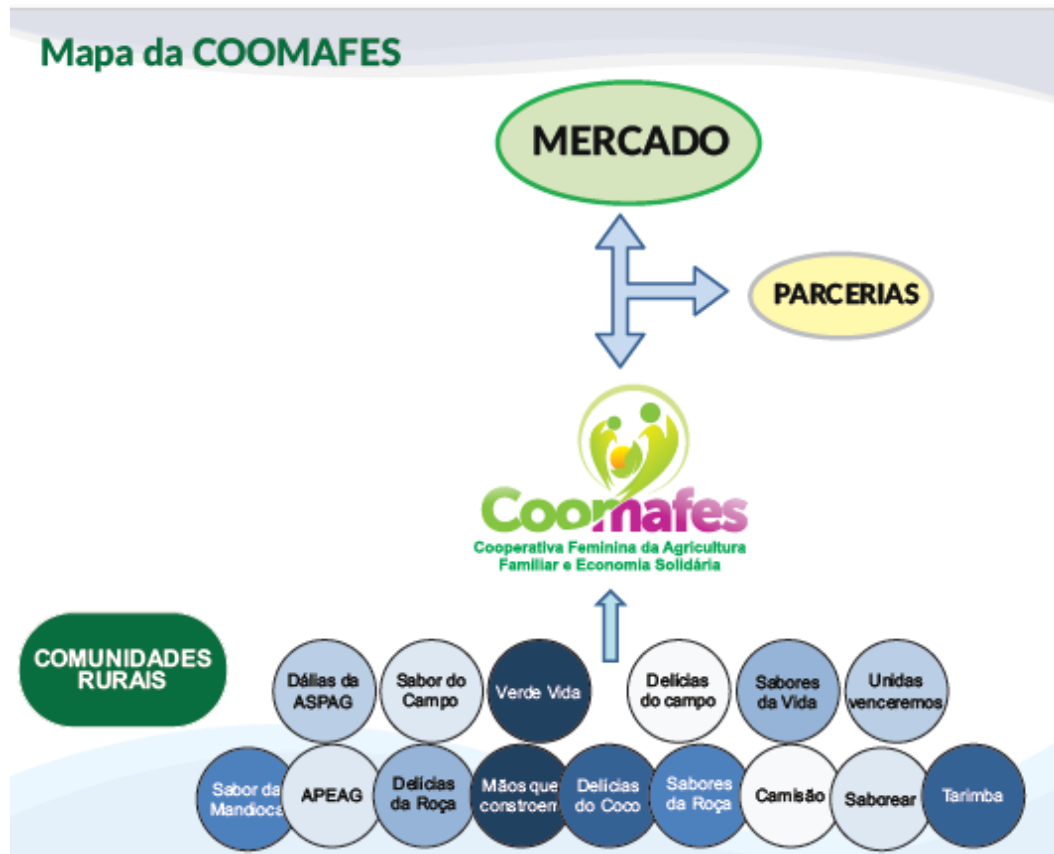
Figura 4. Modelo Teórico de uma cooperativa, a partir da COOMAFES, 2018.



Adaptado de Valadares, 2005.

A partir do modelo teórico apresentado, pode-se compreender como realizar o equilíbrio entre o social (entre e com as cooperadas) e o comercial (com o mercado). A COOMAFES faz a mediação entre esses dois lados, aplicando na prática o desejo pela qual foi fundada, sem se perder no lado econômico existente na cooperativa.

Figura 5. Estrutura Organizacional de funcionamento da COOMAFES, 2018.



FONTE: Elaborado pela autora, 2019.

Para que o equilíbrio apresentado por Valadares aconteça a COOMAFES conta com parcerias, tanto da Cooperativa para o mercado, quanto da Cooperativa para suas cooperadas. Essas parcerias estão presentes desde processo de formalização da COOMAFES, e dentro do seu meio de atuação elas contribuem para o crescimento da cooperativa. Cada local de comercialização contou (conta) com parceiros para manter-se bem.

Além do estudo de viabilidade indicado por instrumento para alcance do equilíbrio, encontra-se na educação para cooperação um meio de alcançar esse equilíbrio, cumprindo também o que estabelece o estatuto da COOMAFES e os princípios do cooperativismo. “Trabalhadores da Economia Solidária, [...] escolhido o caminho da cooperação e da partilha, também precisam de formação, de capacitação e de reciclagem de conhecimentos e aptidões”.

(ARRUDA, 2007, p.142). A educação para cooperação é o elo que norteia as relações, que interfere nas decisões e constrói a história do empreendimento. Torna-se fundamental para os empreendimentos solidários.

A educação para cooperação possibilitará também a melhoria dos locais de comercialização, a partir do envolvimento das mulheres rurais em diferentes reflexões e conhecimentos. Assim, serão apresentados os locais em que a COOMAFES comercializa, esses são espaços de contato direto com o público e também representam uma conquista para as agricultoras. A Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária, o Espaço Solidário e cantina Solidária são frutos de parcerias e trabalho conjunto. Logo, a Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária tem sua história muito antes da formalização da COOMAFES, cabe assim, apresentá-la primeiro com a riqueza de produtos, beleza e qualidade que ela possui.

Em seguida, o Espaço Solidário como evidência da parceria entre estado através das políticas públicas e organizações sociais (cooperativa e outros), em continuidade a Cantina Solidária que é a expressão da união entre comunidade e universidade – UFRB/UNEB. Desse modo, veja a seguir as características e parcerias existentes para conquistar esses locais.

3.4.1. Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária: Espaço de comercialização de mulheres rurais

A Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária faz parte da história de formação da cooperativa, foi neste espaço que as agricultoras se encontraram, dialogaram e se articularam para a constituição da COOMAFES. Este espaço expressa o trabalho de mulheres rurais, possibilita a troca de saberes, a valorização da agricultora e geração de renda. Construir essa compreensão sobre a Feira só foi possível a partir do diálogo entre a pesquisadora e a diretora presidente da cooperativa, em abril de 2017.

- A partir do que tenho acompanhado das mulheres, me refiro especificamente a cooperativa, ainda não sei exatamente sobre o que abordar no mestrado sobre a Feira.

- Isso é fácil! Vire feirante! Aqui você vai saber como é o trabalho, as histórias e dificuldades que cada mulher tem.

E foi assim que a pesquisa-ação se efetivou de forma concreta e frequente, tornei-me uma feirante. A experiência possibilitou compreender o que é uma feira, os desafios, as alegrias e principalmente o trabalho para fazer acontecer. A partir dessa vivência identifiquei questões

nunca antes pensadas, mudei o pensamento em relação a situações vista na feira e aprendi sobre o modo de vida das agricultoras.

A Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária acontece todas as sextas-feiras, desde o final do ano de 2016 na área aberta do SETAF (antigo Colégio Lomanto Júnior) no centro de Valença. Às 6h os carros começam a chegar, trazem as mercadorias e as produtoras, trazem também alegria, esperança e muito trabalho. Os produtos já vêm prontos para a comercialização, ou seja, ensacados, divididos por dúzia, amarrados por unidades ou a granel.

Tirar todas as embalagens que foram usadas para conservar na viagem e ornamentar a bancada de maneira sortida, colorida e muito bonita para os clientes, esse é o primeiro passo. Em meio a dinâmica chega o cliente, já interessado em comprar ou já vão na certeza de pegar a encomenda feita na sexta-feira anterior ou através do celular. É preciso atenção, agilidade, cuidado e muito empenho para dar conta de oferecer, convencer, pesar/separar, embalar, cobrar e entregar, muitas vezes as feirantes ainda guardam a mercaria vendida, pois o cliente só pegará quando for para casa.

Recordo-me que da primeira sexta-feira que fui ser feirante, acordei cedo, cheguei às 6h 20min. Por causa da chuva, a barraca já estava quase arrumada. Fiquei pensando e dando os trocos, fazer as duas tarefas foi um desafio. É muita gente na mesma hora, são diferentes preços, cada produto é de uma cooperada e quando vender é preciso anotar, são muitas informações e nem todos os grupos que comercializam tem balança, ou seja, a pessoa deixa sua barraca para pesar o produto conforme a quantidade desejada pelo cliente. Dentro desse conjunto de habilidades é preciso receber bem, com alegria e simpatia o cliente.

A cada sexta-feira eu estava em uma barraca e em cada um foi possível aprender. É um desafio para a Feira a uniformização dos valores dos produtos, ou seja, um valor único para determinado produto. Na condição de pesquisadora visitante acreditava que fazer uma tabela de preço e fixar na Feira seria a solução, após ser pesquisadora feirante entendi que por se tratar de uma feira existe o pedido de desconto, existe o cliente fiel, existe a qualidade do produto que é superior a outro, existe a quantidade que será comprada. Todos esses fatores influenciam no preço final do produto.

Isso não justifica a disparidade entre os valores, mas não se pode ignorar esses fatores. Assim, compreendi que a fixação de uma tabela de preço é uma estratégia interessante para mostrar ao cliente a base dos valores dos produtos, ao tempo que compromete as feirantes a terem também uma média de valor atualizada semanalmente. Outra estratégia é a presença das diretoras da cooperativa para sondar os valores do que estão sendo comercializados. Dentro desse período como Feirante, ouvi de clientes inúmeras insatisfações pela divergência de preço.

A diferença entre uma galinha da terra abatida chegou a ser de R\$12,00. Este é um dos aspectos observado na condição de Feirante, há grupos que vendem, por exemplo: galinha da terra abatida o quilo por R\$35,00 e outros vendem por R\$35,00 ela completa sem pesar. Ou seja, a não formalização da maneira de comercialização gera descontentamento por parte do cliente e também para os grupos.

Outro ponto notado foi a necessidade de melhorar a infraestrutura, a ausência de balança, de sacolas apropriadas, de vestimenta, de recipiente para demonstração dos produtos, de cestos para colocar os produtos, freezer para conservar as polpas, cobertura apropriada para período chuvoso e um caixa para deixar os valores vendidos. São pequenas coisas que afetam muito a dinâmica do trabalho e relação com o consumidor. Por haver um canal de comunicação muito bom entre as feirantes com a direção da cooperativa, alguns desses desafios foram sendo superados nesse primeiro ano de formalização.

A própria geração de renda através da Feira fez com que essas necessidades fossem superadas pelos grupos, conciliado a isso está a própria experiência que as mulheres rurais foram construindo com o passar dos anos. Todo o valor gerado a partir da comercialização na Feira vai diretamente para as mãos das próprias agricultoras.

Mesmo a Feira sendo uma ação de responsabilidade da COOMAFES que abriga mulheres rurais cooperadas ou não, a cooperativa não realiza nenhum tipo de controle sobre os produtos mais comercializados, a renda gerada por mês para os grupos e quantas mulheres participam da comercialização. A existência desses dados é essencial para mostrar a grandeza do trabalho feito e também para comprovar a efetiva geração de renda para as agricultoras.

Ter acesso a Feira possibilita geração de renda e de autonomia, conforme aborda Jancz, *et al.* (2018), a economia dominante prioriza o trabalho remunerado em prol do sistema. Sabe-se da importância da agricultora ter sua renda, mas isso não se resume exclusivamente no poder de compra. Carla Jancz *et al* (2018, p. 17) aponta que

O acesso ao mercado e à renda é parte necessárias para que as mulheres tenham autonomia econômica. Mas a autonomia econômica vai além e envolve também o direito garantido aos serviços públicos – como saúde e educação – que nesse contexto de golpe e retirada de direitos é cada vez mais difícil e implica mais gastos. A autonomia econômica envolve também a capacidade de decidir sobre os tempos e os recursos e de colocar em prática essas decisões.

A Feira é uma das formas de concretização da autonomia das mulheres rurais, além dos aspectos econômicos, a Feira elimina a figura do atravessador, traz a agricultora como a

protagonista, como responsável pela sua renda e possibilita a construção do empoderamento coletivo sobre a figura da imagem da mulher rural.

Quando olhamos para as práticas econômicas das mulheres rurais, fica evidente que a economia é muito mais do que é vendido no mercado. Para além da produção para o mercado, ela envolve práticas como doação, trocas e produção para o auto-consumo. [...] A produção para o consumo da família, para a troca e para a doação segue a mesma lógica de valorizar a qualidade do que é produzido, relacionado com a qualidade de vida e os alimentos saudáveis (JANCZ, *et al.* 2018, p. 17).

Para realização da Feira há muito trabalho e esse trabalho é realizado nesse espaço. Indo ao encontro da sociedade patriarcal e capitalista que compreende “os trabalhos realizados pelas mulheres na horta e com pequenos animais são vistos como uma extensão de suas tarefas domésticas [...]” (JANCZ, *et al.* 2018, p. 17).

A autonomia das mulheres é notada e relatada por elas próprias e a Feira contribuiu muito para isso.

É uma maneira de todo dia de sexta-feira a gente saber onde a gente tá, onde tá vendendo nosso produto, nosso freguês esperando nós para ter certeza de nosso produto, que são produtos orgânico, não é o 100% mas tem né?, um grande cuidado nesse trabalho porque a gente vende aqui com confiança, né? Pra poder manter nosso freguês junto conosco, né? É aonde eu digo que tem sim autonomia. (FLOR DE BROMELIA, 2019)

Visivelmente a gente percebe a mudança tanto na questão do aumento da renda, quanto na questão de conhecimento, de desenvolvimento a gente vê isso muito fortemente. [...]. E nos mais a gente vê nas reuniões as mulheres falarem das transformações nas vidas delas, como elas viviam e como vivem hoje, né? Isso é um grande feito. (FLOR DE GIRASOL, 2019)

A Feira é um importante espaço para desenvolver os saberes dos diferentes grupos que compõem a COOMAFES, nele as agricultoras superam estigmas, colaboram uma com as outras para a construção da autonomia e também constroem suas rendas.

O espaço da Feira é também um espaço de trocas e doações, a vivência de feirante oportunizou ver as agricultoras trocando sementes, mudas de plantas, receitas de produtos, orientação de como combater pragas e a preocupação constante em produzir sem uso de agrotóxicos e fertilizantes. Elas falam para os clientes sobre a importância de um alimento limpo de agrotóxico e do cuidado com a saúde. Desse modo, o foco não está voltado apenas para a venda, mas na qualidade do que é ofertado.

Na Feira são comercializados: frutas, raízes, hortaliças, ervas medicinais, folhas de tempero, diferentes tipos de feijão, plantas, água de coco, bolo de folha, banha de porco, salgados, bolos, pão caseiro, sucos, polpa de fruta, banana chip, galinha da terra abatida, entre outros produtos que são de temporada. A perspectiva é que a Feira cresça e melhore a infraestrutura tanto para as agricultoras quanto para os clientes.

Diante do acompanhamento nas reuniões da direção da cooperativa ficou evidente o empenho para criar estratégias que melhorem as relações entre as mulheres rurais, que gere o aumento da renda, divulgação da Feira para atrair novos clientes e a qualidade da produção. Assim, nesse primeiro ano a cooperativa realizou eventos em datas comemorativas, realizou oficinas para dialogar sobre empoderamento e autonomia das mulheres, curso de adubação orgânica, reunião para alinhar as ações e as divergências de opiniões.

A existência de parcerias colabora nesse processo, são exemplos de parcerias o próprio SETAF, a SDR, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), a INCUBA/UFRB, União nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), agências de assistências técnicas, o IFBaiano e a UNEB-Valença, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

As parcerias colaboraram no processo de capacitação das agricultoras. Foram realizados cursos e/ou oficinas sobre elaboração de preço, boas práticas, horticultura, atendimento ao cliente, estudo de viabilidade econômica, adubação orgânica, de cooperativismo e associativismo, entre outros. As formações são desenvolvidas conforme as demandas e a possibilidade de parceria, com isso não há um período determinado/fixo, é dinâmica.

Portanto, a Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária da COOMAFES é, portanto, mais que um espaço de comercialização é um ambiente de troca de saberes, de construção de amizade e de destaque do papel da mulher agricultora.

3.4.2 Espaço Solidário do Centro Público de Economia Solidária (CESOL): Loja de comercialização dos empreendimentos do Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia

O Espaço Solidário faz parte de uma política pública ligada aos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOLs) que foi institucionalizado pela Lei 12.368/11 e Lei de Cooperativismo 11.329/2009. No Estado da Bahia a política está vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Emprego (SETRE). Esses “são espaços multifuncionais públicos, de caráter comunitário, que se destinam a articular oportunidades de geração, fortalecimento e promoção do trabalho coletivo baseado na economia solidária”.

São estruturas mantidas por meio de parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada. O espaço do CESOL no Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia foi inaugurado em março de 2016. O espaço foi administrado inicialmente pela Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária Central Mata Atlântica, e contou com a participação de mais de dez entidades do Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia sendo representadas por seus produtos.

Após um ano de administração a Central Mata Atlântica passou a administração do Espaço Solidário para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Baixão Tremendal e Cariri (APROBATC), pois nesse período a cooperativa não estava formalizada. Assim, as mulheres iniciaram os trabalhos, pois muitas mulheres da associação estavam entre as cooperadas fundadoras, passando pelo processo de formação e tramitação do registro. Dessa maneira, após o registro foi construído um documento passando a responsabilidade do espaço para a COOMAFES.

No Espaço Solidário ficaram à frente de maneira diária três cooperadas e havia a contribuição das outras cooperadas que alternavam os dias de irem para o espaço. Para além da comercialização dos produtos, no espaço também funciona uma lanchonete, na qual são ofertados bolos de puba/aipim/milho, diferentes sabores de mingau, mugunzá, beijos feitos na hora, diferentes sabores de sucos, salada de fruta, água de coco, geladinho e outros.

A cooperativa, a partir do momento que assumiu a administração, criou estratégias para aumentar as vendas, com isso investiu tanto na qualidade e diversidade de produtos oferecidos, quanto buscou produtos de outros territórios para serem comercializados no espaço como forma de fortalecer a rede das cooperativas/associações existentes no estado.

Outra estratégia foi ouvir e atender as demandas dos consumidores. Perceberam que havia produtos que saíam mais, outros que não tinham uma embalagem apropriada, outros que em embalagens maiores não tinha saídas. Investiu no sistema de nota fiscal, na aquisição de duas máquinas de cartão de crédito e na compra/empréstimo de equipamentos como ralador de coco, purificador de água, máquina de preço, balança, entre outros.

O Espaço Solidário tornou-se um ponto de referência da cooperativa, um lugar que une diferentes empreendimentos e aproxima as cooperadas dos clientes. Por não ter recurso financeiro para contratação de um funcionário, o conselho administrativo da cooperativa criou um calendário de suporte a equipe do espaço. Esse calendário teve como proposta o revezamento de segunda a sábado, um dia por semana, ir uma agricultora representando seu grupo.

Essa agricultora tinha que trabalhar no espaço, atender o cliente, apresentar os produtos, tirar dúvidas, limpar, lavar, receber pagamento, ou seja, fazer todas as atividades que as outras cooperadas já desenvolviam. Essa foi uma alternativa pensada para contribuir na comercialização feita no espaço, contudo, houve pontos positivos e negativos desse processo. Destacam-se como aspectos negativos os custos que os grupos produtivos passaram a ter a partir da vinda para a cidade mais um dia da semana, além de tirar essa agricultora do seu trabalho (seja individual ou coletivo na comunidade) e a pouca habilidade para trabalhar com o público (algumas não se sentiam confortáveis para apresentar os produtos, tirar dúvidas entre outros).

Frisa-se como positivo as habilidades de algumas mulheres rurais no atendimento ao público, na agilidade para preparar o lanche, na divulgação e convite para as pessoas conhecerem o espaço e os produtos. Com o passar dos meses, a partir de uma avaliação optou-se por não dar continuidade ao calendário de suporte. Logo, a cooperativa contratou uma pessoa para junto com as duas cooperadas desenvolverem as atividades do Espaço Solidário. A contratação não impossibilitou a participação das cooperadas no empreendimento. As que se identificaram com o trabalho continuam participando, frequentando conforme a disponibilidade que possuem no grupo de produção.

Essas experiências contribuíram para o fortalecimento do sentimento de pertencimento a Cooperativa e ao Espaço Solidário, possibilitou as agricultoras venderem mais, serem instigadas a criar e aperfeiçoar seus produtos. Ao mesmo tempo, estimulou as cooperadas a terem mais compromisso com os dias e horários para entregar os produtos. É importante destacar que só comercializa mercadorias no Espaço Solidário pessoas vinculadas a associações/cooperativas do Território que estejam dentro do perfil/cadastro criado pela Central Mata Atlântica conforma aprovada em assembleia.

Com a COOMAFES não é diferente, os produtos que a cooperativa entrega vem de agricultoras cooperadas. Essa proposta estimula as mulheres rurais que participam dos grupos produtivos e ainda não são cooperadas a se cooperarem, pois o Espaço Solidário vem se consolidando dentro do comércio de Valença e região. As cooperadas fazem uma avaliação positiva do espaço e dos desafios ainda existentes.

A gente ver que ali é um ponto de referência pra os nossos grupos, pra dentro da nossa comunidade, para formar renda familiar, pra nossa família e pra cada comunidade é uma referência, né? Porque hoje a gente ver a qualidade, a gente ver mermo o desenvolvimento [...]. (BROMELIA, 2019)

Como eu falei o grande desafio ainda é a parte da produção, porque tem grupo que a gente não sabe o que tem, o que produz. Não comunica a gente, a gente

tem que tá localizando... Hortaliça mesmo a gente tem os clientes garantidos que são os das ilhas, mas a gente tem dificuldade de tá encontrando esses produtos. Esse espaço foi um marco para a vida da comunidade, da gente que é produtor, pro município, porque a gente sabia que existia produção, mas não sabia onde comercializar, ou seja, esses produtos fica escondido lá na zona rural. As pessoas não tinham seu espaço para divulgar, nem vender seus produtos. Esse espaço hoje tem uma grande importância para nós, [...], ganhamos visibilidade. Hoje somos visto como um grupo de produção, como produtores. **Todo mundo quando chega na Loja fica admirado porque não sabia que existia essa produção formada na zona rural, [...]** (ALAMANDA, 2019).

O Espaço Solidário é um exemplo da importância da efetivação de políticas públicas para o trabalho social e coletivo. Graças à implantação do CESOL, foi possível a visibilidade de muitos grupos de agricultoras, artesãs, apicultores e marisqueiras. Com o passar do tempo, o espaço ganha mais visibilidade e as percepções são boas para o ano de 2019 em que haverá chamada pública do CESOL para o Território de Identidade do Baixo Sul com o foco na comercialização dos produtos, isso sendo efetivado impulsionará as vendas e conseqüentemente o reconhecimento do trabalho desenvolvido no Território.

Portanto, cabe apresentar também a comercialização que é realizada na Loja do Espaço Solidário no Shopping Salvador, no município de Salvador (BA). É uma comercialização ainda pequena, que ocorre conforme a demanda de produtos na loja, porém é mais um espaço onde a cooperativa conseguiu chegar e tem comercializado seus produtos processados. Essa articulação possibilita visibilidade e acessa outros públicos o que é muito bom para uma cooperativa que está se estruturando e desejosa de alcançar seus objetivos coletivos.

3.4.3. Cantina Solidária: espaço de comercialização em ambiente universitário

O espaço da Cantina Solidária está localizado dentro da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, *Campus XV*, no Bairro do Novo Horizonte - Valença. É a primeira cantina da UNEB que tem uma cooperativa responsável pela gerência do espaço, essa conquista para a universidade e para a comunidade foi possível graças a realização de projetos de pesquisa e extensão universitária.

O Projeto de Extensão Maria Camponesa: Articulação de Saberes e Práticas de Grupos de Mulheres Camponesas para melhoria produtiva, coordenado pela professora Dra. Ana Lícia de S. Stopilha, vinculado a UNEB - *Campus XV* foi criado no ano de 2016, tendo entre as finalidades a aproximação da universidade com comunidades rurais, a realização de oficinas

para qualificação do trabalho desenvolvido por camponesas e a articulação entre saberes populares e a construção acadêmica.

Além das contribuições na mediação para concessão do espaço, o projeto realizou oficinas de boas práticas, de elaboração de preços dos produtos, oficinas nos espaços de produção e oportunizou a participação de estagiários que contribuíram com ações da cooperativa. As ações continuadas e sistematizadas ao longo dos semestres possibilitaram a maior aproximação da coordenação e dos estagiários com as mulheres rurais, o que colaborou ainda mais no processo, gerando, desse modo, a realização de eventos a partir da parceria com a COOMAFES.

O trabalho desenvolvido pelo Projeto Maria Camponesa expressa a importância da extensão universitária como instrumento colaborador da formação cidadã, crítica e embasada nas realidades concretas dos sujeitos independentes da área de estudo do discente/estagiário. A extensão universitária aproxima o diálogo entre a academia e as comunidades locais, possibilita a construção de saberes de maneira coletiva, sem a supervalorização de um saber em detrimento a outro. O exercício de estar no campo e na academia possibilita ao discente a aproximação com o social a partir do seu campo de formação, enquanto a partilha das vivências proporciona a ação versus reflexão versus ação, como propõe Paulo Freire.

O fortalecimento da relação universidade/sociedade prioriza a superação das condições de desigualdades e exclusão existentes. Através de projetos sociais, a universidade socializa seu conhecimento e disponibiliza seus serviços, exercendo sua responsabilidade social, ou mesmo sua missão: o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (NUNES; SILVA, 2012).

Ultrapassar os muros acadêmicos deve ser o objetivo dos projetos de pesquisa e extensão, foi com esse propósito que a Projeto Maria Camponesa construiu com a COOMAFES uma relação de troca de saberes e de colaboração na conquista das agricultoras. Desse modo, em março de 2017 a Cantina Solidária foi inaugurada. Funcionando de segunda-feira a sexta-feira nos turnos vespertino e noturno, e aos sábados no turno matutino.

A COOMAFES contou também com a parceria do Programa Nacional de Incubadoras de Economia Solidária (PRONINC) do Edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), para obtenção dos equipamentos necessários para o funcionamento da cantina.

A aquisição dos equipamentos foi possível graças à parceria existente entre as INCUBADORAS da UNEB e UFBR, que possibilitou a realização de formações. A

concretização das parcerias entre os projetos da INCUBA/UFRB, INCUBA/UNEB e Projeto Maria Camponesa oportunizou uma experiência riquíssima para as cooperadas, elas foram conhecer como é a produção, a gerência e a comercialização nas cantinas da UFRB de Cruz das Almas que são administradas pela Cooperativa da Agricultura Familiar do Território do Recôncavo (COOAFATRE) que está ligada a Associação e Desenvolvimento Comunitário do Bom Gosto – Zona rural do município de São Felipe, BA.

A visita aconteceu em três espaços: na cozinha coletiva localizada na zona rural: local onde as agricultoras do Bom Gosto utilizam para prepararem os alimentos, guardarem equipamentos e compra de matéria-prima; o segundo espaço foi a casa de apoio e produção da cooperativa, na qual as agricultoras do Bom Gosto produzem alguns alimentos e embalam/empacotam todos os produtos para serem comercializados, além de possibilitar a agricultura condições para dormir na cidade; o terceiro espaço visitado foram as cantinas dos centros da UFRB, local onde os produtos são expostos, comercializados e consumidos.

Essa vivência aconteceu em 15 de fevereiro de 2017, foram 13 mulheres rurais de Valença. O intercâmbio é um instrumento que possibilita muito aprendizado técnico, social e organizacional aos grupos, proporciona troca de saberes entre as mulheres que falam desde a receita, a posição do maquinário, as etapas das embalagens, como acontece a comercialização, a gerência do local, as dificuldades encontradas, o processo para obtenção do espaço e como é a relação entre as agricultoras.

Através das formações promovidas pelos projetos de extensão, em especial o intercâmbio, as cooperadas da COOMAFES sentiram-se mais preparadas para lidar com as questões de gerência dentro de uma universidade, pois a Cantina Solidária segue o calendário acadêmico e tem um público mais específico. Também foi aberta com o propósito de ofertar alimentos mais saudáveis com base na agricultura familiar e na concepção da economia solidária.

Atualmente o espaço é administrado por uma cooperada, que prepara alimentos como tortas salgadas, bolo, caldos, sucos etc., além de oferecer produtos de outras cooperadas como sequilhos, cocadas, banana chip, biscoitos, entre outros. A administração do local está alinhada com a diretoria da cooperativa, ou seja, qualquer tomada de decisão é feita no coletivo, sendo assim, as diretoras juntamente com cooperada tem tentado aumentar as vendas para equilibrar os gastos com as entradas.

Para o ano de 2019 foram redefinidos o cardápio e a forma de remuneração da cooperada que está à frente, essas alternativas estão em fase de teste. O Estudo de Viabilidade do que é produzido na Cantina Solidária é um instrumento que pode colaborar no equilíbrio das contas,

pois ele pode identificar as possíveis perdas ou desajuste. Outra ação que pode ser desenvolvida em paralelo é a ampla divulgação dos produtos existentes na cantina para a comunidade acadêmica e identificar parceiros que tenham experiência na administração de empreendimentos solidários semelhantes à proposta da Cantina Solidária.

A conquista do espaço tem possibilitado a COOMAFES ampliar sua atuação, pois a cooperativa tem ofertado café da manhã e almoço para eventos que acontecem na UNEB – *Campus XV*. Para realizar esses eventos a cooperativa conta com uma equipe de cooperadas que já possuem a habilidade de preparar alimentos em grande quantidade. Através da comercialização de almoço e café da manhã no espaço da Cantina Solidária, o primeiro ano de formalização da cooperativa gerou uma média de R\$ 2.000,00 de saldo, esse valor foi investido na compra de utensílios e equipamentos para os próximos eventos, eliminando, desse modo, o aluguel desse material.

As oportunidades de comercialização proporcionaram visibilidade à cooperativa, no entanto, os três espaços citados necessitam de parcerias que venham corroborar em formações voltadas para a administração e finanças. Por isso, enfatiza-se o estudo de viabilidade como uma possibilidade de auxílio às cooperadas que estão envolvidas nestes espaços de comercialização.

4. TESSITURAS FINAIS

O relatório apresentou a sistematização da trajetória de formação da COOMAFES, identificando as realidades, apontando os desafios e sutilmente abordando as perspectivas. A pesquisa foi além dessa descrição, ela aproximou sujeitos, construiu conhecimento e coletivamente gerou melhorias. O meio acadêmico, muitas vezes engessado, não vivencia a oportunidade da troca de saberes com sujeitos invisibilizados historicamente. Esta pesquisa desconstruiu essa prática quando foi estabelecida uma vivência com as agricultoras, com a participação nos mesmos espaços e com inquietações concretas geradas a partir das experiências no coletivo.

Por possuir esta raiz, a pesquisa proporcionou resultados para as mulheres rurais e para a pesquisadora de maneira afetiva, material e acadêmica, decorrentes da própria dinâmica que a metodologia da pesquisa-ação possibilita de aproximação entre os sujeitos e o pesquisador. A dialética da vida ocasionou que alguns dos resultados desse estudo fossem compartilhados e vivenciados pelas cooperadas muito antes da produção desse material acadêmico.

O resultado afetivo deu-se a partir da realização de atividades como oficinas, visitas e vivências que proporcionaram aproximação de um grupo produtivo com o outro; a troca de saberes culturais e técnicos sobre a produção (com os grupos da COOMAFES e grupos visitantes); o fortalecimento do vínculo entre as agricultoras e a COOMAFES; a confiança criada para pedirem dicas, orientações e compartilhar os dilemas vividos; o fortalecimento de amizade e geração de outras; o encorajamento para superar barreiras pessoais; o incentivo para retomar os estudos e a elevação da autoestima e da consciência sobre a importância do seu trabalho na agricultura familiar.

O resultado material se expressa na articulação com outros empreendimentos solidários para o fortalecimento da rede cooperativa dentro do território, a formalização de novas parcerias para realização de formações e aquisição de material; o fortalecimento das parcerias existentes, em especial com a INCUBA/UFRB e a UNEB - Valença; as submissões de propostas para editais; organização de arquivos administrativos; construção do perfil das cooperadas e dos grupos produtivos, que permitiu entender as dinâmicas internas de formação e produção destes grupos, identificar aqueles que produzem ou não em conjunto, que tem fluidez na composição de seus grupos, pois entendendo as suas especificidades é possível trabalhar de maneira equânime as dificuldades.

Ainda quanto aos resultados materiais há a sistematização da trajetória da cooperativa por meio de registros fotográficos; realização de estudo de viabilidade econômica em um grupo produtivo. Incentivo para participação nas reuniões do Território de Identidade do Baixo Sul; realização de eventos promovendo a mulher rural e contribuindo para fomentar a consciência da importância do seu trabalho e da sua imagem; a criação do perfil da cooperativa em duas redes sociais (Facebook e Instagram), sendo estas alimentadas semanalmente pela pesquisadora, esse resultado está relacionado à demanda da COOMAFES para mostrar o trabalho que realiza e ao mesmo tempo divulgar os produtos.

São considerados resultados acadêmicos a construção da história da cooperativa trazendo as falas dos próprios sujeitos; o estreitamento da parceria entre comunidade e universidade com projetos de pesquisa, a exemplo do Programa de Mestrado em Microbiologia Agrária e do presente trabalho; Apresentação em espaços acadêmicos sobre o trabalho das mulheres rurais da COOMAFES a fim de provocar novas reflexões e contribuir com a discussão acadêmica sobre educação do campo, cooperativismo e agricultura familiar; A utilização do presente relatório para criação e/ou aprimoramento de políticas públicas; Também a aproximação do conhecimento científico com os saberes populares, desmistificando a superposição de um em relação ao outro.

Os resultados não são estáticos, desse modo, um resultado pode ser considerado Afetivo, Material e também Acadêmico, pois apresentam diferentes significados a partir da perspectiva que é avaliado. Com isso, salienta-se que a divisão busca apenas demonstrar de forma objetiva os resultados desta pesquisa, uma vez que a autora ao longo do trabalho foi ponderando sobre as categorias acadêmicas e sua realidade a partir da COOMAFES. Assim, destaca-se que haverá continuação das ações, como a elaboração de um catálogo de produtos, o qual apresentará informações acerca desses produtos: ingredientes, embalagens de comercialização, onde encontrar para comprar, como fazer pedido, entre outros aspectos.

Além dos resultados pontuados, cabe destacar a continuidade do vínculo com a cooperativa através das formações do projeto da INCUBA/UFRB com a SEAD, que contará com a parceria da UNEB, UCSal e IF Baiano. A realização do projeto possibilitará a formação continuada e coletiva a partir da metodologia do Diagnóstico Organizacional Participativo (DOP) em articulação com Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa das unidades produtivas da agricultura familiar. Assim, está previsto a realização do relatório de diagnóstico das unidades de produção e beneficiamento, elaboração de Planos de Ação e também a realização de oficinas, intercâmbios e acompanhamento grupos produtivos da agricultura familiar.

Conclui-se que o semear das agricultoras familiares gerou raízes fortes pela estrutura de grupos produtivos com experiência no associativismo, tronco resistentes, pela história que construíram juntas de militância e formação. Galhos grandes e resistentes, entre eles os locais de comercialização, a participação nos espaços de construção coletiva, a valorização do trabalho das mulheres rurais e seus produtos. Os frutos são bonitos e saborosos, para além dos mencionados neste relatório, há outras pesquisas e seus resultados, o aumento da produção, a melhoria do produto, o reconhecimento por parte do público atendido e principalmente o interesse de novas agricultoras de se cooperarem.

5. REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** 17ª ed. Brasiliense, São Paulo, 1981.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular e solidária e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho**. Rio de Janeiro: FASE. 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp
Acessado em: 30 de jan. de 2019.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Legislação Básica / Companhia Nacional de Abastecimento**. – Brasília: Conab, 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão** – Brasília: SECADI, 2012. Disponível em <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf>. Acessado em 31 de jan. de 2019.

_____. Ministério da Educação. INEP. Mapa do Analfabetismo no Brasil. Brasília: INEP. 2003. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>>. Acessado em 13 de mar 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Perfil Territorial: Território do Baixo Sul da Bahia** –, ano de 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_021_Baixo%20Sul%20-%20BA.pdf>. Acessado em 18 de jul de 2018.

_____. **DECRETO Nº 7.352**, DE 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-publicacaooriginal-130614-pe.html> Acessado em: 30 de jan. de 2019.

_____. Lei 11.326/2006. Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acessado em 12 de abr. de 2018.

_____. Lei 5.764/71. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acessado em 06 de maio 2018.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In. **Dicionário de Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio

Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. Pedagogia do Movimento. In. **Dicionário de Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAPINA. Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa. **Puxando o Fio da Meada: viabilidade econômica de empreendimentos associativos I**. Rio de Janeiro: CAPINA, 1998. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/e1b246_4f2e952e6ed64736bf0834fd8c2d684d.pdf>. Acesso em: dez 2018.

CIAVATTA, Maria; LOBO, Roberta. Pedagogia Socialista. In. **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COSTA, F. X. P. de. OLIVEIRA, I. C. de. MELO NETO, J.F. de. **Incubação de empreendimento solidário popular: fragmentos teóricos**. João Pessoa: Universitária, 2006.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. As políticas educacionais do estado brasileiro ou de como negaram a educação escolar ao homem e à mulher do campo – um percurso histórico. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 493-412, jul./dez. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos de pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do campo e pesquisa**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

_____. Território camponês. In. **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRANÇA, Bárbara Heliadora; BARBOSA, Érica; CASTRO, Rafaella; SANTOS, Rodrigo. **Guia de Economia Solidária ou porque não organizar cooperativas para populações carentes**. Niterói: EdUFF, 2008.

FRANTZ, Walter. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias** [online]. 2001, n.6, pp.242-264. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222001000200011>>. 03 de julho de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro. 1987. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_oprimido.pdf>. Acessado em 27 de julho de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18(Suplemento):57-65, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/valenca/panorama>>. Acessado em 11 de abr. 2018.

_____. PNAD continua – Educação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=22847&t=microdados>. Acessado em 17 de fev de 2019.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Sistema Nacional de Cadastro Rural: índices básicos de 2013**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: agosto de 2018.

JANCZ, Carla; MARQUERS, Gláucia; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; MIRANDA, Rosana; SOARI, Sheyla; FRANCO, Vivian. **Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira**. São Paulo: SOF, 2018.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**.

_____. Economia dos setores populares e Economia Solidária; Bases conceituais. Caderno de textos e exercícios – **Viabilidade Econômica e Sustentabilidade dos empreendimentos da Economia Solidária**. Salvador, 2012.

KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Kátia (orgs.). Rio de Janeiro: CAPINA, 1998. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/e1b246_4d51dec8975f4dccb75055da4405509f.pdf>. Acesso em: ago 2018.

KRUPSKAYA, N.K. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Indicadores socioeconômicos: Território do Baixo Sul da Bahia –ano de 2015**. Disponível em:

<http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_021_Baixo%20Sul%20-%20BA.pdf>. Acessado em 18 de jul de 2018.

_____. **Perfil Territorial Baixo Sul – BA**. Brasília – DF: MDA, 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_021_Baixo%20Sul%20-%20BA.pdf>. Acesso em: dez 2018.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. *In. Dicionário da Educação do Campo.* / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar. *In. Dicionário da Educação do Campo.* / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil -aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp.9-24. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600001>>. Acessado em 13 de junho de 2018.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. 72p.

NUNES, A.L. P. F.; SILVA, M. B. C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. *Mal-Estar e Sociedade*, v. Ano IV, p. 119-133, 2012.

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de Base**. São Paulo: Expressão Popular. 2012.

PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

RECH, Daniel. **Formação de Agentes de Comercialização das Bases de Serviços: Cooperativismo e Associativismo**. Livro 2, curso a distância. Brasília: Instituto Novas Fronteiras da Cooperação – INFC. p. 102, 2012.

SANTOS, Milton. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1º reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. **Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano**. Salvador, 2014. 250 f. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2015%20mestrado%20UFBA%20Ana%20Elizabeth%20Siqueira.pdf>>. Acessado em 21 de mar de 2019.

SOUSA, João Paulo Aguiar de. **Projetos Profissionais de Jovens Agricultores Familiares no Município de Valença-Ba**. Mestrado (dissertação). Cachoeira: UFRB – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. 2018.

SOUSA, Josélia Argôlo Pires de. **Memórias do centro missionário de evangelização e educação popular**- CEMEP da paróquia do sagrado coração de Jesus do município valença-ba nos seus dez anos de evangelização e educação popular – 1987 a 1997. São Leopoldo: FACULDADES EST (programa de pós-graduação em teologia). 2015.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil 2**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. Reforma Agrária. *In*. **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STOPILHA, Ana Lícia de Santana. **Saberes e práticas das Marias Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco**: uma investigação sobre mariscagem em Valença (BA). Tese (doutorado). Salvador: UFBA- Faculdade de Educação, Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar. 2015. 290f.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. *In*: **Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas**. Bahia: AATR. 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de pesquisa-ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez. 2011.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e Cultura do Trabalho**: Pedagogia(s) da produção associada. Tradução: Ricardo Saboya Filho, Diego Tiriba, Daniel Tiriba. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2001.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Projeto de Extensão Maria Camponesa**: articulação de saberes e práticas de grupo de mulheres camponesas para melhoria produtiva. Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX)/ UNEB-Campus XV. 2016.

VALADARES, José Horta. **A Moderna Administração em Cooperativas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. (MBA em Gestão Empresarial em Cooperativas de Saúde). Disponível em: <file:///C:/Users/Administrador/Downloads/Administra%C3%A7%C3%A3o%20de%20Cooperativas.pdf>. Acesso em: set 2018.

VELLOSO, Tatiana Ribeiro. A trajetória do movimento cooperativista: da vertente de controle estatal para instrumento de promoção de desenvolvimento territorial. CRUZ, Danilo Uzêda da. (org). *In*: **O mundo rural na Bahia**: democracia, território e ruralidades. Feira de Santana: Z Arte Editora, 2016. p. 363-390.

VIANNA, Lúcia Pinsard. **De Invisíveis a Protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; Fapesp. 2008.

VITÓRIA, Carla; FARIA, Nalu; MORENO, Tica. **Reação Patriarcal contra a vida das mulheres**: debates feministas sobre conservadorismo, corpo e trabalho. São Paulo: Sempre viva Organização Feministas (SOF). 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. In: **Rev. Econ. Sociol. Rural** vol.52 supl.1, Brasília 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>> Acesso em: 29 Set. 2017.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 20º Caxambu/MG, 1996. Anais.

WEISHEIMER, Nilson. **Situação juvenil na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese (Tese em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

_____. Nilson. Desenvolvimento Rural, Capitalismo e Agricultura Familiar. In.: **Revista Olhares Sociais**. Vol. 02. Núm. 01. Pp. 51-78. 2013.

APÊNDICES

Apêndice 01: Ficha de Cadastro da COOMAFES



COOPERATIVA FEMININA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VALENÇA- BAHIA (COOMAFES)

FICHA DE CADASTRO

Matrícula: _____

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ CPF: _____

RG: _____ Data de emissão: ____/____/____

DAP: _____ NIS: _____

Profissão: _____ Número de filhos: _____

Estado Civil: _____ Cor ou Raça: _____

Escolaridade: _____

Endereço: _____

Bairro (referência): _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Telefone Resid.: _____ Telefone Cel.: () _____

E-mail: _____

Renda Familiar: _____ Renda Própria: _____

Número de pessoas que moram em sua casa? _____

Quantas pessoas se beneficiam da sua renda? _____

Quando iniciou no empreendimento? _____

Associação que é vinculada: _____

Nome do grupo de produção: _____

Data de admissão na COOMAFES: ____/____/____

Capital social (Cota-parte)			
Data	Capital subscrito (R\$)	Capital Integralizado (R\$)	Capital a integralizar (R\$)

(Assinatura da cooperada)

(Assinatura da testemunha um)

(Assinatura da testemunha dois)

Produção:

Local: _____

Individual:

Local: _____

Coletiva: _____

Cursos, capacitações, oficinas de formação que já participou:

Nome	Entidade / Órgão que promoveu

TERMO DE DESLIGAMENTO

Motivo: _____

Obs.: _____

Data do desligamento: ____/____/____ Local: _____ - Ba.

(Assinatura)

Testemunha: _____

Apêndice 02: Questionário para os Grupos Produtivos

QUESTIONÁRIO

Este questionário enquadra-se numa pesquisa no âmbito do Programa de Mestrado profissional em Educação do Campo, realizado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no Centro de Formação de Professores (CFP). Não existem respostas certas ou erradas, o objetivo do questionário é identificar características dos grupos produtivos que compõem a Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença – BA (COOMAFES). Por isso, solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Obrigada pela sua colaboração.

Nome do grupo: _____

Quantas mulheres compõem o grupo? _____

Nome da associação o grupo é vinculado:

Endereço do grupo:

Onde o grupo produz? (por gentileza, explique bastante essa informação):

O que o grupo produz JUNTO/COLETIVO:

A quanto tempo produzem juntas:

() a menos de dois anos

() de dois a quatro anos

() de quatro a seis anos

() de seis a oito anos

() de oito a dez anos

() mais de dez anos

Quantos dias da semana produzem juntas?

() 01 dia () 02 dias () 03 dias () 04 dias () 05 dias

Quais dias da semana produzem juntas? (pode marcar mais de uma opção)

() segunda-feira () terça-feira () quarta-feira

() quinta-feira () sexta-feira () sábado

() domingo

Quem é a liderança do grupo?

Qual tipo de curso / oficina o grupo JÁ PARTICIPOU?

Qual tipo de curso / oficina o grupo gostaria de ter?

Das mulheres que formam o grupo quantas são cooperadas?

Onde vocês comercializam? (PODE colocar espaços que não seja da COOMAFES, ex.:
PAA – Pref. de Valença)

Ano que começou a comercializar	Nome do estabelecimento / programa	Órgão Responsável

Composição dos grupos

O que produz separado:

Pessoa (NOME): _____

Produção: _____

Pessoa (NOME): _____

Produção: _____

Pessoa (NOME): _____

Produção: _____

Pessoa (NOME): _____

Produção: _____

Pessoa (NOME): _____

Produção: _____

Pessoa (NOME): _____

Produção: _____

Apêndice 03: Questionário individual para as Mulheres da Feira Solidária

Nome completo:

Data de nasc.: _____/_____/_____ **Núm. de filhos:** _____

Núm. do NIS: _____ **RG:** _____

Cor: () Preta () Parda () Amarela () Branca () Indígena

Estado civil: () Solteira () Casada civilmente () Casada religiosamente

() Viúva () Separada () Amigada () Outra: _____

Escolaridade: () Não alfabetizada () Ensino fundamental incompleto

() Ensino fundamental () Ensino médio incompleto () Ensino médio

() Curso médio Técnico () Ensino superior incompleto/cursando

() Ensino superior () Pós graduação.

A terra que produz tem: _____ tarefas **ou** _____ hectares.

() Tenho de herança () Comprou sozinha

() Comprou com o marido () Trabalho em terra arrendada

() Tem através de programa do Governo () Não tenho terra

Produção sozinha:

Quais dos itens abaixo você já teve acesso no período de 2013 a 2018?

() PNAE () PAA () Empréstimo bancário para melhorar a produção

() Programa para acesso a água () Acessória técnica para melhorar a produção

() CEFIR () Programa para acesso a casa própria

() Acesso a benefício do INSS (auxílio doença, gravidez, aposentadoria, etc.)

() Projeto do Governo de acesso a máquinas ou equipamentos

() Outros: _____

Apêndice 04: Roteiro de entrevista Semiestruturada

1. Como começou seu envolvimento no associativismo/cooperativismo e/ou no grupo de produção?
2. Quando e como surgiu a ideia de uma cooperativa de mulheres?
3. Quem fez parte desse começo?
4. O que vocês pensaram em coletivo como proposta base para fundação da cooperativa?
5. Como foi o processo de construção do estatuto?
6. Quem foram os parceiros nesse período?
7. Houve algum curso/oficina/formação que contribuiu efetivamente no trabalho de fundação da cooperativa?
8. Para você quais são os três maiores desafios para a formação/fundação de uma cooperativa?
9. Atualmente você desenvolve qual trabalho na cooperativa?
10. Quais os locais da comercialização? Destes qual você participa?
11. Sua renda aumentou a partir da formalização da cooperativa?
12. Existe algum tipo de acompanhamento ao grupo que você faz parte?
13. Quais políticas públicas ou editais são essenciais para uma cooperativa de agricultura familiar e economia solidaria?
14. Após um ano de formalização destaque três conquistas e três desafios.

Apêndice 05: Oficinas

Oficina: Melhoria da Feira da COOMAFES

- *Objetivos:*

Aprimorar a Feira Agricultura Familiar e Economia Solidária realizada pela Cooperativa Feminina de Agricultura Familiar e Economia Solidária (COOMAFES), no município de Valença – Bahia.

Identificar os pontos positivos e negativos da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Dialogar coletivamente sobre a produção e comercialização dos produtos agrícolas.

Criar estratégias para aprimorar o trabalho desenvolvido na Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária.

- *Metodologia*

A oficina acontecerá no espaço de sala de aula da UNEB – Valença, com duração de quatro (04) horas. Esta será desenvolvida por etapas, sendo:

Primeira etapa: Acolhimento e apresentação da proposta. Segunda etapa: Dividir a turma em grupos de quatro ou cinco pessoas, em seguida, pedir que elas listem os pontos positivos e negativos da feira. Após a construção coletiva as agricultoras devem apresentar para as demais. A mediadora fará anotação dos itens relatados para serem trabalhados posteriormente. Momento dedicado para pensar sobre o que é produzido e como isso tem chegado ao consumidor.

Terceira etapa: Exibição de imagens e situações que acontecem na feira. A medida que a apresentação for acontecendo será construído o diálogo no intuito de buscar possíveis soluções para cada situação apresentada, são acrescentados os pontos negativos relatados na segunda etapa. Momento destinado a construção de estratégias para melhoria da feira.

Quarta etapa: Dinâmica. No intuito de refletir as possíveis soluções encontradas as agricultoras serão divididas em dois grupos: Um receberá placas com as identificações: “Pode” e “Não pode”. Outro grupo deverá dramatizar situações (positivas ou negativas) da feira (vestuário das cooperadas; atendimento ao cliente; organização do espaço e produção; embalagem dos produtos, entre outras questões/situações). A cada situação apresentada o grupo que estará com as placas sinalizará se pode ou não acontecer tão situação, justificando a resposta. Após a dramatização de três situações os grupos mudam de papel, ou seja, quem estava avaliando irá dramatizar. Momento direcionado para reforçar as ideias e estratégias para feira. Sexta etapa: Instrução sobre a arrumação das barracas, posicionamento das barracas e exposição dos produtos que serão comercializados.

- *Avaliação*

Cada agricultora será convidada a relatar verbalmente sua avaliação da oficina. Será entregue um formulário com questões de multiescolhas que colaborará para avaliação da oficina (o formulário será respondido individualmente).

- *Recursos*

Cartolinas, papel A4, canetas, lápis, lápis de cor, câmera fotográfica, gravador de áudio, cadeiras, mesas, caixa de som, pen drive, notebook,

Oficina “Mulheres: Construindo e trocando saberes”

Data e local de realização: 12 de setembro, no espaço da Derradeira.

Objetivo:

Elaboração do calendário sazonal dos grupos produtivos

Apresentação da metodologia da roda de diálogo como um convite a ser reforçado e replicado para todas as agricultoras nos grupos produtivos.

→ O calendário sazonal é um instrumento que possibilitará ao grupo pensar sua produção agrícola (frutas, hortaliças, verduras, legumes, hortigranjeiro etc.) tendo como parâmetro o tempo de produção de cada item da agricultura familiar, o que oportunizará a visualização dos pontos fortes e os períodos de maior produção.

→ Na oficina será construído o calendário dos grupos/comunidades e posteriormente a mediadora formará um único calendário sazonal de produção que será exposto na feira de inclusão sócio produtiva. O calendário permitirá ao cliente da feira saber quais produtos, época do ano e em qual grupo/comunidade ele encontrará. Esse instrumento dará suporte também a COOMAFES para organizar as barracas e propor cardápios a partir do que é produzido no período.

→ O segundo momento da oficina será destinado a dialogar sobre as dificuldades e estratégias criadas/utilizadas pelas mulheres no espaço de comercialização da Feira.

Avaliação:

As participantes serão convidadas a expressarem sua avaliação sobre a oficina.